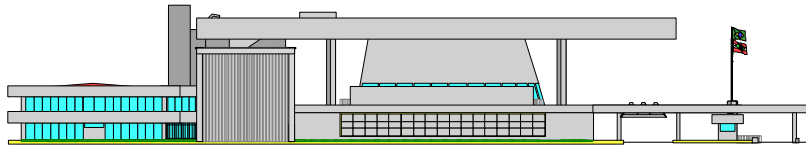


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 24 DE ABRIL DE 1998

NÚMERO 4.533

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta

1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração eletrônica, montagem e distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
 ANO VII - **NÚMERO 927**
 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
 EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 034ª Sessão Ordinária realizada em 16/04/1998..... 2
 Ata da 035ª Sessão Ordinária realizada em 22/04/1998..... 4
 Ata da 036ª Sessão Ordinária realizada em 22/04/1998..... 5
 Ata da 002ª Sessão Extraordinária realizada em 22/04/1998..... 14

Publicações Diversas

Atas das Comissões
 Permanentes 15
 Aviso de Resultado da Comissão Permanente de Licitações..... 28
 Ofício 29
 Parecer 29
 Projeto de Lei 30
 Projeto de Lei Complementar..... 30

P L E N Á R I O

ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 16 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ADELOR VIEIRA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - César Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Gervásio Maciel - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Volnei Morastoni - Wilson Wandall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta

do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE N.ºS:

3358, encaminhando primeiros termos aditivos, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, e os Municípios que mencionam;

3359, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Procuradoria Geral do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, visando a concessão de 03 (três) bolsas de trabalho para estudantes de 2º Grau;

3360, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, com a Universidade do Estado de Santa Catarina e a Universidade do Oeste de Santa Catarina, respectivamente, visando concessão de bolsas de trabalho para estudantes universitários;

3361, encaminhando termos aditivos a convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria da Educação e do Desporto com as entidades sociais e o Município que menciona;

3362, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com a Associação dos Moradores da Lagoa da Conceição, sediada no Município de Florianópolis;

3363, encaminhando termos aditivos à convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, com as entidades sociais que mencionam;

3364, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, a Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Delegacia Geral da Polícia Civil e o Município de Witmarsum;

3365, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente -

SDM, e a Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, com a interveniência do Município de Morro Grande;

3366, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, com a entidade social e o Município que menciona;

3367, encaminhando termo de ratificação do termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a interveniência do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - Badesc, e o Município de Nova Veneza;

3368, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, todos firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras através do Departamento de Transportes e Terminais - Deter, com os Municípios que mencionam;

3369, encaminhando termo de convênio, de cooperação financeira, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, Departamento de Transportes e Terminais - Deter, com o Município de Ibiara;

3370, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Santa Catarina do Governo e Fazenda, com os Municípios que menciona;

3371, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através das Secretarias de Estado de Governo e da Fazenda, com os Municípios que mencionam;

3372, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto com os Municípios de Trombudo Central e Videira, respectivamente;

3373, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Delegacia Geral da Polícia Civil e o Município de Rio Fortuna;

3374, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através das Secretarias de Estado de Governo e da Fazenda, com os Municípios de Sombrio e Monte Carlo, respectivamente;

3375, encaminhando termo de convênio de cooperação técnica e institucional, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM, a Fundação do Meio Ambiente - Fatma, com o Município de Pomerode;

3376, encaminhando primeiros termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, e os Municípios de Santa Helena e Flor do Sertão, respectivamente;

3377, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, com o Município de Coronel Freitas;

3378, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através das Secretarias de Estado da Administração, da Educação e do Desporto, visando a concessão de bolsas de trabalho para estudantes de 2º grau.

3379, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Administração e a Escola Técnica Federal de Santa Catarina - Etfsc, com sede no Município de Florianópolis, visando a concessão de bolsas de trabalho para estudantes de 2º grau;

3380, encaminhando terceiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com a Universidade do Vale do Itajaí - Univali, sediada no Município de Itajaí;

3381, encaminhando termo de ratificação ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Governo e da Fazenda, com o Município de Vargem;

3382, encaminhando primeiros, segundos e terceiro termos aditivos aos convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através das Secretarias de Estado de Governo e da Fazenda, com a entidade social e os Municípios que mencionam;

3383, encaminhando primeiro termo aditivo ao convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Fazenda, com o Município de Monte Carlo;

3384, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER com a Associação dos servidores do DER-SC-Asderlic, sediada no Município de Florianópolis, visando subsidiar a alimentação dos servidores do DER/SC;

3385, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com a Instituição Espiritualista e Caridade Paz e Luz, sediada no Município de Florianópolis;

3386, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Fundos de Assistência Social, dos Municípios que mencionam;

3387, encaminhando termos de convênios, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com os Fundos Municipais de Assistência Social, dos Municípios que mencionam;

3389, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Administração do Porto de São Francisco do Sul com o Centro de Sinalização Náutica e Reparos Almirante Moraes Rego - Marinha, sediado no Município de Niterói - RJ;

3390, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com as entidades sociais que mencionam;

3391, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Administração e a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, com sede no Município de Florianópolis, visando a concessão de bolsas de trabalho para estudantes de 3º grau;

3392, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Administração e a Universidade do Vale do Itajaí - Univali, com sede no Município de Itajaí, visando a concessão de bolsas de trabalho para estudantes de 3º grau;

OFÍCIOS NºS:

866/989, da Secretaria da Educação acusando recebimento do Ofício DP nº 123/98,

encaminhando cópia da Indicação nº 028/98, de autoria do senhor Deputado Adelar Vieira;

249/98, referente ao Ofício nº 019/98, que encaminhando cópia da Indicação nº 007/98, de autoria do senhor Deputado Reno Caramori;

242/98, referente ao Ofício nº 053/98, que encaminhando cópia da Indicação nº 016/98, de autoria do senhor Deputado Lício Mauro da Silveira;

243/98, referente ao Ofício DP/122/98, que encaminhando cópia da Indicação nº 031/98, de autoria do senhor Deputado Reno Caramori;

033/98, da comunidade evangélica de Joinville, encaminhando documentação referente às exigências decorrentes da concessão a esta entidade do título de utilidade pública municipal;

248/98, da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, encaminhando Relatório de Atividades, Serviço Gratuito e Benefícios, referente ao exercício de 1997.

TELEGRAMA:

- do senhor Presidente do Tribunal de Justiça, acusando recebimento de Fax nº 0241/98;

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência, considerando o requerimento da eminente Deputada Ideli Salvatti, de nº 165/98, encerra a presente sessão, para que seja dado início à audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente, embora estejamos atentos à audiência pública que trata da greve na Universidade Federal de Santa Catarina, queria comunicar aos Membros da Comissão de Saúde que estaremos reunidos aqui com representantes do Ipesc, servidores públicos estaduais, prestadores de serviços ao Ipesc, intermediando uma audiência com o Secretário da Fazenda, para evitarmos uma possível paralisação a partir de amanhã.

Estamos fazendo os encaminhamentos na sala de imprensa do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Ficam, portanto, convocados os Membros da referida Comissão para essa importante reunião.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, gostaria de convocar os Membros da Comissão de Educação para uma reunião extraordinária, após a audiência pública, aqui no próprio Plenário, tendo em vista a deliberação do calendário de debates do Projeto do Sistema Estadual de Ensino.

Estou fazendo a convocação na condição de Vice-Presidente, tendo em vista que o Deputado Luiz Herbst está viajando no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Ficam, portanto, convocados os Membros da referida comissão para essa importante reunião.

Lembramos ainda que para a audiência pública são convidados os ilustres Deputados Federais da Bancada do Estado de Santa Catarina, os Deputados Estaduais, o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina e a Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, para quarta-feira, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada sessão.

ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 22 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olíces Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:
MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE NºS:

3393, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1999 e estabelece outras providências;

3394, comunicando a sanção do projeto de lei que altera a redação da ementa e do art. 1º da Lei nº 10.584, de 11 de novembro de 1997;

3395, comunicando a sanção do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a prorrogar contratos de pessoal por prazo determinado, no âmbito da administração do Porto de São Francisco do Sul e estabelece outras providências;

3396, encaminhando termo de protocolo de intenções, firmado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Estado da Justiça e Cidadania, Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família e a Ufsc, através do Laboratório Edugraf, tendo por interveniente anuente o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

3397, encaminhando termo de rescisão de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com o Município de Morro Grande;

3398 e 3408, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da FCEE, com as associações que menciona;

3399 e 3407, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com a Apae, sediada no Município de Guarujá do Sul e com o Município de Itajaí, respectivamente;

3400, encaminhando o primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do

Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, Deter, com o Município de Brunópolis;

3401, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, com a Associação Comunitária da Comunidade de Timbé, sediada no Município de Tijucas;

3402, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, gestora do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul;

3403, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Estado de Governo e da Fazenda com os Municípios de Paulo Lopes e Piratuba, respectivamente;

3404, encaminhando termo de rescisão de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a Associação de Município do Entre Rios - Amerios, com sede em Maravilha;

3405, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a interveniência do Badesc, e o Município de Vargem;

3406, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, com o Município de Erval Velho;

3409, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, com os Municípios que mencionam.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado João Henrique Blasi, que altera a redução de dispositivos da Lei nº 6.063, de 24/05/82, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências;
- de autoria do senhor Deputado Manoel Mota, que atribui denominação ao ginásio de esportes sito no Município de Passo de Torres e adota outras providências.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Senhores Deputados, há uma solicitação, já consensada, dos Líderes de Bancada para a suspensão da presente sessão até as 11h, tendo em vista outras atividades parlamentares que estão sendo realizadas na Casa.

Portanto, esta Presidência suspen-

derá a presente sessão até as 11h, quando vamos retomar com a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Neodi Saretta)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

A Presidência justifica a ausência dos Deputados Wilson Wan-Dall, Afonso Spaniol, Herneus de Nadal, Luiz Herbst, Narcizo Parisotto, que se encontram em suas bases.

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.)

Há 16 Deputados presentes.

Consultamos os Líderes para, de forma consensual, enviarmos mensagem ao Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temmer, com os seguintes dizeres:

"A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por proposição das Bancadas com assento neste Poder, envia votos de pesar pelo prematuro falecimento do Deputado Federal Luiz Eduardo Magalhães, rogando ao Divino Mestre forças para que suportem dor irreparável."

No mesmo sentido, uma mensagem será enviada ao Senador Antônio Carlos Magalhães, pai do referido Deputado, e outra mensagem ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com relação ao falecimento do Ministro Sérgio Motta.

(As Lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 148/97, de autoria do Deputado Luiz Herbst, que denomina "Ginásio de Esportes Adelino Bona" o ginásio de esportes do Colégio Estadual Dr. Francisco Izabel, da cidade de Mafra.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 340/97, de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da rede escolar pública e privada do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 363/96, de autoria do Deputado Carlito Merss, que cria o Conselho Estadual de Direitos Humanos - CEDH, e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Discussão e votação em segundo

turno do Projeto de Lei nº 409/97, de autoria do Deputado Hans Fritsche, que denomina "Vereador Paulo Vermoehlen" o ginásio de esportes construído junto ao Colégio Estadual Adolfo Boering, no Município de Braço do Trombudo.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor Deputado Carlito Merss, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, manifestando preocupação diante da nomeação do Senador Renan Calheiros para o Ministério da Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quó-

rum.

Fim da matéria constante da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicações Pessoais.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência anuncia a pauta para a Ordem do Dia da próxima sessão: as matérias que constaram na pauta de hoje e que deixaram de ser votadas por falta de quórum; discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 46/98, de autoria do Deputado Lício Silveira, que dispõe sobre a proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, empresas públicas e de economia mista, com as cláusulas que menciona.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje à tarde, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 22 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Lício Silveira - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Vanderlei Rosso, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Vanderlei Rosso que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Vanderlei Rosso) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Pedro Uczai, que dispõe sobre as formas de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino superior, previstas no art. 171, da Constituição do Estado.

OFÍCIOS NºS:

029/98, do senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xaxim, solicitando apoio, fazendo com que os

sindicatos que tinham credencial do Detran para fazer licenciamento de veículos continuem fazendo;

010/98, do senhor Presidente da OAB/SC, comunicando a criação da Comissão de Relações do Mercosul da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina;

063/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Guaraciaba, encaminhando cópia da Moção nº 008/98, apreciada e aprovada por unanimidade pelo Legislativo desse Município;

098/98, do senhor Diretor de Operações do Sesc, reportando-se ao Telefax nº TE/0199.9/98, do qual postula a abertura de linha de crédito especial para as empresas atingidas pela enchente que assolou o Município de Concórdia;

195/98, do senhor Presidente do Tribunal de Justiça, acusando recebimento do Telefax nº TE/0165.7/98, referente a aprovação por esta Augusta Casa, em favor da iniciativa da 8ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, com sede em Concórdia, postulando a construção de um prédio para instalação do Fórum daquela Comarca;

504/98, do senhor Presidente da Santur, acusando recebimento do Fax nº 0149/98, que se refere as ações da Santur para reverter a imagem negativa dos nossos balneários, em razão de reportagens produzidas pela imprensa nacional, especialmente aquela veiculada pela rede Globo de televisão;

1736/98, do senhor Secretário de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, en-

caminhando cópia do Quinto Termo Aditivo ao Convênio MMA/SRH nº 078/95, celebrado entre este Ministério e o Governo desse Estado; 2925/98, do senhor Governador do Estado, reportando-se ao Ofício nº GP/DP/065/98, que encaminhou o Pedido de Informação nº 006/98.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença nas dependências do Plenário dos senhores que compõem o Clube Sênior de Pomerode, coordenado pelo senhor Bernardo. A todos desejamos uma boa estada aqui na Casa do Povo.

Com a palavra o Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente, senhores Deputados, é com uma alegria muito grande que registramos a presença no Parlamento catarinense das pessoas que compõem o grupo Sênior de idosos, da minha cidade, Pomerode, coordenadas pelo ex-Vereador Bernardo.

Na verdade, o grupo Sênior, que em todos os Município de Santa Catarina, e talvez no País, está se organizando, busca, além do encontro festivo, um momento de reencontro com amigos e parentes que no dia-a-dia se afastaram. E tendo hoje talvez um pouco mais de tempo nas suas lidas, aproveitam esses encontros mensais para se encontrarem.

Na minha cidade, Pomerode, esse grupo, que é formado por quase quatrocentas pessoas, tem se encontrado e vivido bons momentos. Ele ainda está em fase de

organização, buscando agora, por iniciativa própria, adquirir uma área para a construção, quem sabe futuramente, de uma sede.

É um movimento que está se organizando, muito bem coordenado pelo Franciner, contando também com o apoio de outros segmentos. Para nós foi uma surpresa esta visita, pois não sabíamos que viriam hoje a Florianópolis, e com certeza entre eles estão pessoas, Deputado Eni Voltolini, que não conheciam a nossa Capital, pois não haviam tido esta oportunidade. Mas hoje estão aqui conhecendo, além da Assembléia Legislativa, os pontos turísticos e um pouco da vida administrativa e política de Florianópolis, a Capital do nosso Estado.

Para mim, como representante de Pomerode... e aí quero frisar o convite, a parceria do Deputado Ivo Konell, que participou do almoço, e parece-me também que foi através dele que foi feito este contato. Então, eu gostaria de fazer este registro, já que o Deputado Ivo Konell é de Jaraguá do Sul, mas é uma pessoa que tem grande vinculação e amizades no Município de Pomerode.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Gilmar Knaesel, queremos parabenizá-lo pela felicidade que V.Exa. tem em poder receber tantos amigos e amigas, como desse grupo Sênior. É muito importante para nós, como Parlamentares, quando encontramos alguém da nossa terra que nos visita.

E V.Exa., Deputado Gilmar Knaesel, como representante autêntico, como representante fiel, como representante realmente de Pomerode, deve se sentir hoje lisonjeado e muito orgulhoso em poder receber essas pessoas, que vêm aqui conhecer um pouco deste Parlamento.

Portanto, nós queremos parabenizá-lo e dizer a essa gente de Pomerode que ter aqui um representante como o Gilmar Knaesel é um orgulho para aquela terra, pois é um Deputado que tem se destacado, que tem lutado pelas suas comunidades, que tem lutado pela sua região, e tem lutado muito também pelo grupo da terceira idade.

Também nós, em Caçador, temos lutado por essa gente, por essa classe laboriosa, que tanto fez pela nossa terra, e eu tenho certeza, Deputado Gilmar Knaesel, que essas pessoas que aqui vieram, que tanto fizeram por Pomerode, hoje se orgulham de ter um Deputado como V.Exa. representando-as.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço suas palavras, Deputado Reno Caramori. V.Exa. colocou muito bem que para nós, Deputados, é sempre uma alegria, uma satisfação receber pessoas da terra, da nossa cidade, e pessoas que tanto trabalharam, como V.Exa. colocou muito bem, pessoas que já criaram os seus filhos, os seus netos e que hoje estão numa fase de suas vidas onde buscam um pouco de lazer, um pouco de divertimento e ainda um pouco de conhecimento.

Queremos desejar a todos uma boa estada na nossa Capital, um bom regresso e que Deus os acompanhe nesta trajetória. Espero um dia encontrá-los lá, num encontro, para festivamente participar.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Queria me associar a V.Exa., Deputado Gilmar Knaesel, no momento em que pessoas da sua terra, para nossa alegria e principalmente para a alegria de V.Exa., vêm a esta Assembléia, representados aqui pela sua rainha, pelas suas princesas, pelos seus cavaleiros, juntamente com toda a comunidade do Clube Sênior, nos dar este exemplo de vida.

Certamente V.Exa. tem uma alegria superior a todos nós, porque deve conhecer pessoalmente a maioria dessas pessoas. E elas, sem dúvida nenhuma, devem estar compartilhando desta mesma alegria ao ver um filho de Pomerode ocupar esse espaço maior da Assembléia Legislativa. É uma honra, um orgulho para eles, e certamente é um honra para o PPB poder contar com V.Exa. dentro do seu quadro partidário.

Em meu nome pessoal, gostaria de cumprimentá-los. Sejam bem-vindos a Florianópolis, onde espero que tenham um excelente dia. E que possam em outra oportunidade voltar até nós para, através do seu exemplo de vida, mostrar o caminho que todos nós devemos perseguir.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço o seu aparte, caro Colega.

Desejo registrar a participação efetiva do Deputado Ivo Konell e do senhor Franciner, coordenador do grupo.

Mas o assunto político que gostaria de abordar neste momento diz respeito às decisões tomadas em nível de Santa Catarina no decorrer da semana passada, que dizem respeito ao PPB, ou seja, a possibilidade de compormos uma coligação junto com o PFL, e possivelmente também com a participação (é o desejo do PPB) do PSDB, para formarmos um grande grupo na disputa das eleições deste ano, com o objetivo de ganharmos as eleições para Governador, Senador, Vice-Governador e compor a maioria na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal, mas acima de tudo apresentar um projeto para Santa Catarina voltado, primeiramente, ao resgate da dignidade catarinense, que está abalada no dia de hoje.

Essa busca passa por um grande entendimento, por um grande projeto, e primeiramente temos que resgatar alguns pontos, dentre eles o funcionalismo público, tão desmotivado; o professor, o soldado, que até hoje ainda não recebeu o seu 13º salário, que deveria ser sagrado, que deveria ser compromisso primeiro. Qualquer governante, qualquer empresário que respeita seu funcionário tem como primeiro grande compromisso o salário. Infelizmente, até hoje funcionários públicos de Santa Catarina ainda não receberam o seu 13º salário.

No Médio Vale do Itajaí, Deputado Lício Silveira, mais de quinze mil pessoas

estão desempregadas. Por quê? Porque várias indústrias dessa região foram embora, principalmente do setor têxtil, que é a grande base da nossa economia, eis que emprega um maior número de pessoas na nossa região. Mas ao longo dos últimos três anos, vem demitindo pessoas quase que diariamente, trazendo como consequência um número de desempregados jamais visto na história do Médio Vale do Itajaí, e isso é desesperador!

Nada é mais triste numa família do que ter uma pessoa desempregada. E o que fez o Governo Estadual até este momento? Nada! Pelo contrário, veio a guerra fiscal, as empresas foram embora, e ele ilude o povo com promessas de trazer uma indústria automobilística, há três anos se fala nisso e nada acontece. Enquanto isso, há mais pessoas desempregadas.

E não é diferente nas outras regiões, isso acontece em todo o Estado de Santa Catarina.

O nosso grande projeto para as eleições é no sentido de recuperar a auto-estima do catarinense e buscar novamente o desenvolvimento econômico, e o Governo é o primeiro que se beneficia quando há um desenvolvimento econômico, porque ele se custeia à base de impostos, e estes são gerados através da indústria, do comércio, da agricultura e do serviço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado Gervásio Maciel, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, cumprimentando também este grupo de Pomerode que nos visita hoje, quero dizer que estamos aqui mais uma vez para cobrar do Governo a nossa missão, atendendo aos reclamos do nosso pessoal do interior, que representamos nesta Casa.

O Governo diz que o Estado está governável, mas nós recebemos uma carta do Conselho Comunitário de Boa Vista, do Município de Rio do Sul, criado pelo Governo Konder Reis e hoje gerido pela comunidade, através de convênios, de repasse de recursos financeiros do Governo do Estado, onde trabalham serventes, merendeiras, zeladores, dando conta que no mês de janeiro, fevereiro e março ainda não viram nada do dinheiro, e nem têm perspectiva de receber.

Vejam, senhores, que é salário de operário, de trabalhador, que o Governo tem obrigação de repassar mensalmente aos conselhos comunitários através de convênio feito entre a Secretaria da Família e do Desenvolvimento Social.

Ao longo dos Governos, este dinheiro tem sido repassado aos conselhos comunitários, que democraticamente são administrados e que trabalham para o Governo até, ajudando nas questões sociais de cada cidade, mormente nos bairros em que o Governo tem mais dificuldade de poder atender. É a própria população se autogerindo, e o Governo não cumpre com a sua parcela de contribuição, não honra os convênios assinados, não paga em dia essa, não vou chamar de miséria, mas pouca importância, que é o repasse para esses conselhos comunitários.

Nós estamos apresentando à Casa um requerimento neste sentido, para que o Governo tome uma decisão determinando o pagamento. O Governo pode estar estourado, mas não vai ficar pior por causa desses valores ínfimos que são repassados mensalmente aos conselhos comunitários.

Isso é uma afronta, porque o Governo paga recursos enormes à imprensa, aos veículos de comunicação de Santa Catarina. E deve mesmo até gastar para prestar conta das suas obras, do seu Governo, mas gasta para fazer demagogia, pois segundo declarações que vimos na semana passada, e notas oficiais, o Governo do Estado parece estar num mar de rosas, onde todas as obras, todos os serviços foram executados neste Estado, declarando-se o melhor Governo, tentando até mesmo enganar os seus próprios companheiros do PMDB, que não o querem como candidato a Governador. E gasta na imprensa, na mídia, 20, 30 milhões de reais num ano, para se equilibrar na corda bamba, pois até dentro do seu próprio Partido, o PMDB, pessoas qualificadas, honestas não o querem, pois sabem que ele não serve para governar Santa Catarina, não serviu e não vai servir.

Então, faz toda essa demagogia, e uma pessoa humilde que escreve uma carta como essa ainda vai passar por mentirosa, porque este Governo é bom, faz tudo, constrói tudo, paga tudo e até produz Letras! Ora, senhores Deputados, nós, como Parlamentares de Oposição, temos o dever nesta Casa de, cada vez que sair esse tipo de nota na imprensa deste Governo, vir aqui confessar o que foi feito na região que representamos.

Eu falo pelo Alto Vale, por Rio do Sul, onde no Governo passado, no Governo Kleinübing, fizemos o Hospital Regional, que custou cinco milhões de reais, apoiado pelo PPB. E esse Governo se nega a dar cem reais para ajudar no custeio da folha de pagamento, o que é sua obrigação! O hospital estadual deveria estar sendo custeado pelo Governo do Estado, os outros custam mais de mil reais por mês.

No entanto, é na Saúde que o Governo não faz, mas vem mentir na imprensa, para iludir os seus companheiros do PMDB, porque os outros ele não ilude mais!

Dizia naquela nota que todas as estradas estão asfaltadas. Ora, e falo pelo Alto Vale, onde há obras licitadas e financiadas pelo Bird e pelo BID; falo por Trombudo Central, Braço do Trombudo, Vitor Meirelles, Leoberto Leal, Santa Terezinha, Taió, Rio do Oeste, Mirim Doce, Timbó Grande, este último com uma estrada de cinquenta quilômetros, implantada no Governo do Esperidião Amin para ser asfaltada, mas este atual Governo não honrou!

Nem precisamos ir para a longínqua Timbó Grande, ontem eu vinha descendo à noite esse acesso da BR-282 à BR-101, que esse Governo mentiroso falou que estava financiando e fazendo a BR-101... Onde é que está a capacidade deste Governo de terminar 3, 4 quilômetros de paralelepípedo nesse difícil acesso até Santo Amaro, obra licitada, obra com di-

nheiro?

Nós temos que, cada vez que esse Governo mentir na imprensa, vir aqui na tribuna e pedir para a imprensa, que é coerente e que quer o melhor para Santa Catarina acima de tudo, mesmo como toda essa grande fortuna que esse Governo gasta ali, dizer que é mentira, que estão faltando as obras com as quais ele se comprometeu, como a de Taió, a de Rio do Oeste, eis que assinou uma carta na véspera da eleição se comprometendo, e o próprio PMDB registrou no cartório de Taió. E sequer observou o projeto que tinha do Governo passado, que nós fizemos para dar segmento; nem enganar ele soube fazer, está lá o projeto parado.

Se ele quisesse aparecer na imprensa, podia fazer aquele trecho da BR-282, podendo até dizer que estava inaugurando a BR-282, construiria aqueles 3, 4 quilômetros de acesso a Santo Amaro ou um pouco mais, já que a obra está implantada em grande parte, ou quase metade dela. É muito pouco o que precisa fazer para beneficiar não a Grande Florianópolis, mas todo o interior de Santa Catarina, que usa a BR-470 e a BR-282 para vir até a Capital, e também para que nós, que vivemos na Capital, possamos nos dirigir ao interior do Estado.

É duro, é difícil até estarmos repetindo aqui o discurso que já fizemos ao longo desses quatro anos, mas não podemos calar a nossa voz, cada Deputado deve ter a obrigação de vir aqui na tribuna para dizer o que esse Governo fez de obra representativa no Estado, onde é que tem asfalto, que realmente abre e dá oportunidade de emprego, que cria novas expectativas no Estado, onde que esse Governo tem implantado na área da saúde e dado condições de bom desenvolvimento a Santa Catarina.

Na educação está essa encrenca que Santa Catarina jamais viveu por falta de administração de um Governo. Muitas reformas escolares, é evidente, estão sendo feitas com o dinheiro do MEC, com o dinheiro do salário-educação. Pouca gente diz isso, mas é tudo superfaturado, algumas delas chegando ao dobro, conforme levantamentos do Tribunal de Contas do Estado em um relatório que tenho e que a CPI da Educação também tem.

Por isso tudo, queremos nesta tarde mais uma vez dizer da nossa tristeza em relação a esse Governo. Alguns nomes históricos do próprio PMDB, que querem se livrar do Governo que tem hoje, sofrem as consequências maléficas deste Governo que, por todos os meios e por todos os fins, procura enganar não só Santa Catarina mas, acima de tudo, o seu próprio Partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Solicitamos ao Deputado Gervásio Maciel que assuma a Presidência, a fim de que possamos fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Com a palavra o Deputado Francisco Küster, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente e senhores

Deputados, em primeiro lugar reiteramos a satisfação de ver as imediações do nosso Plenário hoje literalmente tomada por pessoas que nos visitam, delegação esta oriunda de Pomerode. Já as saudamos quando do exercício da Presidência e reiteramos agora a saudação, desejando a todos uma boa estada na nossa Casa.

Ato contínuo, senhor Presidente e senhores Deputados, o nosso propósito na tribuna na tarde de hoje, lamentavelmente, é falar um pouco de coisas tristes.

Triste foi o morte do Ministro Sérgio Motta, um companheiro, um correligionário, fundador do PSDB, um amigo. Talvez alguns possam dizer: "Mas o Küster está dizendo que o Sérgio Motta é amigo"! Sem sombra de dúvida, convivemos durante mais de nove anos fazendo militância política, porque o Sérgio Motta, além de Ministro, era um militante político de primeira grandeza. E isso ele nunca escondeu dos aliados, nunca escondeu de ninguém; o Ministro Sérgio Motta era uma figura, uma autoridade, um político que vivia na plenitude da transparência. Não apenas na retórica, mas nos seus atos, nas suas ações ele era transparente.

Na condição de Ministro, realizou um trabalho extraordinário. Ele ousou promover um projeto de transformação e modernização na área das comunicações e iniciar uma coisa que até então era um tabu sob todos os aspectos: o processo de privatização na área das comunicações.

Via de regra, como tabu, sempre foi uma área muito cuidada e preservada não apenas pelos políticos de esquerda, mas também por políticos de todas as matizes ideológicas, que sempre se declararam nacionalistas, principalmente por alguns oficiais da reserva e até mesmo da ativa, e ninguém ousou levantar suspeita sobre o trabalho do Ministro Sérgio Motta. Ele foi ímpar no exercício da elevada função de Ministro de um Governo realizador, empreendedor e transformador.

Também como político, como militante, bem ao seu estilo apelidado e conhecido nacionalmente como trator, era Sérgio Motta uma figura humana extraordinária. Emocionava-se com facilidade, mas quando precisava dizer alguma coisa, dizia, não pedia licença. Era autêntico, falava o que a sua consciência determinava.

Era leal, fiel ao seu compadre e amigo de longa data, o hoje Presidente da República, com quem conviveu na militância política, inclusive na clandestinidade. Quando esteve na clandestinidade, também lá esteve Fernando Henrique, porque ambos eram da AP - Ação Popular. Eu os conheci nesta época também.

Sempre foi leal. Quando alguma coisa não podia dizer o Presidente da República, mas que precisava ser dita, lá estava de prontidão o Ministro Sérgio Motta para dizer com toda a autoridade, na sua forma ímpar de se pronunciar, em linguagem clara, cristalina, que só não entendia quem não queria entender. Ele falava e dizia com uma clareza extraordinária o que precisava ser dito, e assumia a responsabilidade.

Também há uma outra característica: nunca ouvi dizer que ele

guardasse rancor de qualquer pessoa. Adversário ferrenho do político Paulo Maluf, uma vez eu vi os dois se cumprimentando e se abraçando. Na época, Paulo Maluf estava sem mandato, eles se cumprimentaram e de repente o Paulo Maluf deu uma cutucada em Sérgio Motta, que era apenas o tesoureiro do PMDB, recém formado, e ele respondeu o seguinte: "Terá que passar por cima de mim"! Aí encerrou a conversa, os dois se abraçaram novamente e foi um para cada lado. Ele era assim, uma figura ímpar.

Eu não sei como o meu Partido, o PSDB, vai administrar a curto prazo ou imediatamente a escolha, a eleição de um substituto para o Serjão. Não acho fácil.

Tem o amigo Tasso Jereissati, mas ele é candidato à reeleição; tem Pimenta da Veiga, mas está muito afastado; tem Eduardo Jorge, que é meio tímido, mas é uma boa figura. Eu não sei, não vai ser fácil para nós. Não saberia dizer, política e partidariamente falando, quem seria capaz de substituir o Serjão.

Tive com ele uma conversa franca há uns trinta dias, por vinte minutos. Ele falou durante dezesseis minutos, e eu tive que interromper em duas oportunidades para poder falar quatro minutos. Ele disse tudo o que tinha que dizer sobre o Partido, do Oiapoque ao Chuí. Não falou do Governo, mas falou do Partido, do projeto que precisava ser a verdadeira social democracia, que ele definia na intimidade com os companheiros como um projeto contemporâneo para um Brasil contemporâneo, para entrar firme na virada do século, no terceiro milênio.

O outro registro que faço, entristecido também, é da morte do jovem Luís Eduardo Magalhães, de quem divergi na Constituinte, ideologicamente falando, mas a quem aprendi a respeitar não quando fui Deputado Federal na Constituinte apenas e tão-somente, mas bem antes, quando me encontrei com ele num Congresso da União Parlamentar Interestadual na Bahia, que recebeu com uma cordialidade ímpar a delegação do Sul do Brasil.

E lá estávamos nós, Deputados que aqui lutavam bravos e heroicamente contra a ditadura. Ele nos recebeu, deu todo o apoio necessário, e até então eu não sabia quem era o seu pai. Quando fiquei sabendo, fiquei meio preocupado, porque o Dr. Antônio Carlos Magalhães tinha a fama que ainda tem.

Mas ele se revelou uma figura extraordinária. Fez uma carreira brilhante, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, e deixa, indiscutivelmente, uma lacuna no seu Partido e também no Governo, por que não reconhecer isso.

Ainda há pouco, comentando com amigos, dizia que não sabia por que, mas quando se aproxima o dia 21 de abril, o período que circunda essa data, sempre acontece, desde tempos idos, a partir de Tiradentes, situações que surpreendem o nosso País.

Eu lembro aqui, mais recentemente, de Tancredo, de Serjão às vésperas de 21 de abril, de Luís Eduardo Magalhães em 21 de abril, um político de ideologia diferente da minha, mas que fez uma carreira e notabilizou-se como político

sério, como homem de palavra - e na vida pública é uma preciosidade ter palavra, ser honrado.

Por isso, eu registro, entristecido também, a morte desse Deputado, com quem não tive nunca vínculo político, partidário ou ideológico, mas que aprendi a respeitar. E a saudade do nosso Serjão, a falta do nosso Serjão.

Deputado Eni Voltolini, a vida política é assim, e não só a vida política, mas a humanidade. A morte é traiçoeira, é trágica; não raras vezes ela surge e se impõe de forma brutal. Eu sei o que é a brutalidade da morte quando ela se dá de forma prematura, quando ela acontece de forma inesperada. Eu já senti isso na pele quando perdi entes queridos, pessoas intimamente ligadas à minha família.

Ficam registradas aqui, portanto, a saudade do nosso Ministro Serjão e a tristeza pela morte do político Luís Eduardo Magalhães.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente e senhores Deputados, novamente ocupo esta tribuna na condição de Líder da Bancada pela ausência do Companheiro escalado para tal desiderato. E faço-o, como não poderia deixar de ser, para, em primeiro lugar, associar-me aos registros antes feitos pelo prematuro passamento do ex-Presidente da Câmara Federal e candidato ao Governo do Estado da Bahia, Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Embora não compartilhasse da sua ideologia, embora não vinculado à sua grei partidária, não posso deixar de também exaltar o sentimento de pesar que houve por este País afora pelo passamento de um jovem líder político, dos mais promissores da sua geração. E este ato ou fato da natureza há de servir para que façamos uma reflexão de que nessa hora não há nenhum sentido lógico nem o aspecto cronológico que muitas vezes se leva em consideração, e nenhuma outra circunstância se antepõe a este momento.

Por outro lado, a nós outros, que abraçamos a vida política, causa-nos profunda perplexidade a relação de causa e efeito muito próxima entre o exercício da atividade política e as doenças que podem decorrer das preocupações que no dia-a-dia nos assaltam, do sentimento de angústia que vivemos diariamente, do clima de incerteza, que é uma constante no dia-a-dia de todo o político. Tudo isso leva a um sentimento de stress que, sem dúvida, contribui sensivelmente para acontecimentos como estes que vivenciamos.

Por isso, em nome da Bancada do PMDB, cabe-me deixar esse registro, cabe-me deixar esta anotação do sentimento que temos todos nós pelo acontecido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o Deputado Romildo Titon, por treze minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Senhor Presidente e senhores Deputados, ocupo a tribuna no dia de hoje para colocar o meu posicionamento e para pedir o apoio dos senhores Parlamentares, principalmente daqueles que têm representatividade no Meio-Oeste catarinense e parte do Planalto, que em todas as eleições têm buscado uma fatia de votos daquela região.

Nós adentramos nesta Casa com um projeto de lei complementar criando uma nova microrregião no nosso Estado, que se chamará Microrregião Planalto Sul de Santa Catarina. Há muitos anos, a região composta pela região de Campos Novos pleiteia uma independência com relação às questões de microrregião, pois quase que a totalidade desses Municípios estão colocados para pertencer a essa nova microrregião, mas atualmente pertencem ainda à microrregião do Meio-Oeste catarinense, sediada em Joaçaba e em outras regiões serranas.

Hoje, com as várias emancipações que houve no Meio-Oeste catarinense, tornou-se um tanto quanto elevado o número de Municípios que pertence à região de Joaçaba. Assim sendo, começou-se um grande trabalho na perspectiva de se buscar uma nova região com sede no Município de Campos Novos. E com as emancipações foram crescendo esses movimentos.

Recentemente, com os novos Prefeitos que assumiram as novas administrações, foi formada uma nova associação de Municípios, que se chama Amplasc - Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense. Após isso, trilhamos um novo caminho, na esperança de buscar uma alternativa que nascesse aqui na Casa, tendo em vista que a Constituição de 88 permitiu a possibilidade de isso partir daqui.

Depois, a Lei Complementar nº 104 também regulamentou esta questão, dando autonomia ao Poder Legislativo, pela vez primeira, de fazer projeto de lei complementar que crie microrregiões, como foi a questão da região metropolitana, que aqui foi tão discutida e depois votada por este Poder.

Assim sendo, fizemos um grande estudo sobre esta questão e vimos a possibilidade de buscar essa alternativa, já que esses Municípios têm um desenvolvimento econômico idêntico, ou seja, identificam-se na parte econômica, política e até nas questões regionais.

Por isso, Campos Novos foi escolhido como sede dessa microrregião, pois lá tem tudo para sediar essa nova microrregião. Já temos lá, com o passar do tempo, a criação de uma regional da Cidasc, depois uma regional da Epagri, um centro de treinamento agrícola que dá assistência a toda essa região. Foi criada também uma delegacia regional, e veio para Campos Novos, ao longo dos anos, a Unoesc, que atende naquela região a classe estudantil universitária

Com isso, foi se formando um pólo

regional, e hoje ela conquistou a possibilidade de ser a sede dessa nova microrregião.

É uma velha aspiração, e os Deputados Onofre Santo Agostini e Reno Caramori, que lá militam politicamente, sabem que é uma cobrança de muitos anos daquela região para que se crie uma nova microrregião com sede no Município de Campos Novos.

Reunimos todos os Prefeitos que compõem a Amplasc e aconteceu uma ampla discussão por várias reuniões, onde discutimos até o título da nova sede, quando chegamos à conclusão, então, de prosseguirmos com este movimento.

Posteriormente fizemos reuniões com todas as entidades de classe, colocando a proposta antes de dar entrada na Assembléia Legislativa e vendo a viabilidade de que nascesse como uma proposta da sociedade, já que é dela que tem vindo os conclames.

Reunimos todos os Presidentes dos Partidos Políticos para que cada um desse a sua opinião e também a oportunidade aos seus Parlamentares de poder caminhar nessa mesma trajetória.

Por isso, demos entrada a esta lei complementar, que já está tramitando. Já esteve na Comissão de Constituição e Justiça, teve parecer favorável do Relator, o Deputado João Henrique Blasi, e teve, por unanimidade, a sua aprovação, tendo prosseguido para as outras Comissões.

Então, faço este pronunciamento na tarde de hoje pedindo aos colegas Parlamentares que ajudem na aprovação deste projeto, que é de suma importância. Ele nasceu das bases dos Partidos Políticos, das lideranças, das entidades constituídas, e por isso merece a atenção de todos os Parlamentares.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado, quando V.Exa. nos procurou para assinar o projeto de lei complementar, assim fizemos atendendo a um apelo de V.Exa. Agora, quanto ao voto, V.Exa. pode ter certeza de que o daremos porque entendemos que este projeto vai, sem dúvida nenhuma, trazer esperança ao sonho do povo daquelas regiões, que V.Exa. tão bem ajuda a representar, juntamente com o Deputado Reno Caramori e outros Deputados.

V.Exa. pode contar com o nosso apoio, porque entendemos que é justo, meritório. E vamos ser francos, Deputado: acho que começou a se fazer justiça para a região que tanto produziu e tanto contribuiu para Santa Catarina. Então, terá o meu apoio, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço o aparte de V.Exa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nobre Deputado, nós conhecemos bem aquela região, e quando V.Exa. apresentou uma emenda constitucional, sentimos que

realmente teríamos até obrigação de consultar alguns amigos daqueles Municípios que formarão a nova microrregião, com a sede, é óbvio, e com muito respeito, na cidade de Campos Novos, que é o Município-mãe daquela região.

Recebemos, de todas as pessoas que consultamos, o "sim", a aprovação favorável, e até com certa argumentação, independentemente de cores partidárias, de credo ou de raça. Àqueles que nós encontramos e que faziam parte deste processo político-administrativo, pedimos sugestão sobre a emenda constitucional para que fosse criada a microrregião, e não tivemos em momento algum qualquer situação contraditória.

Portanto, V.Exa. pode ter absoluta certeza de que o acompanharemos nesta votação, e estou certo que os demais 38 Deputados farão o mesmo, porque é uma reivindicação justa e é um direito daquela região.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Deputado, gostaria de parabenizá-lo pela sua iniciativa de batalhar em cima desse projeto, porque ele realmente é necessário.

Há poucos dias V.Exa. disse que precisava do apoio da nossa Bancada, e eu confirmei que iríamos votar favoravelmente à criação da microrregião do Planalto Sul, pois é de extrema importância que assim seja.

V.Exa. já ouviu a manifestação do Deputado Reno Caramori em favor da criação da microrregião, a qual, por certo, só irá somar ao progresso econômico e social da sua região, Deputado.

Nós estamos lá prestando serviços à região, e disso não abro mão, faço questão de sempre estar presente lá.

Assim, gostaria de parabenizá-lo pelo esforço da criação daquela microrregião.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço o seu aparte e agradeço a todos os Parlamentares que estão empenhados nesta luta, que certamente serão reconhecidos por todos aqueles que também lutam por essa idéia, tão sonhada por aquela região ao longo dos anos: a de ter sua independência e uma estrutura dos órgãos públicos sediados naquele contexto que realmente tenham uma representatividade, uma ligação entre esses Municípios muito grande.

Essa é a primeira oportunidade que estamos tendo de ter um projeto da iniciativa do Legislativo, porque até a Constituição de 1988 este Poder sempre foi delegado exclusivamente ao Executivo, o qual fez sempre tudo ao seu bel-prazer, muitas vezes criando uma expressividade muito pequena e deixando outras - talvez por questões políticas - para outras oportunidades.

Assim, acho que desta vez estamos tendo a oportunidade de realmente fazer com que o Município conhecido como Celeiro do Estado de Santa Catarina tenha

como sede essa nova microrregião.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Idelvino Furlanetto, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria de registrar a presença neste Plenário do senhor Blasio Hickmann, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena; Otmar Ledur, do Sindicato dos Trabalhadores de Cunha Porã; e José Librelato, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iporã do Oeste.

Hoje pela manhã houve uma reunião da Câmara Setorial de Crédito, que contou com a presença de companheiros sindicalistas, da Federação dos Trabalhadores de Santa Catarina e de todos os membros da Câmara Setorial, da qual a Comissão de Agricultura desta Casa participa. E quando se gera um debate sobre a questão econômica do Estado, sempre desemboca-se numa questão primária, na primeira coisa que é preciso refletir: como está a agricultura familiar.

Eu lembro que desde o primeiro dia que cheguei a este Parlamento esse tema já vinha sendo debatido, tema este em pauta desde o primeiro dia que assumi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel d'Oeste, no dia 27/05/83.

Quando deixei o Sindicato, em maio de 1989, havia lamentações em relação a um Governo que não estava preocupado com a agricultura familiar, mas nós trabalhamos projetos, tanto que o projeto da lei agrícola e pesqueira está nesta Casa, assim como o projeto que criou as câmaras setoriais (hoje temos 19 Câmaras); o que criou o Fundo Estadual de Desenvolvimento; o que criou o seguro agrícola, que o Governo não regulamentou por incompetência e por falta de vontade política.

Nós entramos com mais um projeto para a agricultura familiar no primeiro dia deste ano legislativo, 16 de fevereiro de 1998, que se chama Fundaf - Fundo de Apoio à Agricultura Familiar -, um projeto exclusivamente para o agricultor familiar.

Por quê? Nós entramos com esse projeto, porque muitas vezes o Governo diz que os projetos que estão aqui são muito amplos, não estão bem identificados, são muito genéricos. Então, agora identificamos mais esse projeto, e o público beneficiado será o agricultor familiar, aquele que trabalha em regime de economia familiar, com a mão-de-obra da sua família, que vive da roça e que depende da roça para viver.

Deputado Carlito Merss, hoje de manhã estávamos observando o empobrecimento de Santa Catarina, que entrou em parafuso. Nós somos o quinto Estado produtor de alimentos e eu não duvido que sejamos um dos Estados mais pobres! Por quê? Desapareceram 32.000 estabelecimentos, segundo os próprios dados do Instituto Cepsa. Isso já há um ano. Se contabilizarmos isso religiosamente, mais de 40.000 famílias saíram da roça, porque o Governo Federal não tem uma política agrícola direcionada ao agricultor familiar, bem como o Governo Estadual. Nós vemos, a cada dia que passa, mais e mais

jovens, mais e mais famílias de agricultores saindo da roça. Na segunda-feira, vamos realizar um seminário. Como Presidente da Comissão de Agricultura, encaminhei um convite a todos os dirigentes sindicais dos 293 Municípios, convidamos Secretários Municipais de Agricultura, bem como todos os Deputados-membros desta Comissão. Temos que fazer ainda alguns ajustes no projeto, por isso vamos fazer esse seminário.

Eu não gostaria que só o Deputado Idelvino Furlanetto assinasse esse projeto; na segunda versão, gostaria de contar com a assinatura de todos os Deputados que têm interesse, para que tenhamos um projeto direcionado ao agricultor familiar.

Esse projeto, dentro do seu mecanismo, caso for aprovado, é um instrumento importante para a viabilização do agricultor familiar. Em termos de orçamento, poderá ter vinte milhões anuais, poderá direcionar esse orçamento ao agricultor familiar, e não ao Fundo Estadual de Desenvolvimento, como está lá, para o Secretário da Agricultura que assumir fazer e desfazer, deitar e rolar com esse Fundo. Nós queremos direcionar, priorizar, identificar os seus beneficiários: o agricultor familiar.

Então, eu acredito que, além da polêmica, o movimento sindical conseguiu o Pronaf através das mobilizações, das federações, dos sindicatos, muitas vezes trancando o asfalto, ocupando a Secretaria da Agricultura, o Palácio do Governo. Em Brasília eles ocuparam até o Congresso Nacional.

Esse casamento tem que acontecer em Santa Catarina: da relação de crédito, para viabilizar o agricultor familiar, com o seguro agrícola, a assistência técnica, a extensão, porque o agricultor precisa ser assistido ante essa política da dita globalização, da economia implantada pelo projeto neoliberal, que é uma política excludente, como já falei, pois 40.000 famílias já saíram da roça.

Então, se nós não tivermos uma política direcionada para o agricultor familiar, mais e mais famílias vão sair da agricultura familiar.

Nós queremos fazer com que o Fundaf - Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - esteja contemplado também com o fundo de aval. O Dr. Murilo Flores, na semana passada, quando esteve aqui no plenarinho da Assembléia, colocou algumas explicações sobre o porquê do corte do orçamento do Pronaf, que não tem o fundo de aval para o Pronaf.

Agora, para projeto, para geração de emprego e renda, nas pequenas empresas urbanas já têm o fundo de aval. E por que o Governo Federal não cria o fundo de aval? Por que os bancos só emprestam dinheiro quando têm garantias de que vão receber dinheiro. O lucro do banco é emprestar dinheiro, ele não está mais olhando a questão social, está olhando o lucro que isso gera para ele. E o banco diz o seguinte: eu corro o risco de o agricultor não poder pagar.

Hoje de manhã, as federações e os sindicatos presentes na Câmara Setorial de Crédito colocaram muito claro, quanto à questão do financiamento (Finame Rural, de

investimento e custeio do Pronaf), que não podem pagar. E a partir de hoje, segundo o encaminhamento na reunião, na Câmara Setorial é "não" ao pagamento dos financiamentos.

Então, nós precisamos ter um projeto que viabilize a agricultura familiar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos 16 minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, senhores Deputados, catarinenses, gostaria de iniciar a manifestação do PPB também com sentimento de pesar pelo desaparecimento do cenário político nacional de pessoas que, afinal, buscaram dar a sua contribuição, mesmo que em Partidos diferentes, com posicionamentos ideológicos diferentes.

O PPB faz questão de registrar esse voto de pesar pelo desaparecimento do Ministro Sérgio Motta, do PSDB, e, igualmente, de Luís Eduardo Magalhães, do PFL, que, sem dúvida nenhuma, fazem parte do momento, da história política deste País. E cada um de nós tem o seu papel e está incrustado dentro do momento político de Santa Catarina, e procuramos, certamente, cada um do seu jeito, fazer melhor, e cada vez melhor, o nosso papel político.

Se eu não me engano, foi o Deputado Francisco Küster que disse que a proximidade do dia 21 de abril está se tornando sintomaticamente perigosa para proporcionar o afastamento de pessoas assim. Eu diria que todo o afastamento, toda a perda é lamentável, seja em que data for.

Portanto, eu também queria manifestar o nosso pesar aos familiares de Carusinho, funcionário da Assembléia Legislativa, que neste último final de semana deixou de fazer parte do nosso convívio, já que, após ser submetido a uma cirurgia de vesícula, veio a falecer.

Não tive o prazer de conviver muito com o Carusinho, mas o Cacau Menezes dedica hoje uma página inteira a ele, enaltecendo as suas virtudes e as suas qualidades. E como funcionário da Assembléia Legislativa que foi, certamente merece a manifestação de desencanto de todos nós de tê-lo perdido aos 53 anos de idade, principalmente por ter se submetido a uma cirurgia aparentemente tão simples, cirurgia assemelhada a que roubou, há poucos dias, da Secretária Hebe Nogara o seu marido, que, igualmente, submetendo-se a uma cirurgia de vesícula, veio a falecer dias após.

Fica aqui, então, através da Bancada do PPB, os votos de pesar e de lamento pelo desaparecimento de José Carlos MacDonald, o Carusinho, do nosso convívio terreno, que certamente está a

olhar por nós lá do alto e a torcer para que a Assembléia Legislativa possa continuar a ser a boa Casa dos catarinenses.

Essas questões de saúde têm às vezes um destino, aqui na Assembléia Legislativa, de árduos e fortes debates. Quantas vezes esta Casa já tratou aqui de discutir a necessidade de aportes, de mais e mais recursos para o atendimento público da saúde. Claro que não se trata da questão em tela, já que aí, pelos relatos ocorridos, parece tratar-se de um omissão grave, de um erro médico, que às vezes acontece.

Mas valho-me de um comentário que ouvi ontem no programa Jô Onze e Meia, do Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro, que denunciava fatos lastimáveis, lamentáveis e absurdos que aquele Estado está vivenciando na prestação de serviços públicos na área da saúde.

Dizia ele, por exemplo, que vários médicos estavam ainda temerosos em assumir funções de dirigentes de hospitais e entidades porque algumas pessoas que estavam tentando moralizar o atendimento do serviço público lá naquele Estado estavam sendo eliminadas, mortas. A este ponto chegou a missão de prestador de serviços públicos!

E ele citou dois casos a atestar o desvio do dinheiro público: o de um mimeógrafo (que a grande maioria nem sabe o que é), que, custando cerca 250 reais, teve seu conserto no valor de 1.570 reais; e o de uma clínica com 25 pacientes, que não consumindo semanalmente sequer 700 pães, a ela foram destinadas toneladas de pães, adquiridos de uma panificadora distante oitenta quilômetros do local onde a clínica estava situada.

O que está acontecendo, então, não é falta de dinheiro público, é a necessidade de aportar mais recursos públicos para o atendimento à saúde ou à educação. A primeira questão, a questão central, é corrigirmos o rumo desse dinheiro público, já disponível.

Quantas e quantas vezes já denunciarmos fatos assemelhados? Quantas vezes esta Casa já operacionalizou CPIs para tentar pegar a ponta de alguns icebergs que aparecem aí a nos chamar a atenção e que mostram, acima de tudo, acima da necessidade constante desta Casa lutar para que haja uma prestação de serviços públicos cada vez mais eficientes, a necessidade de auditar as contas públicas de qualquer instituição, seja municipal, estadual ou federal.

Os desmandos, os desvios, o mau uso do dinheiro público têm sido o principal causador do sofrimento da nossa população. E não precisamos nos equiparar aos patamares dos países ditos industrializados para poder oferecer serviço público de melhor qualidade. Por conta disso é que nós fazemos as denúncias, e muitas pessoas aqui imaginam que esta Casa é apenas um rosário para denunciar, para falar de fiscalização, imaginam que essas sejam questões meramente partidárias. Absolutamente!

Os exemplos que vemos denunciados a cada dia, aquilo que lemos todos os dias nos jornais, é que dá respaldo,

Deputado Reno Caramori, a esta necessidade.

Dinheiro público é dinheiro de todos nós, dinheiro público é dinheiro do povo, mas, infelizmente, alguns ainda imaginam que esses recursos sejam de uso exclusivo de Prefeitos ou de Governos, como está a fazer de novo o nosso Governo Estadual. Governo que se atreve a ir à mídia para patrocinar manifestações em horário nobre, desafiando, vejam bem, os catarinenses a votarem, a questionarem se alguém teria coragem de votar contra um Governo tão realizador.

Os catarinenses já viram de forma assemelhada no ano passado, em "outdoors", em jornais, nas rádios e na televisão, informações como essa. Diziam que a Assembleia Legislativa estava tentando retirar do Governo uma pessoa ilustre, de caráter ilibado, honesta, dedicada aos catarinenses. A verdade pode demorar, mas um dia ela chega! Mas não demorou tanto desta vez! Tamanha é esta verdade que os seus próprios partidários estão a questionar a possibilidade da repetição de um desgoverno.

Esta mesma pessoa, o nosso Governador, tem ainda coragem de fazer pronunciamentos. Ao inaugurar uma obra em Joinville, disse uma frase que é uma afronta à nossa inteligência: "Depois de fazer tanto por Santa Catarina, se eu não mereço ser reconduzido ao cargo não sei quem merece". E isto está registrado no Diário Catarinense.

Senhores Deputados, eu não sei se isso é brincadeira, eu não sei se é querer fazer escárnio da nossa inteligência! Não é possível o Governador dizer para todos os catarinenses que foi ele quem viabilizou as obras de duplicação da BR-101!

Será que já esquecemos da campanha de abaixo-assinados, da campanha da RBS, que nós até elogiamos, enalteçamos e participamos? Será que eles imaginam que a população de Santa Catarina é formada por pessoas que não têm inteligência? Eu não acredito nisso!

Fico muito indignado, senhores Deputados, porque isso está custando dinheiro, e não é pouco dinheiro!

Particpei de uma reunião, na última sexta-feira, na comunidade de Itaum, em Joinville, e uma pessoa me perguntou o que estávamos fazendo na Assembleia Legislativa para que as pessoas pudessem receber o 13º salário. Essa pessoa era um funcionário público, que não sabia mais o que fazer, porque tinha assumido compromisso com o seu 13º salário. Disse que os cheques tinham voltado, que ele tinha sido registrado no Seproc e que não sabia mais que desculpas dar aos seus credores.

O funcionário não conseguia entender por que a Assembleia Legislativa não cobrava isso do Governo, já que é dever dele pagar o 13º salário.

Disse a ele que não é assim, que é uma equação financeira, que esse é um compromisso do Poder Executivo, mas que nós estávamos aqui a cobrar. E ele, então, perguntou quem estava pagando as contas das propagandas na televisão, se era o mesmo Governo que diz que não tem 13º para pagar aos funcionários.

Esta é a situação que vivemos. Uma situação onde para uma coisa se tem dinheiro, como para propaganda pessoal, para tentar dizer aos catarinenses que este Estado é um

Estado de qualidade, para tentar dizer que este é um Estado que faz obras, para dizer que ele é o maior realizador de obras que este Estado já viu, mas para outras, como o pagamento do Ipesc, das fundações educacionais, do 13º salário...

E a Assembleia Legislativa ainda é acusada, porque a maioria das pessoas não tem a informação, pois não podem vir aqui para ouvir, para discutir, para debater, ficando com a impressão de que aqui nada se faz, que não se cobra, que não se está do lado da população. Esse é o drama que vivemos.

Não acredito que os catarinenses vão ser insensíveis a isso. Acho que esta pessoa merece, de fato, ser julgada pelas urnas, já que nós aqui não pudemos fazê-lo. Deputado Reno Caramori, já que nós não conseguimos os votos para que ele pudesse ser julgado.

Eu espero que o PMDB coloque Paulo Afonso Evangelista Vieira como seu candidato à reeleição. Aí eu quero ver o que os catarinenses vão dizer de todas essas obras feitas, de todo esse belo Estado de qualidade, de todos esses benefícios. Aí não será feito o julgamento de um Partido, já que estavam dizendo que o PPB estava tentando tirar o Governo de Paulo Afonso antes do tempo, vai ser, então, no tempo certo!

E eu torço para que Santa Catarina tenha a oportunidade de julgar este Governo que está aí a causar tantos problemas para os catarinenses.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Eni Voltolini, eu, que tenho acompanhado as diversas mentiras deste Governo, aliás, todas comprovadas, quero cumprimentar Almeida Amaral, aquela empresa que aplicou dinheiro em Joinville para concretizar aquela obra.

E pergunto: quanto que esta empreiteira ainda tem para receber da Cohab? Os treze demais conjuntos continuam paralisados! Esse é o décimo quarto, temos ainda treze! E essa somatória perfaz mil seiscentas e duas casas ou apartamentos de pequeno porte. Das trinta e cinco mil que ele prega, são essas, mas só agora conseguiram inaugurar aquele conjunto em Joinville.

Eu acompanhei "pari passu", porque faz parte da nossa Comissão, a Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo. Os demais conjuntos estão paralisados por falta de pagamento. Quebraram a Cromoserv, a Almeida Amaral, a Engenho e a Serrana. Quanto à Expresso Sul, o Governador diz, no Diário Catarinense e no A Notícia, naquela folha demagógica e mentirosa, que ela é mais uma obra deste Governo, mas está paralisada, e o Governo deve 9 milhões para a CBPO.

Eu falei com um engenheiro da empreiteira, e ele está desesperado, porque vai ter que reconstituir todo aquele serviço. Quanto é que isto está custando ao povo catarinense?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PFL.

Com a palavra o senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, Deputado

Vanderlei Rosso, senhores Membros da Mesa, senhores Deputados, senhores da imprensa, visitantes que acompanham a sessão plenária nesta tarde de quarta-feira, 22 de abril, em nossa Assembleia Legislativa, e senhores servidores desta Casa, é triste, penoso o dever que tenho a cumprir nesta tarde como Presidente do Partido da Frente Liberal em Santa Catarina: o passamento do Líder de nosso Partido, Deputado Federal Luís Eduardo Magalhães.

Luiz Eduardo iniciou sua vida pública pelo Estado da Bahia, na Assembleia Legislativa, em 1982, mesmo período em que iniciei o meu mandato nesta Casa. Apreendi desde cedo a admirá-lo.

Conheci Luiz Eduardo quando era Deputado Estadual, e tive com ele diversas passagens como Deputado Estadual, quando a admiração com o tempo foi aumentando pela sua figura, pela sua liderança, pelo expoente em que ele se transformou na vida pública nacional.

A sua presença logo a seguir no Congresso Nacional, como Deputado Federal a partir de 1986 e por três mandatos consecutivos, o de 1986 e dois outros, em 1990 e 1994, só reafirmaram a importância deste verdadeiro Líder brasileiro que ao longo de vinte anos criou um espaço próprio na política brasileira.

Quem não se lembra da figura de Luís Eduardo Magalhães presidindo durante esta legislatura a Câmara Federal? Ele a conduzia com habilidade, com destreza, com comportamento exemplar, levando a efeito a tramitação e a votação das reformas constitucionais.

Honra-me sobremaneira, como partidário, poder nesta tarde relembrar para os senhores Parlamentares desta Casa, e não só relembrar nas palavras, mas também com o coração e com a visão que ainda me vêm, a condução que empreendeu Luiz Eduardo em toda a tarefa durante o seu período como Presidente da Câmara Federal.

Nestes últimos meses emprestou a sua colaboração, a sua parceria ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, atuando como Líder do Governo na Câmara Federal.

Preparava-se agora para o chamamento maior do seu Estado, devendo disputar em 4 de outubro a eleição para o Governo da Bahia.

Adversários de outros tempos estavam formando uma grande aliança em torno do seu nome. Partidos opositores ao nosso Partido na Bahia viam, sim, a figura do Deputado Luiz Eduardo acima até mesmo das legendas partidárias, e já manifestavam e emprestavam-lhe apoio nesta empreitada para disputar o Governo do Estado.

Era, sem dúvida, uma das apostas mais verdadeiras para o pleito de 4 de outubro. Os analistas, os observadores da política brasileira já tinham proclamado o resultado antecipado da disputa do Governo da Bahia.

Já se afirmava que o Deputado Luiz Eduardo governaria aquele Estado a partir de 1º de janeiro de 1999.

Pelas leis dos homens, pelas intenções do cidadão, do homem e da mulher provavelmente o seu futuro já estava marcado.

Permaneceria ainda este ano como Deputado, como Líder. Iniciaria o ano de 1999, e esta era a visão, era o que se observava, o que se falava, o que se comentava, como Governador da Bahia.

Previam-se que teria, sim, um êxito esplendoroso durante seu mandato e se

constituiria pela liderança nova, dinâmica, empreendedora que era no Parlamento, da mesma forma no Executivo, transformando-se num dos expoentes para a futura eleição do ano de 2002 para concorrer à Presidência da República.

Para os homens o destino de Luiz Eduardo estava marcado, mas para os designios do Altíssimo, para os designios marcados à nossa vida pelo Senhor, eles nem sempre estão correndo conforme as nossas intenções ou nossas programações.

Quem poderia imaginar que no dia de ontem o Brasil seria surpreendido com a notícia de que aquele jovem Parlamentar seria acometido de uma gravidade cardíaca, levando-o à Unidade de Tratamento Intensivo de um pronto socorro, em Brasília? Quem poderia supor que, internado, não fosse se recuperar rapidamente? Lamentavelmente, o infortúnio abateu-se sobre a família Magalhães, e, próximo às 20h, tomamos conhecimento, como todos os brasileiros, do infeliz e lamentável passamento do verdadeiro líder nacional Luís Eduardo Magalhães.

O Sr. Deputado Cesar Souza - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Antes de finalizar as minhas palavras, ouço o Companheiro Cesar Souza, que, como Deputado Federal, conviveu com Luís Eduardo Magalhães durante quatro anos na Câmara Federal, tendo mais oportunidades do que eu de conhecê-lo mais de perto.

O Sr. Deputado Cesar Souza - Nobre Colega, quero me solidarizar com V.Exa. nesta notícia tão trágica e violenta.

Para termos uma idéia da postura, do caráter e do companheirismo de Luís Eduardo Magalhães na Câmara dos Deputados, podemos perguntar ao Deputado José Genuíno, do PT, que era, evidentemente, numa situação contrária a ideologia do PFL, seu amigo e admirador.

Nós, homens públicos, que nos damos, nos entregamos a uma vida estressante, diga-se de passagem, deixando a hora do lazer, do descanso muitas vezes para nos empenharmos em favor das causas da população - que era o caso de Luís Eduardo Magalhães -, precisamos repensar a nossa saúde, o nosso bem-estar, evidentemente sem deixarmos as nossas convicções e o nosso trabalho do dia-a-dia.

Luiz Eduardo entrava na Câmara dos Deputados às 9h e saía à 1h, muitas vezes nem saía para almoçar. Realmente a sua vida era a Câmara, era Brasília, era o Parlamento Federal.

Juntamente com V.Exa. quero transmitir a tristeza deste Parlamentar e do PFL de Santa Catarina pela perda do grande Líder Nacional e da grande promessa de um político moderno e diferente que, tenho certeza, daria grandes contribuições ao nosso País.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Eu faço questão de incorporar o aparte do Deputado Cesar Souza a esta manifestação de pesar que apresentamos aqui no Plenário da Assembléia.

Gostaria, até, se me fosse permitido, pois já estamos nos aproximando do horário da Ordem do Dia, de poder falar mais de Luiz Eduardo, porque é muito bom, senhor Presidente, falar de quem se gosta, de quem se admira, e, além de gostar e admirar, ver que a sua admiração não é por um caráter personalista ou no caso individual, mas, sim, é em razão de uma liderança a nível de Brasil, que tem uma condição no processo político que só engrandece a classe.

Por isso, assomei à tribuna para dei-

xar esta palavra final, não a palavra do esquecimento, não a palavra que fica somente registrada nos Anais desta Casa, mas a palavra de alguém que vai buscar nos exemplos de Luís Eduardo Magalhães a continuidade de ações de trabalho, de comportamento para a vida pública.

Da mesma forma, queremos, nesta tarde, associarmos-nos à dor, ao pesar que enlutece o Partido da Social Democracia Brasileira, que perdeu um dos seus grandes expoentes também nesta Casa, que perdeu um dos seus laboriosos servidores, com quem convivi durante muitos anos como servidor desta Casa, o conhecido Caruzinho, a quem também quero neste instante deixar prestadas as homenagens, a saudade do nosso Partido pelo seu passamento.

Quero ainda apresentar a V.Exa., e por seu intermédio ao Plenário, um requerimento, em nome da nossa Bancada, solicitando que o Poder Legislativo de Santa Catarina apresente mensagem de condolências à família de Luís Eduardo Magalhães em razão do seu passamento.

Luís Eduardo Magalhães foi um grande exemplo de político na vida moderna do Brasil. Foi o político para os tempos atuais, um político que orgulhou a nossa classe e este País.

Era o que queria deixar registrado, senhor Presidente e senhores Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhor Deputado Pedro Bittencourt, na sessão de amanhã consultaremos os Líderes para saber da possibilidade de encaminhar uma mensagem em nome de todas as Bancadas ao Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente da Câmara dos Deputados, e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em relação ao Ministro. Se isto contemplar o seu pedido...

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Contempla, senhor Presidente. Agradeço imensamente, uma vez que não estive pela manhã quando da discussão desta matéria. Eu estava tentando me deslocar para a Bahia, mas lamentavelmente não consegui. Agradeço a providência adotada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa, justificativa de ausência dos senhores Deputados Afonso Spaniol, Hermeus de Nadal, Leodegar Tiscoski, Luiz Herbst e Wilson Wan-Dall.

O senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, procederá à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.)

Estão presentes 28 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 148/97, de procedência do senhor Deputado Luiz Herbst, que denomina Ginásio de Esporte Adelino Bona o ginásio de esportes do Colégio Estadual Dr. Francisco Izabel da cidade de Mafra, com sua discussão encerrada.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação em segundo turno do

Projeto de Lei nº 340/97, de autoria do senhor Deputado Volnei Morastoni, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da rede escolar pública e privada do Estado de Santa Catarina, com sua discussão encerrada.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 409/97, de autoria do senhor Deputado Hans Fritsch, que denomina Vereador Paulo Vermoehlen o ginásio de esportes constituído junto ao Colégio Estadual Adolfo Boering, no Município de Braço do Trombudo, com sua discussão encerrada.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 46/98, de autoria do senhor Deputado Lício Silveira, que dispõe sobre proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, empresas públicas e de economia mista, com as cláusulas que menciona.

Conta com o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, na esteira da argumentação que fizemos ao ensejo da primeira votação, o posicionamento da Bancada do PMDB, ou pelo menos da grande maioria dos seus membros, é contrário à aprovação desse projeto.

(Vaias das galerias)

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, a Bancada do PFL na semana passada, quando este projeto foi discutido e votado em primeiro turno, entendeu, na discussão, que alguns assuntos ainda não estavam devidamente equacionados e que não tinham sido apresentados à Bancada do PFL os argumentos que pudessem nos dar condições de deliberar e de votar a respeito da matéria.

Por esta razão, a Bancada do PFL ausentou-se do Plenário no momento da votação para não manifestar-se, porque não tinha ainda dados, elementos necessários e indispensáveis para poder posicionar-se a respeito da votação do Projeto de Lei nº 46/98, de autoria do Deputado Lício Silveira.

Durante o transcorrer deste final de semana e também no dia de hoje a Bancada recebeu as informações necessárias, a Bancada discutiu a respeito do projeto.

Tivemos ainda um encontro no dia de hoje com o Autor do projeto, que nos expôs todas as suas intenções, todo o objetivo do projeto. E após analisado pela Bancada, nós queremos fazer o encaminhamento, em nome da Bancada do PFL, de que votaremos favoravelmente à matéria, agora, no seu segundo turno de discussão.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente e demais Parlamentares presentes nesta sessão, o encaminhamento e a votação favorável do projeto de autoria do Deputado Lício Silveira, que foi acompanhado com a assinatura de vários outros Parlamentares, é uma consequência de um trabalho que esta Casa vem desenvolvendo já há muitos meses, buscando barrar o processo de privatização das nossas estatais.

Nós tivemos aqui no mês de dezembro, no dia 08 de dezembro, para ser mais precisa, uma das audiências públicas mais concorridas, com a participação inclusive do Fórum Parlamentar Catarinense. E desde essa época estivemos em Brasília, inclusive, eu e o Deputado Lício Silveira, trabalhando essa discussão da necessidade de que as autoridades catarinenses busquem barrar o processo de privatização.

Como não está se dando única e exclusivamente pela venda das ações, não só pela perda do controle acionário, mas também numa perspectiva de assinatura de contratos de gestão onde o controle efetivo das estatais, mesmo sem perda do controle acionário, se dá a partir da assinatura deste contrato, é que nós entendemos da necessidade, da importância e da urgência da aprovação em segundo turno do projeto em questão, até porque na segunda-feira nós já tivemos a autorização, numa assembleia da Casan, para a venda de sessenta milhões de debêntures, quando o Governo do Estado já tem venda em andamento de aproximadamente cem milhões de ações da nossa estatal de água e saneamento.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores, da mesma forma como desde o primeiro momento está alinhado nessa luta contra a privatização das nossas estatais em Santa Catarina, vai votar, em seis Parlamentares, a favor do projeto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Senhor Presidente e senhores Deputados, mesmo por discussão feita na Bancada do PSDB, mesmo que a constitucionalidade dessa aprovação se questione, a Bancada do PSDB encaminha favoravelmente a votação à aprovação desse projeto de autoria do Deputado Lício Silveira.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Júlio

Teixeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Senhor Presidente, em nome da Bancada do PFL, nós sugerimos a V.Exa. que faça o encaminhamento da votação nominal. Este é o requerimento que nós apresentamos neste momento.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente, considerando que as atuais lideranças fazem com que o Executivo tome atitudes dirigidas, atitudes obscuras, porque este Parlamento não tem conhecimento de como as coisas estão sendo feitas, porque nenhuma autoridade de Santa Catarina não tem conhecimento do que se faz dentro do Executivo com relação às nossas estatais, e isso é um verdadeiro acinte à democracia, a esta Casa e a qualquer cidadão que habita este Estado, o meu Partido vai votar favoravelmente ao projeto, que é não só de minha autoria como, também, de autoria dos 22 senhores Deputados signatários do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Tendo em vista que a Presidência deferiu o requerimento verbal para que a presente votação seja nominal, quem votar "sim" aprova o Projeto de Lei nº 46/98 e quem votar "não" rejeita o projeto.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação nominal.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO	
(Deputado Odacir Zonta) -	
DEPUTADO ADELOR VIEIRA	sim
DEPUTADO AFONSO SPANIOL	ausente
DEPUTADO CARLITO MERSS	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSOM SORGATO	não
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	ausente
DEPUTADA IDELI SALVATTI	sim
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	ausente
DEPUTADO IVO KONELL	não
DEPUTADO JAIME MANTELLI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	sim
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	ausente
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO LUIZ HERBST	ausente
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MIGUEL XIMENES	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	ausente
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	ausente
DEPUTADO ODACIR ZONTA	sim
DEPUTADO OLICES SANTINI	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTA AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERGIO SILVA	ausente
DEPUTADO UDO WAGNER	ausente
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO WILSON WANDALL	ausente
O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi	

Saretta) - Temos 23 votos "sim" e 6 votos "não".

Está aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/98, de procedência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que prorroga licença concedida pelo Decreto Legislativo nº 16.699, de 25 de janeiro de 1996, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada a Emenda nº 1.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a Emenda nº 1, que, Deputado Julio Teixeira, acrescenta o "art. 2º - o Governador e o Vice-Governador do Estado obrigam-se a remeter à Assembleia Legislativa relatório da viagem empreendida até 15 dias após o retorno".

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Perfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senhores Deputados como houve uma emenda, esse projeto de decreto legislativo exige a votação da redação final.

Consulto os senhores Líderes se desejam fazer uma sessão extraordinária hoje para a votação ou, caso contrário, estaremos incluindo-a na pauta de amanhã.

Se houver a concordância, podemos encerrar a votação das demais matérias da pauta, encerrar a sessão e convocar outra, extraordinária, para logo em seguida da votação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Senhor Presidente, a partir das 18h ou logo após o encerramento da sessão de hoje. Aliás, regimentalmente, a partir das 18h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Se houver concordância de todas as Bancadas, regimentalmente teríamos que fazer essa sessão às 18h.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - É nesse diapasão que nós fizemos a colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O PFL concorda nesse diapasão, assim como também as Bancadas do PT, do PMDB, do PSDB, do PDT e do PPB.

Votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 363/96, de autoria do senhor Deputado Carlito Merss, que cria o Conselho Estadual de Direitos Humanos - CEDH - e dá outras providências, com sua discussão encerrada.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em votação as Emendas de nºs 1 a 16.

Os senhores Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Em votação o projeto sem prejuízo das emendas.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente, somente para justificar, gostaria de dizer que esse projeto foi encaminhado à Casa no dia 10 de dezembro 1996, em data, inclusive, significativa, eis que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Neste ano, no dia 10 de dezembro, os Direitos Humanos estarão comemorando 50 anos em nível de ONU, dessa discussão de direitos humanos.

Esse projeto ainda não é o ideal, e nós fizemos uma discussão, inclusive, com o Deputado João Henrique Blasi, que era o Presidente da Comissão no ano passado.

Infelizmente, quero registrar que neste ano não tivemos nenhuma reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Entendemos que é fundamental que haja esse instrumento, que é o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Santa Catarina deve ser hoje o quarto ou o quinto Estado que já conseguiu viabilizar o instrumento do Conselho. De qualquer forma, este é o primeiro passo, essa implantação do Conselho, para que também se insira Santa Catarina nos Estados preocupados com essa questão, principalmente nós, que temos alguns itens gravíssimos na área de Direitos Humanos: a questão da prostituição infantil cada vez maior, a questão do trabalho escravo, a questão dos índios ainda na nossa cidade, a questão da violência contra a mulher, enfim.

De acordo com estudos feitos em convênio da Comissão com a Universidade Federal, comprovando estatisticamente a questão da violência contra a mulher, entendemos fundamental esse instrumento. E talvez algum outro encaminhamento ou melhoramento do próprio projeto poderemos fazer com emendas posteriores.

Eu, neste sentido, peço o apoio de todos os Deputados para a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) -

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Vitor Meireles, ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Sindicato, cumprimentando o nobre povo que com coragem e trabalho no próximo dia 26/04 comemora mais um aniversário.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito, ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Município de José Boiteux, cumprimentando-os por mais um aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito, ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palhoça, cumprimentando-os por mais um aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito, ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbó Grande, cumprimentando-os por mais um aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento do senhor Deputado Carlito Merss, solicitando o envio de mensagem telegráfica ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, manifestando preocupação diante da nomeação do Senador Renan Calheiros para o Ministério da Justiça, com sua discussão encerrada.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel, endereçada ao Governador do Estado, determinando regularização nos repasses pendentes aos funcionários do Centro Social Urbano Carlos Torinelli, no Município de Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção nº 002/98, de autoria de vários Deputados do PT, a ser enviada ao Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao Desembargador Souza Varela, Relator do pedido de Habeas Corpus nº 98003246-6, solicitando a revogação da prisão preventiva dos oito indiciados, membros do MST, em Campos Novos, através do habeas corpus citado anteriormente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a matéria constante na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para as 16h30min, para votarmos o Requerimento nº 205/98, de autoria do senhor Deputado Idelvino Furlanetto e outros e a redação final do Decreto Legislativo nº 07/98.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 22 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às dezesseis horas e trinta minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Lício Silveira - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sérgio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Comunico que a ata da sessão anterior será lida na próxima sessão ordinária, tendo em vista estar sendo

concluída.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - Não há expediente a ser lido, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo expediente a ser lido, adentramos imediatamente à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/98, de procedência da Comissão de Constituição e Justiça, que prorroga licença concedida pelo Decreto Legislativo nº 16.699, e adota outras providências.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor Deputado Idelvino Furlanetto e

outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Aeronáutica e ao Diretor do Departamento de Aviação, solicitando que seja instalado com urgência aparelho operando faixa de frequência elevada no aeroporto de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a matéria constante da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária,

para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regi-

mentais de serem apreciadas pelo Plenário. Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezesseis do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Eni Voltolini, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes, Pedro Uczai e, em substituição ao senhor Deputado Olives Santini, o senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente seguiu o seguinte encaminhamento para que: "conforme entendimento desta Comissão, e também em conversa mantida com os Relatores, hoje deliberaríamos os Relatórios a respeito das preliminares levantadas pelos senhores Deputados, sem o que nós não poderemos tomar nenhuma iniciativa, porque o que está em questão no momento são as preliminares. Queremos que tudo ocorra dentro da lei e da ordem nesta Comissão, vencendo as etapas, para que realmente se permita que todos os assuntos e todas as razões trazidas pelos senhores Deputados, através dos seus advogados, sejam analisadas pela Comissão. De sorte que hoje vamos ouvir o relato sobre as preliminares dos Deputados Relatores, o Deputado Romildo Titon, que tem o Processo nº 001, e, posteriormente, o Deputado Pedro Uczai. Se houver consenso dos senhores Deputados, poderemos discutir e analisar hoje. Mas, parece-me, que nenhum Deputado tem conhecimento dos Relatórios que serão apresentados. Havendo quorum regimental, todos estão de acordo para que se delibere a matéria. Então, inicialmente com a palavra o senhor Deputado Romildo Titon, que fará as suas manifestações, e, posteriormente, o senhor Deputado Pedro Uczai. Se houver ainda necessidade, abriremos uma oportunidade, se for o caso, aos advogados e, se houver pedido para vista, daremos a todos cópias para deliberarmos, então numa próxima Sessão da Comissão. O senhor Deputado Romildo Titon manifestou que: "não há como deixar de interpretar, a rigor, dado o inesquecível equívoco que precipitou a norma processual que o procedimento a ser seguido é o pela **extinção do processo**, no âmbito da Comissão desta Casa Legislativa. Assim procede, ao meu entender, a preliminar suscitada pelo Deputado Narcizo Parisotto, no sentido de que os Deputados representantes não têm legitimidade ativa para subscrever a presente representação, devendo, por esta razão o processo ser julgado extinto, sem análise acerca do mérito. No momento, mesmo reconhecendo o insanável vício de origem apontado, com a manifestação decisão de não procrastinar decisões, pois qualquer iniciativa de reexame da questão, além processualmente discutível, implicaria em tempo imprevisível. Convicto de sua responsabilidade, em respeito à expectativa da sociedade catarinense e ao compromisso com a celeridade do encaminhamento, considerando, sobretudo, a indispensável argumentação das partes, a farta documentação que institui o processo e a possibilidade de ter havido, em tese, um ilícito penal, entende este Relator devam os Autos ser encaminhados ao Ministério Público que, no legítimo uso da competência privativa de deflagrador de processo penal, proceda à devida apreciação e medidas cabíveis. Pois é o Ministério Público o único detentor da titularidade da ação penal, se convencido e assim entender" (notas taquigráficas), é o voto, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Júlio Teixeira. O senhor Deputado Pedro Uczai relatou sua manifestação que: "O procedimento ora em curso exige que o contraditório e ampla defesa, princípios constitucionais erigidos pela atual Carta Magna Federal, sejam plenamente observados. Estes, por certo, serão garantidos. Entretanto, cumpre salientar que ela deve ser observada

e propiciada, a partir da instauração do processo, seja ele disciplinar ou judicial, sendo incabível falar-se em contraditório para oferecimento da denúncia ou representação, como no caso em tela. Nesse sentido, o representante tem o pleno direito em participar de todos os praticados perante esta Comissão, pessoalmente ou por advogado legalmente constituído, que poderá fazer uso da palavra em momento próprio, respeitando o que dispõe o Estatuto da Advocacia, aplicando-se à espécie o mesmo procedimento adotado perante os Tribunais. Com relação ao mérito, deixo de examiná-lo neste momento por importar em juízo de valor, o qual só será possível após a instrução probatória. Quanto à ouvida das testemunhas arroladas e as diligências requeridas, me pronunciarei após a discussão e aprovação do presente parecer, é o parecer senhor Presidente". (notas taquigráficas), que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Júlio Teixeira. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 16 de abril de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro
*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às oito horas do dia vinte e três do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Júlio Teixeira e presentes mais os senhores Deputado Eni Voltolini, Romildo Titon, Pedro Uczai, João Henrique Blasi e, foi justificado a ausência dos senhores Deputados Ivan Ranzolin, Olives Santini, Jorginho Mello, Miguel Ximenes, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, conjuntamente com a Comissão de Educação. Abertos os trabalhos a senhores Deputada Ideli Salvatti representando o senhor Presidente da Comissão de Educação, que abriu diálogo entre as entidades e autoridades na área da educação, em referência os Projetos de Lei nº 031/98 e de Lei Complementar nº 001/98. Após o debate, todos ficaram satisfeitos com a desenvoltura e a projeção das Audiências Públicas Macro-regionais, iniciando sua jornada em Florianópolis, e no dia 27/04, no Município de Criciúma; no dia 30/04, nos Municípios de Blumenau e Joinville; no dia 04/05, nos Municípios de Chapecó e Joaçaba e no dia 07/05, no Município de Lages, após o encerramento da reunião, o senhor Presidente agradeceu o convite e desejando sucesso no cronograma estipulado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente reunião, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 1998.

Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro
*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Olives Santini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes, Pedro Uczai e, em substituição ao senhor Deputado Eni Voltolini, o senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos, reuniu-se a Comissão de Constituição,

Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra aos senhores procuradores para se manifestarem com referencial ao relatório dos senhores relatores, após a ouvida, o senhor Presidente consultou se havia mais algumas questões a serem levantadas antes da deliberação para votação, a seguir o senhor Deputado Júlio Teixeira, por questão de ordem solicitou pedido de vista aos dois processos de Representação nºs 001 e 002/98. Assim sendo, por estar de conformidade regimental, foi cedido para vista dos processos de Representação, até, próxima 5ª feira, dia 30 deste mês, onde seria analisado voto vista e, após seguirá à votação. O senhor Presidente advertiu que quem quisesse vista dos processos, que solicitasse na mesma oportunidade, não havendo manifestação. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente reunião, da qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Olíces Santini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO,
CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA, REFERENTE À 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Aos seis dias do mês de abril, de um mil novecentos e noventa e oito, compareceram na Sala de Reunião das Comissões Técnicas os Senhores Deputados Norberto Stroisch Filho - Presidente, Carlito Merss - Vice-Presidente, Júlio Teixeira, Reno Caramori e Luiz Herbst. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente abriu a presente reunião, solicitando ao Secretário da Comissão que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior, que posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente deu conhecimento aos membros da Comissão do ofício recebido do Senhor Líder do PMDB, Deputado João Henrique Blasi, substituindo o Senhor Deputado Hans Fritsche pelo Senhor Deputado Miguel Ximenes. Em seguida o Senhor Presidente fez a leitura do Ofício nº 011/98, de 02 de abril de 1998, endereçado ao Presidente deste Poder, reiterando o Ofício de nº 369/97, de 20 de maio de 1997, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Moacir Bértoli, constante do processo nº 003.7/97, de procedência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que encaminha justificativa do Diretor de Material e Patrimônio deste Tribunal, referente ao Decreto Legislativo nº 1615/96, que anula a tomada de preços nº 047/9, junto ao processo nº 06070111, que solicita informações do Senhor Deputado Pedro Uczai. O Senhor Presidente deu conhecimento aos membros desta Comissão das correspondências expedidas aos órgãos de Imprensa, Senadores, Deputados Federais, Presidentes dos Sindicatos dos Empregados em estabelecimentos bancários e outras autoridades, que dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e dá outras providências. O Senhor Deputado Júlio Teixeira e os demais membros da Comissão demonstraram-se indignados, pois a sociedade não agüenta mais ouvir falar em assaltos a Banco. Em seguida o Senhor Presidente fez a leitura do placar dos assaltos bancários durante os três primeiros meses de 1998, totalizando 28 e uma grande perda de recursos. O Senhor Deputado Reno Caramori usou a palavra solicitando ao Senhor Presidente a distribuição da Ata aos Membros da Comissão, antes da reunião, para evitar perda de tempo, sendo acatado. Continuando a fazer uso da palavra, o Senhor Deputado Reno Caramori fez a leitura do Ofício nº 003.7/98, de procedência da Procuradoria Geral de Justiça, que encaminha cópia do Quadro de despesas do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1998, relatado pelo Senhor Deputado Lício Mauro da Silveira, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor Deputado Reno Caramori fez a leitura do Ofício nº 005.2/98, de procedência da Procuradoria Geral de Justiça, que encaminha Relatório das Atividades do Ministério Público no ano de 1997, e solicita o

cumprimento do que dispõe o artigo 101 da Constituição Estadual, que tem o seguinte teor: "Art. 101 - O procurador Geral de Justiça comparecerá, anualmente, à Assembléia Legislativa para relatar, em sessão pública, as atividades do Ministério Público", que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Reno Caramori solicitou, ainda, o envio de um expediente à Mesa Diretora deste Poder dando ciência de seu parecer sobre a matéria. Por fim o Senhor Presidente deixou a palavra livre, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e não havendo manifestações, encerrou a presente reunião. Para constar, eu Nelson Martins Filho, Secretário da Comissão, com digitação de Marly Jacques, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros presentes.

Sala da Comissão, em 06 de abril de 1998.

Deputado Norberto Stroisch Filho - Presidente
Deputado Carlito Merss - Vice-Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Membro
Deputado Reno Caramori - Membro
Deputado Luiz Herbst - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro substituto

*** X X X ***

**COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
EM 30 DE MARÇO DE 1998**

Às quatorze horas e trinta minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Hans Fritsche - Herneus de Nadal - Ideli Salvati - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olíces Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Solicito ao senhor Deputado Volnei Morastoni que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Boa-tarde! Neste momento a sessão ordinária desta Casa fica transferida para uma sessão especial da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, para tratarmos sobre o requerimento que ensejou tal reunião.

É com imenso prazer que a Comissão de Saúde realiza esta reunião, com o objetivo de debater sobre o teto financeiro que o Ministério da Saúde repassa para o Estado de Santa Catarina e quais as suas repercussões sobre os tetos financeiros dos Municípios catarinenses.

Havíamos convidado para esta reunião um representante do senhor Ministro da Saúde, que na semana passada, quarta-feira, em contato com esta Casa, comunicou da impossibilidade de comparecer bem como de indicar outro representante em função da situação de interinidade que ocorre naquele Ministério.

Convidamos muito especialmente vários outros representantes para esta reunião, como o Secretário Estadual da Saúde, o qual convido para compor a mesa, e os Deputados Federais e Senadores catarinenses que compõem o Fórum Parlamentar de Santa Catarina no Congresso Nacional, em Brasília.

Até o momento temos aqui os Deputados Federais Décio Knop, Serafim Venzon e Hugo Biehl. Convido os Deputados Federais nominados e outros que estiverem chegando para participarem da mesa dos trabalhos desta reunião.

Também foram convidados o Conselho de Secretários Municipais de Saúde, todos os Secretários Municipais da Saúde de Santa Catarina e os Prefeitos.

Encontram-se presentes os Deputados Estaduais Eni Voltolini, Idelvino Furlanetto, Lício Silveira, e Odacir Zonta.

Convidamos também para participar desta reunião o Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado de Santa Catarina, a Associação Catarinense de Hospitais, os membros da Comissão Intergestores Bipartite, todas as Câmaras Municipais do nosso Estado, o Fórum Popular de Saúde.

Qual o objetivo desta reunião? Sabemos que a saúde atravessa uma situação muito difícil em todo o Brasil. Nas últimas semanas tem ocorrido uma série de reuniões do Conselho Estadual dos Secretários Municipais da Saúde, da Comissão Intergestores Bipartite com Secretários Municipais da Saúde pelo fato do teto financeiro

previsto no orçamento da saúde do Ministério da Saúde para o Estado de Santa Catarina para 1998 ser de um valor e aquilo que seriam os recursos financeiros necessários para o Estado implementar o PAB (e as variáveis do PAB, implementar a parte dos exames especializados, de toda a parte ambulatorial, das internações hospitalares), quer dizer, aquilo que seria necessário, estar em defasagem, pelos cálculos.

Este é também um dado que vamos precisar esclarecer, porque temos ouvido algumas variações de valores, mas pelo que me consta, ao Estado de Santa Catarina estaria previsto em torno de R\$13.000.000,00 a menos do que necessariamente precisaria receber em 1998 para que o Estado e os Municípios possam dar conta dos seus serviços, das suas ações de saúde, que têm como responsabilidade perante o povo de nosso Estado.

Portanto, em função dessa eventual defasagem prevista de recursos no teto financeiro estadual, as reuniões que se sucederam a partir do Conselho de Secretários Municipais da Saúde, do Conselho Intergestores Bipartite e a Secretaria Estadual de Saúde aventaram a possibilidade de se efetuar cortes aos Municípios em relação aos tetos financeiros dos mesmos.

Estando presente como Presidente da Comissão de Saúde desta Casa nas reuniões mencionadas, pudemos constatar o clamor dos Secretários Municipais da Saúde, eis que os Municípios já estão no seu limite. Como disseram em diversas oportunidades, os Municípios não tem mais gordura para cortar, já estão cortando músculo, já estão no osso.

Então, fazia-se necessário trazer essas informações, muito especialmente aos Deputados Federais do nosso Estado que compõe o Fórum Catarinense e também aos Deputados Estaduais, além de dar um conhecimento mais amplo a toda sociedade catarinense, para que possamos (e acredito que haverá um encaminhamento nesse sentido no final desta reunião) juntar esforços suprapartidariamente e nos mobilizarmos (o Fórum Parlamentar Catarinense da Assembléia Legislativa do Estado, o Governo do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde, o Conselho dos Secretários Municipais da Saúde, os demais segmentos que deveremos incorporar nessa grande cruzada) junto ao Governo Federal, ao Ministério da Saúde para que se impeça esse corte que se vislumbra nos recursos para o nosso Estado.

Nesta reunião, o Secretário Estadual da Saúde, Dr. Carlos Schoeller, poderá expor essa situação, bem como, da parte do Estado, se em alguma eventual situação se concretizasse esse corte mencionado da parte do próprio Estado, qual que seria a sua posição.

Então, antes de dar início ao tema propriamente dito, aproveitamos para mencionar a presença também do Deputado Federal Valdir Colatto, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, o qual solicito que componha a mesa. É muito importante que os nossos Deputados Federais e Senadores aqui presentes possam compor a mesa.

Estão presentes também os Deputados Estaduais Udo Wagner (da Comissão de Saúde), Lício Silveira, Norberto Stroisch, Vanderlei Rosso, Sérgio Silva (Vice-Presidente da Comissão de Saúde).

Nós licitamos uma série de representantes que fariam uso da palavra, e parece que houve um acordo com o Secretário Estadual para que ele falasse após os Secretários Municipais.

Então, podemos iniciar com o Dr. Carlos Schoeller, Secretário Estadual da Saúde, que vai falar durante quinze minutos, que foi o tempo que ele nos solicitou para expor a situação. Em seguida, vamos ouvir a Presidente do Cosems, Adelianna Dal Pont.

O Conselho de Secretários Municipais escolheu hoje pela manhã mais dois Secretários Municipais para fazer uso da palavra: o Dr. Celso Della Giustina, de Rio do Sul, que é também membro da Comissão Bipartite, e o Dr. Edson, Secretário da Saúde de Blumenau.

Na sequência, o Fórum Parlamentar Catarinense, a Associação Catarinense de Medicina e a Associação Catarinense dos Hospitais também terão um tempo para se manifestar.

Como o nosso tempo é exíguo, nós vamos ter que estabelecer um tempo de três ou cinco minutos para essas manifestações, e se houver possibilidade iremos franquear a palavra a outros representantes.

Naturalmente que vamos ter que garantir a palavra aos nossos Deputados Federais e aos Deputados Estaduais em função do próprio objetivo desta reunião, que é obter esse empenho coletivo de toda essa representação do Parlamento catarinense e dos Parlamentares Federais para gestões que deverão acontecer em nível do Ministério da Saúde.

Isso é muito importante, porque pude perceber nas reuniões que participei junto ao Conselho de Secretários Municipais da Saúde e junto também a uma reunião da Bipartite, que os Secretários Municipais estavam ansiosos por uma reunião como esta, onde pudessem ter a presença dos Deputados Federais, dos nossos Senadores, dos Deputados Estaduais para poderem passar as informações sobre essa situação, essa realidade, e poder daqui tirar compromissos de encaminhamento, porque a Saúde no nosso Estado

não pode ficar prejudicada.

Portanto, passo a palavra ao Dr. Carlos Schoeller, Secretário Estadual da Saúde, durante quinze minutos, para que faça a sua exposição.

O DR. CARLOS SCHOELLER - Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde; os Deputados Estaduais e Federais aqui presentes; os Secretários Municipais da Saúde, a Presidente do Cosems, Dr^a Adelianna Dal Pont; os Presidentes da Associação Catarinense de Medicina, da Federação dos Hospitais de Santa Catarina; os diretores da Secretaria do Estado, enfim, todos os presentes.

Quero dizer a todos vocês que realmente a situação é preocupante.

Nós, durante o ano de 97, tendo feito um extenuante serviço de pactuação entre Municípios e Secretarias de Estado, conseguimos alguns avanços e alguns retrocessos no setor de Saúde. E isso culminou com uma alteração, sob forma de portarias, da fórmula como se calcula o teto estadual. Cito isso porque não aconteceu exclusivamente aqui no Estado, houve na verdade um contingenciamento de mais de 1,9 bilhões de dólares no orçamento do setor de Saúde para o Brasil.

Aqui há dois aspectos: se por um lado nós evoluímos muito com a implantação do PAB (Piso de Atenção Básica), por outro lado a retirada do contingenciamento desse dinheiro fez com que, segundo dados colhidos da Internet, analisados pelo Conselho de Secretários Municipais da Saúde, os orçamentos de 1996/97, se comparados com o de 95, incorrigidos, apresentassem um resultado constrangedor. De 95 para 96 houve uma perda de 18%, e comparando-se 95 com 97, vemos uma perda de 10% no orçamento do setor saúde.

No orçamento executado de 97, destacam-se despesas com o pagamento de uma dívida de 1,7 bilhões de dólares, que na verdade não foram aplicados no setor saúde, foram pagos de uma dívida contraída junto ao FAT, e portanto não é aplicação real no setor saúde.

O fato do Conselho Nacional de Saúde e do Congresso aprovarem o orçamento, vocês todos sabem que isso não significa que obrigatoriamente ele vai executar, isso é decidido no segundo e no terceiro escalão. Em 1997, por exemplo, o orçamento aprovado foi de 20,4 bilhões de reais; liberados pós bloqueio 19,2 bilhões de reais; empenhados 18,8 e efetivamente 17,6 bilhões de reais.

Então, isso significa que nós tivemos, em nível de Brasil, uma redução que vou ilustrar aos nobres Deputados depois sob a forma de gráficos. E assim por diante o dinheiro, inclusive o da CPMF, que foi integralmente gasto no setor saúde, foi tirado de outros itens orçamentários.

Então, o drama no Estado de Santa Catarina nós vamos apresentar a todos vocês. Já tem uma carta do Cosems, uma carta da Secretaria da Saúde, e peço a ajuda de todos, de toda a sociedade, de todo mundo, para que se mobilizem, porque nós precisamos, no mínimo, para fechar as contas - não as da Secretaria de Estado, entenda-se bem, mas as contas do Estado com o setor saúde, onde cada Município pactuou sua produção, onde cada Município trabalhou nisso -, de 13 milhões de reais/ano. E nós precisamos um ideal de no mínimo 33 milhões de reais.

(Projeção de slide)

Então, essa é a simulação do teto financeiro, e ali a programação compactuada integrada.

Se colocarmos o mínimo dos mínimos possível, precisamos de R\$287.000.000,00 sem os incentivos. Comparem com aqueles 278, que é o nosso teto; esse é o básico para não precisar começar a amputar membros.

Agora, idealmente, precisamos de R\$312.000.000,00 para fechar toda a nossa programação. E essa é a linha que o Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde está trabalhando, que foi em cima de uma programação pactuada, em que cada Município coloca à disposição de outros Municípios circunvizinhos o seu arsenal, a sua produção, o que pode fazer.

Isso representa um déficit de cerca de R\$33.000.000,00 num ano. É por isso que eu gostaria que os nossos Deputados Federais, os nossos Deputados Estaduais, os nossos Prefeitos, os nossos Secretários da Saúde participem dessa discussão profundamente. É essa a diferença que gostaríamos de brigar para que efetivamente tivéssemos esse teto, para que o setor saúde, pelo menos, mantenha-se melhor do que vem funcionando.

(Projeção de slide)

No Projeto Reforsus(?), foi o único dinheiro mais ou menos novo que veio para o Estado. Só coloquei o Projeto Reforsus porque, na verdade, no ano passado poucos convênios com o Ministério da Saúde foram honrados. Então, do Projeto Reforsus, dos R\$13.000.000,00 até o momento que tivemos, somente R\$3.300.000,00 vieram para o Estado.

(Projeção de slide)

Num comparativo bastante rápido a respeito dos três Estados

da região Sul, tivemos (essa é a parte técnica, um pouco mais difícil de explicar) um grande incremento em tudo o que diz respeito à medicina básica.

(Projeção de slide)

Agora, quando comparados assistência ambulatorial e assistência de alto custo, vemos que o Estado de Santa Catarina não teve um incremento significativo. Na verdade, tivemos uma redução. Tivemos um grande incremento no PAB da ordem de quase R\$10.000.000,00 por ano e agora tivemos uma redução justamente no serviço de média e alta complexidade.

Todos sabem que de uma hora para outra, por um decreto, por um desejo ou por uma lei, mesmo que ela seja cumprida, não conseguiremos reduzir o volume de doentes de um dia para outro. Precisamos de pelo menos algum tempo, precisamos reestruturar todo o serviço de assistência básica, de saneamento básico, precisamos continuar com nossos índices alto de vacinação para que tenhamos, num espaço breve de tempo, uma melhora na assistência à saúde. E consequentemente, não tenho dúvida, daqui a um, dois ou três anos poderemos conseguir uma redução no serviço de alta e média complexidade.

O problema é que da maneira como está acontecendo hoje nem vamos conseguir incorporar tecnologia nova, e já não estamos conseguindo; em segundo lugar não vamos conseguir fechar o Orçamento do Estado em relação ao setor saúde.

Eu quero dar mais alguns dados. Por exemplo, em nível federal, o Ministério da Fazenda arrecada e repassa ao Ministério da Saúde, de CPMF, 80% diretamente e 20% com retenção de FEF, que é repassado depois.

Em 1997, a CPMF arrecadou 6,9 bilhões de reais. Como proposta do Conselho Nacional de Saúde, e como era a proposta original, (eu conversei individualmente com todos os Deputados e tivemos longas discussões a respeito), esse dinheiro era para ser integralmente incorporado ao orçamento do Ministério da Saúde, ou seja, teríamos 20,4 bilhões de reais, que era o orçamento original de 1995, mais 6,9 bilhões de reais da CPMF.

Na verdade isso não aconteceu. Na verdade o que aconteceu é que o Ministério da Saúde, no ano passado, realizou um orçamento de apenas 17,6 bilhões. O resto foi usado para pagar essas dívidas do FEF e o restante foi usado como retirada de orçamento de outras fontes orçamentárias, ou seja, deu-se com uma mão e retirou-se com a outra.

Isso agora para nós está se tornando crucial. Nós estamos observando há um ano e meio uma NOB, que foi aprovada em 1996 pelo Congresso e foi colocada em implantação em 1996. A NOB é uma Norma Operacional Básica que as relações entre Secretarias, Ministério e Secretarias Municipais de Saúde.

Nós vamos já para o segundo aniversário da NOB 96 sem a implantação da mesma, ou seja, ou nós agora nos mobilizamos, com a ajuda de todos vocês, para que esse dinheiro seja definitivamente incorporado ao setor Saúde, ou nós vamos ter problemas extremamente sérios no que diz respeito ao financiamento federal do setor Saúde do Estado de Santa Catarina.

Vai ter que caber a ingrata tarefa de cortes à Comissão do Conselho Intergestor Bipartite, que é uma comissão mista, formada por Secretários Municipais de Saúde e por técnicos da Secretaria. Nós, muito honestamente, não gostaríamos que acontecesse qualquer tipo de corte, inclusive vou pedir licença para a Carmen, para citar o exemplo de Lages.

A Carmen tem como teto do Município de Lages R\$600.000,00. No ano passado, durante 1997, ela recebia R\$600.000,00 do teto municipal, mais 25% referente ao atrasado que o Governo estava devendo, que significava mais R\$150.000,00, e mais 25% referentes aos 25% que estavam em dia.

Isso totalizava para Lages, em 1997, durante o ano todo, R\$900.000,00 por mês no setor Saúde. Neste ano, na melhor das hipóteses, ela vai receber R\$750.000,00 por mês. Se o sistema funcionava com muitas restrições com R\$900.000,00, com R\$750.000,00 por mês nós vamos ter problemas sérios. O mesmo exemplo se aplica a Blumenau, Joinville ou a qualquer cidade do Estado que já esteja em gestão semiplena. Nós tivemos de imediato essa não-incorporação dos 25% que estavam em atraso.

Finalmente, quero deixar claro aos senhores Deputados que vamos precisar do empenho de todos na alteração urgente da tabela do Sistema Único de Saúde.

Uma das coisas que me credenciou estar aqui hoje foi o fato de eu ter sido Diretor de hospital. Inclusive, falei demoradamente com muitos Prefeitos a respeito de hospitais, com o Presidente da Federação dos Hospitais, com o Presidente da Associação Catarinense de Medicina, dizendo que não temos mais condições de comprar serviços da área médica, quando a consulta vale R\$2,54.

Não temos como manter as portas abertas dos hospitais do interior, e isso não fazendo nenhum tipo de demagogia. Eu desafio qualquer um dos senhores que consiga dar casa, comida, enfermagem

e medicação por uma diária média de R\$4,50.

Hoje seria muito mais barato para qualquer um de nós fazer turismo e utilizar as dependências de hospitais, pagando até o dobro dessa tabela, porque é isso que o Sistema Único de Saúde hoje repassa. E se não tivermos uma discussão profunda em relação a isso, eu tenho quase a convicção de que 295 hospitais que existem no Estado de Santa Catarina, se não tiverem a ajuda da comunidade, do Governo do Estado ou da Prefeitura, não terão condições de prestar um serviço de qualidade, que é o que todos nós queremos.

(Projeção de slide)

Isso aqui, em verde, seria o total de recursos da Saúde somados aos recursos estaduais e federais. E isso em vermelho seria o total dos recursos estaduais, que têm uma leve tendência ao aumento, se colocando em torno de 7% do Orçamento do Estado para o setor Saúde.

Quando somados com os recursos federais, vimos a queda, que eu mencionei para vocês, de 1995 a 1998. Eu não preciso dizer que esses valores são absolutos, que não são corrigidos. Isso significa que em 96 e 97 o volume de investimentos caiu cada vez mais na área federal.

Então, esse é o momento que nós estamos vivendo. Nós temos certeza de que vamos conseguir sensibilizá-los para que consigamos, pelo menos, ter esses valores restabelecidos o suficiente para que consigamos fechar a programação pactuada integrada de todo o Estado, onde trabalhamos quase dois anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Aproveitamos para registrar a presença do Deputado Federal Paulo Bauer e do Senador Vilson Kleinübing. Convidamos ambos a participarem da mesa dos trabalhos.

Enquanto a Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde se prepara para falar em nome dos Secretários Municipais, gostaria de registrar que o Deputado Federal Neuto De Conto justifica a sua ausência em função de uma viagem.

O Deputado Federal Vânio dos Santos teve um problema com acidente de carro, por isso, está impossibilitado de comparecer.

O Deputado Milton Mendes de Oliveira também estava se dirigindo para cá quando recebeu a informação de que uma irmã faleceu, por conseguinte, teve que se deslocar para Criciúma.

A partir desse momento, vamos ter que restringir o tempo de falação, em função da grande quantidade de pessoas que querem se pronunciar.

Com a palavra a Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, senhora Adeliã Dal Pont.

A SRA. ADELIANA DAL PONT - Gostaria inicialmente, na condição de Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, que foi criado para que nos uníssemos numa luta conjunta em defesa da saúde da nossa população, agradecer a esta Casa, na pessoa do Deputado Volnei Morastoni, que viabilizou e que está dando esta oportunidade a todos nós, Secretários, para que possamos conversar com os nossos Deputados, colocando as nossas dúvidas e os nossos problemas.

Gostaríamos de dizer aos senhores Deputados que estamos precisando da ajuda política, da representação política que vocês têm. Por mais que nos unamos, não temos encontrado forças e nem eco no Ministério da Saúde para que esses problemas do nosso Estado sejam resolvidos.

Para que eu consiga ser um pouco mais sucinta, vou pedir licença a todos vocês para ler algumas considerações do Conselho de Secretários.

(Passa a ler)

“O Sistema Único de Saúde vem sendo submetido constantemente a limitações de financiamento. E isso se constitui num grande motivo de preocupação para os gestores municipais do sistema.

Temos preocupação, porque sabemos que, apesar da mídia contrária e das deficiências que ele ainda apresenta, o SUS é a maior conquista de cada cidadão brasileiro em termos de saúde pública. Nosso papel, enquanto profissionais, autoridades representativas, gestores e cidadãos, é o de defendê-lo e melhorá-lo.

E não é sem razão: todos ainda lembram que no Brasil até bem pouco tempo atrás só tinha acesso ao Sistema Único de Saúde quem possuísse a carteira de benefício. O SUS, felizmente, corrigiu essa injustiça com a universalização do atendimento aos cidadãos. O acesso aos serviços públicos de saúde passou a ser garantido a todos constitucionalmente. E não temos dúvidas de que hoje passa por nós a responsabilidade de mantê-lo.

É por acreditar na viabilidade desse sistema e zelar pela

saúde cidadã, pela saúde de todos, que o Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Santa Catarina entende que precisamos buscar reforços ao SUS e reunir defesas para torná-lo menos frágil do ponto de vista do financiamento.

Os Municípios não podem concordar com a redução de recursos ou de serviços, porque somos responsáveis pela saúde de nossa população, que é quem de fato acaba prejudicada. E se não fizermos alguma coisa, é isso que vai acontecer, já que está faltando dinheiro para a Saúde em Santa Catarina.

O montante que a Saúde do Estado precisa hoje é de pouco mais de R\$290.000.000,00, no entanto, o Ministério da Saúde já fixou um total de apenas R\$278.000.000,00.

Se persistir o atual orçamento, vão faltar aproximadamente R\$12.000.000,00 para o custeio das ações ambulatoriais especializadas como exames laboratoriais, radiológicos, tratamentos especializados e internações hospitalares. A falta de recursos neste momento obrigatoriamente resultaria no corte de serviços, prejudicando os usuários.

O Cosems, que sempre defendeu a definição de financiamento estável à Saúde, acredita e defende que é preciso negociação para que se evite mais uma agressão ao SUS e à população que dele necessita.

Estamos vendo a crise financeira por que passa o SUS, mas acreditamos que a saída para ela passa por pontos como:

Financiamento definido e definitivo, o que se concretiza na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 169 - do Deputado Eduardo Jorge e outros, que defendem a inclusão na Constituição de que deva ir para a Saúde, no mínimo, 30% dos recursos da Seguridade Social e, no mínimo, 10% dos orçamentos próprios da União, Estados e Municípios.

Descentralização urgente como caminho para melhorar a eficiência e eficácia das ações. E em nível estadual é imprescindível que o Ministério da Saúde reanalise o orçamento, disponibilizando os R\$290.000.000,00 necessários para de imediato evitarmos redução de serviços à população.

Isso só terá chance de ser viabilizado se houver uma grande união, uma grande mobilização de todos nós, dos Senadores aos Secretários Municipais de Saúde."

Estamos clamando que essa união se concretize, que essa mobilização aconteça, eis que ela é fundamental para todos nós que estamos à frente de um serviço dramático de Saúde da nossa população.

Usamos a palavra inicialmente para tentar sensibilizá-los dessa necessidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço, Senhora Adeliana, Secretária Municipal de São José e Presidente do Cosems.

Gostaria de reiterar o convite ao Senador Vilson Kleinübing, para que pudesse nos dar a honra de estar presente à mesa. Ao mesmo tempo gostaria de registrar a presença dos senhores Deputados Estaduais Reno Caramori, Francisco Küster, Pedro Uczai, Hans Fritsche, Gilson dos Santos, Herneus de Nadal, Leodegar Tiscoski e Júlio Teixeira.

Passo a palavra, então, ao Secretário Municipal de Rio do Sul e membro da Comissão Intergestores Bipartite, Celso Della Giustina.

O SR. CELSO DELLA GIUSTINA - Senhor Presidente e senhores Deputados, senhor Senador, Deputados Federais, Prefeitos Municipais, colegas Secretários, vamos tentar neste exíguo espaço de tempo colocar a situação de uma maneira extremamente prática.

O Orçamento Federal para Santa Catarina é dividido em três fatias. Uma destinada àquilo que o nosso Secretário da Saúde colocou, que é para o Piso de Atenção Básica, chamado PAB. Estes recursos devem ser aplicados prioritariamente nas ações preventivas e básicas, não fazendo mais do que quarenta procedimentos dentro de um universo de setecentos procedimentos hospitalares e de ambulatorios que nós temos.

Uma segunda fatia que é destinada à assistência especializada em nível ambulatorial, que é para os exames de maior complexidade, os raios X, exames de laboratório, ressonâncias magnéticas, tomografias, tratamentos especiais, etc; e uma terceira fatia é destinada aos gastos que se tem com os recursos hospitalares.

Muito bem, o Governo Federal, com a implantação da nova política de se incrementar a prevenção, destinou outra parcela do PAB, em 1998, aos Municípios catarinenses, 51 milhões e alguns mil reais, para que pudessemos dar assistência ao PAB, e sobraram 226 milhões para a assistência especializada e para as assistências às internações.

Nós fomos buscar os dados na Data-SUS para ver quanto Santa Catarina gastou com esses serviços no ano que passou, e o que encontramos foi que Santa Catarina gastou, com todas as dificuldades, 239 milhões na área de assistência especializada em internações hos-

pitalares.

Portanto, R\$12.375.000,00 a mais do que o Orçamento alocado para o ano de 1998. E eu pergunto aos senhores Deputados: se nós que já tínhamos uma grande dificuldade em poder dar assistência especializada aos nossos usuários, se nós estamos contentes com a fila de espera, pois todo dia pessoas batem às portas dos seus gabinetes, solicitando radiografias, consultas especializadas porque estão sendo marcadas para daqui a sete ou oito meses, porque não se tem recursos, então, como é que nós, com 12 milhões a menos, ficaremos na assistência especializada aos nossos usuários? Mudar o investimento na Saúde - como diz o Secretário - por uma ação ministerial?! É difícil.

É certa a política de investimento à prevenção? É certa, mas é preciso que se garanta, pelo menos, aquilo que se gastou no ano anterior, porque a persistir isso, nós, os Secretários Municipais, é que teremos que dizer aos nossos usuários: não temos tomografia, tratamento para o câncer, para raio X especial, não podemos liberar arteriografia; a sua cirurgia das varizes só será efetuada no ano que vem, e aí nós é que seremos os incompetentes.

Senhores Deputados Estaduais e Federais, senhores Senadores, somente com a união da classe política, numa pressão efetiva junto ao Ministério da Saúde, é que conseguiremos reverter esse quadro.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos ao Dr. Celso, e passo a palavra ao Dr. Edison Adriano, Secretário Municipal de Saúde, de Blumenau.

O SR. EDISON ADRIANO - Senhor Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, Deputado Volnei Morastoni, senhores Deputados Estaduais e Federais, Senador Vilson Kleinübing e minha Presidente, Companhia Adeliana, demais autoridades.

Estamos aqui presentes, e não importam nossas diferenças partidárias, pois esse movimento é suprapartidário, porque temos em comum a crença no Sistema Único de Saúde. Temos em comum a crença de que o SUS é um processo social em construção e não pode ser detido, nem destruído.

Queremos aqui, hoje, apresentar o nosso repúdio ao desfinanciamento do direito à vida e à saúde.

(Passa a ler)

"Virou moda autoridades federais irem para a mídia com o discurso antigo e surrado que os problemas da Saúde estão, todos, na corrupção e no mau uso dos recursos.

É um discurso cômodo, fácil e cai bem. Tira de sobre si qualquer culpa. Descarrega sobre o conjunto de prestadores toda a carga de ira do coletivo não atendido. Quando se fala em prestadores entenda-se o englobamento dos serviços de saúde públicos dos Estados e dos Municípios e todos os contratados privados, lucrativos ou filantrópicos.

Joga sobre serviços e profissionais da ponta, pára-choques da sociedade, toda a culpa pelo que de mal existiu, existe ou existirá na Saúde. Confunde-se causa e consequência. Misturam-se os maus e incompetentes, uma minoria que comprovadamente existe, com bons, honestos, comprometidos e eficientes.

Esta confusão proposital pretende esconder o descompromisso da União, comandada (perdoem-me o termo) por verdadeiros 'social-killers', com o financiamento da Saúde como direito do cidadão, adquirido e conquistado pela sua escolha de financiar as três áreas da seguridade social - saúde, previdência e assistência social -, através de impostos e contribuições.

Os números não podem mentir. O que mais lamentamos é que boa parte das pessoas não têm acesso à compreensão desses números. Conseqüentemente têm suas cabeças feitas pelos discursos do 'já ganhou', do 'somos os melhores', do 'vamos governar por quatro décadas', etc.

Existe a determinação constitucional da Saúde ser financiada, direta e indiretamente, pelo cidadão através dos impostos pagos às três esferas de Governo e através das contribuições sociais sobre a folha, o lucro, o faturamento e os concursos prognósticos, recolhidas pelo Governo Federal e devidas às três esferas de Governo.

Isto vem sendo descumprido sistematicamente há anos. Os recursos vêm sendo usados para outras áreas. Além disso, havia determinação legal, até dezembro de 1995, de que no mínimo 30% desses recursos das contribuições sociais deveriam ser dedicados à Saúde. Não foi cumprida a lei, e a média histórica pós constitucional foi de 20%.

O céu já está nublado para a Saúde, e os radares apontam à frente para nuvens cada vez mais densas e perigosas.

A política neoliberal está empurrando a saúde dos brasileiros para as mãos do mercado, caminhando na contramão da

história, num mecanismo de uma política errada norte-americana (só Brasil e USA estão defendendo esse sistema de planos e seguros de saúde, quando alguns países de Primeiro Mundo, já estão de volta, lamentando o tempo perdido em caminhos errados)."

Nós não podemos deixar também de apontar neste momento, como Secretários Municipais de Saúde, porque estamos, onde já disse uma vez o velho Deputado Ulysses Guimarães, onde o cidadão mora, porque o cidadão reside no Município.

Não podemos, de forma alguma, deixar de criticar o descompromisso do Estado de Santa Catarina em aumentar os seus recursos orçamentários próprios para a aplicação no setor Saúde. É necessário que o Estado de Santa Catarina chegue a 10% do seu orçamento pelo menos para o setor Saúde. E é necessário que se faça um trabalho gigantesco em tentar distribuir igualmente, pelas regiões de Santa Catarina, esses recursos. Sabemos hoje que a contrapartida do Estado está concentrada em poucas regiões de Santa Catarina. Mas a luta é com recurso federal.

Nós acreditamos que o Sistema Único de Saúde tem saída, tem saída, sim, para hoje, para sempre!

(Continua lendo)

"As saídas passam por alguns pontos:

1) Financiamento definido e definitivo e que se concretiza na aprovação da PEC-169, dos Deputados Eduardo Jorge e Valdir Pires, que defendem a inclusão na Constituição de que deva ir para a Saúde, no mínimo, 30% dos recursos da Seguridade Social e, no mínimo, 10% dos orçamentos próprios da União, Estados e Municípios;

2) Descentralização urgente como caminho para melhorar a eficiência e eficácia com a colocação das necessidades perto do Poder;

3) Controle social colocando cada cidadão (usuário, prestador ou administrador público) como controlador do Estado e sociedade, para que estes o servissem e não lessem seus interesses, muito especialmente o direito à vida e à saúde.

O próprio Piso de Assistência Básica - PAB - aqui falado hoje, se encontra, apesar de significar um avanço em termos de filosofia da gestão da Saúde, seguramente, R\$0,8 por habitante/mês, o que é uma destinação vergonhosa.

Portanto, senhores Deputados Estaduais, Federais e Senadores, nós estamos aqui para tentar sensibilizar realmente a nossa classe política para participar e lutar, porque está, com certeza, nas mãos dos senhores a reversão de um momento caótico.

Posso, pessoalmente, dar um testemunho por trabalhar a prática clínica diária. Os nossos hospitais estão falidos. Recentemente visitamos Laguna e encontramos uma UTI fechada. O Hospital Regional de Joinville está com dificuldades na sua emergência. Os hospitais públicos de Santa Catarina estão com redução acentuada no seu número de vagas.

Esta situação não pode continuar acontecendo. Os números já foram exaustivamente citados. Como exemplo, citamos o Orçamento de Porto Alegre, só da cidade de Porto Alegre, que é maior do que o nosso Estado. E por que isso, senhores Deputados e Senadores? Porque nós precisamos nos mobilizar politicamente para reverter essa situação.

Esse é o apelo fundamental que a classe médica catarinense traz à Casa de V.Exas.

Temos também que estar atentos a algumas questões do nosso Estado. O senhor Secretário da Saúde conviveu, em alguns momentos de 97, com a ausência de repasses de até três meses da Secretaria da Fazenda, inviabilizando os investimentos.

O Orçamento Estadual da Saúde precisa ser revisto, mas só poderá ser realizado no próximo ano. E quanto à execução do Orçamento de 98, deve-se ter uma atenção bastante importante.

Como também já foi falado, a Proposta de Emenda Constitucional nº 169 é fundamental para se conseguir viabilizar recursos para a gestão da Saúde. Os nossos cento e dez milhões de brasileiros convivem com um investimento em Saúde na ordem de noventa ou cem reais por habitante, o que é inviável para uma Saúde digna.

Portanto, senhores Deputados e Senadores, fica aqui mais um apelo. Isso tem que ser revisto. A nossa população está morrendo nas filas dos hospitais públicos. Reforçamos a nossa solicitação para que se mobilizem e caracterizem a Saúde como uma atenção suprapartidária, porque é fundamental neste momento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos ao Dr. Remacio, Presidente da Associação Catarinense de Medicina.

Com a palavra o Dr. Júlio - Fórum Popular de Saúde do Estado de Santa Catarina - por três minutos. Em seguida fará uso da palavra o Dr. Canésio - Associação Catarinense dos Hospitais.

Fazemos um apelo ao Dr. Júlio e ao Dr. Canésio para que se

atenham ao tempo, porque estamos com o horário muito reduzido.

O DR. JÚLIO CÉSAR MARCHI - Senhor Presidente da Mesa, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Prefeitos, Secretários e demais autoridades aqui presentes, o Fórum Popular Estadual de Saúde, uma entidade que reúne representantes do Movimento Popular, Sindical e Pastoral de todo o Estado, não poderia deixar de estar presente num momento tão importante como este, onde se reúnem diferentes autoridades e movimentos suprapartidários, no sentido de superar uma situação emergencial, que é a falta, pelo que eu vi na exposição, de doze a treze milhões de reais.

O que o Fórum nesta hora se pergunta, e já vem denunciando há muito tempo, é por quanto tempo ainda teremos que fazer sessões como esta no sentido de tapar o sol com a peneira, de tentar estancar uma hemorragia muitas vezes com um pedaço de esparadrapo. Por quanto tempo ainda nós teremos que mendigar por recursos para a Saúde, bem como estabelecer novos impostos para recursos que já deveriam estar garantidos há anos e anos, como prevê a Proposta de Emenda Constitucional nº 169? Já não é tempo da Saúde ter recursos fixos em nível federal assim como tem em estadual e municipal, garantidos por lei, como prevê a proposta de emenda constitucional?

Se tivéssemos isso hoje, ou seja, essa proposta aprovada e não em uma gaveta como está hoje em Brasília, não seria necessária talvez esta reunião aqui hoje.

O Estado de justiça social, um bem estar coletivo, só acontecerá quando, pelo processo democrático, cada pessoa, cada cidadão assumir o controle da sociedade e do Estado pela participação ativa e pela consciência e prática plenas de deveres e direitos de sócio-proprietários das cidades, do País e do mundo."

Acreditamos no Sistema Único de Saúde. Por um Sistema Único de Saúde pleno, forte, universal e igualitário que respeite, acima de tudo, as diferenças sociais!

Viva o Sistema Único de Saúde!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Gostaria de registrar a presença neste Plenário dos Deputados Gervásio Maciel e Olives Santini.

Estão presentes também nesta sessão diversos Prefeitos Municipais, como: Manoel Izidoro dos Santos Neto, de Paulo Lopes; Geraldo Pauli, de Antônio Carlos; Ivo Antônio Paganini, de Arroio Trinta; Ademir Matos, de Braço do Norte; Valdir Mallmann, de Mondai; Milton Vitor Rosset, de Alto Bela Vista e Antônio Bavaresco, de Irani.

Com a palavra o Dr. Geraldo Azolini, Secretário Municipal de Saúde de Pinhalzinho, também membro da Comissão Intergestores Bipartite.

O SR. GERALDO AZOLINI - Inicialmente nossos cumprimentos ao Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Volnei Morastoni, à Adelianna Dal Pont, Presidente do Cosens, ao Dr. Carlos, Secretário de Estado, aos Deputados Federais, ao Senador Vilson Kleinübing e aos Deputados Estaduais.

O Brasil vive num problema dramático, principalmente naquilo que se coloca na Lei nº 8.080 e na Lei nº 8.142, que falam do financiamento da saúde. Uma parte já aconteceu, que é a descentralização dos serviços e das ações, isso os Municípios assumiram.

Nós, Secretários e Prefeitos, assumimos aquilo que está na Lei nº 8080, na Lei nº 8.142 e nas normas Operacionais Básicas de 92 a 96.

Estamos, sim, realizando as nossas ações básicas e assumindo ações especializadas nos Municípios. Outras instâncias estamos questionando nesta tribuna em nome dos Secretários Municipais que represento no Oeste de Santa Catarina.

Os Municípios, na sua grande maioria, vêm investindo não no seu orçamento, mas sim na sua arrecadação municipal, em torno de 15%, nas ações de saúde, assumindo também, além das ações básicas, que diz a Legislação, ações especializadas e ações de maior complexidade, que são os hospitais, principalmente o Hospital Regional na região Oeste de Santa Catarina, que muitas vezes não está sendo entendido, faltando prestação de serviços.

Por isso, neste conjunto de dificuldades, os Municípios estão fazendo a sua parte, mas precisamos que o Governo Federal e o Governo do Estado, no seu conjunto, com os Parlamentares, os Senadores, os Deputados Federais e Deputados Estaduais...

Estamos nós, Secretários Municipais e Prefeitos, na agonia. Se esse dinheiro que está faltando não vier, como podemos dizer para o cidadão, no posto de saúde, na Casa do Prefeito, na Casa do Vereador e na Casa do Secretário, que não vamos poder atendê-lo? É dramática esta situação. Precisamos, sim, que o financiamento que está colocado na Lei nº 8.142 se concretize. A descentralização de serviço só acontece porque os Municípios estão assumindo, alguns mais outros menos, mas precisamos, junto com a descentralização de serviço, que venha a descentralização do dinheiro.

Que o dinheiro caia na Conta do Fundo Municipal, pois o Prefeito, o Secretário e o Conselho Municipal de Saúde sabem aonde devem ser aplicados os recursos e sabem das necessidades do cidadão dentro dos Municípios.

Então, portanto, solicito apoio, empenho dos Deputados, Senadores para a aprovação da proposta de emenda constitucional já citada aqui, a 169, para que o Governo Federal, o Estado e os Municípios possam compor o financiamento na área de Saúde e nós sairmos dessa agonia.

Muito Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos ao Secretário Geraldo.

Quero registrar também a presença do Senador Casildo Maldaner e convidá-lo para compor a Mesa.

O Sr. Deputado Udo Wagner - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Udo Wagner.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Eu gostaria de sugerir, até em respeito a todos que nos visitam e pela importância do assunto, que V.Exa. entrasse em contato com o Presidente desta Casa para, no mínimo, esticarmos o prazo do início da reunião ordinária ou, senão, transformar esta sessão em sessão ordinária, para que todos possam se manifestar, tendo em vista a relevância do assunto.

Por isso coloco esta sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Deputado Udo Wagner, concordamos com a sua proposta. Inclusive, já havia mantido contato prévio com o senhor Presidente desta Casa, Deputado Neodi Saretta, até porque não é fácil conseguirmos reunir aqui, num fórum como este, toda esta representatividade dos Secretários Municipais de Saúde de vários Municípios do nosso Estado, Prefeitos Municipais e Deputados Federais.

Temos apenas uma disponibilidade rara, às segundas-feiras, de contarmos com o Fórum Parlamentar Catarinense, que tem uma agenda também bastante recheada de compromissos, e tantas outras entidades.

Então, embora nós tenhamos um tempo determinado aqui, às 16h, até este horário vamos gestionar com a Presidência, com a Mesa Diretora da Casa da possibilidade de podermos dar o encaminhamento para aproveitarmos ao máximo esta reunião, tirarmos os encaminhamentos necessários e também podermos ouvir ao máximo as representações aqui presentes.

Neste sentido, eu gostaria de encaminhar alguns pontos da seguinte forma: nós vamos ter, agora, um bloco com três entidades aqui representando a Associação Catarinense de Medicina - as entidades médicas, a Associação Catarinense dos Hospitais e o Fórum Popular de Saúde, que também rapidamente vão usar da palavra.

Eu faço um apelo especial para que este tempo seja de dois minutos, no máximo três minutos. Tem que ser realmente uma mensagem telegráfica, porque o tempo é exíguo, mesmo que tenhamos uma prorrogação.

Em seguida falarão os senhores Prefeitos Municipais presentes (nós temos vários Prefeitos Municipais). Talvez não seja possível conceder a palavra a todos os Prefeitos Municipais, então, gostaríamos que os senhores Prefeitos Municipais pudessem se entender entre si para que ao menos dois pudessem, rapidamente, em três minutos cada um, usar da palavra, pois seria importante esse depoimento de vocês. Na sequência, ouviremos os Deputados Estaduais e Federais e os nossos Senadores.

Portanto, eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Remaclo Fischer, que é o Presidente da Associação Catarinense de Medicina, por até três minutos.

O DR. REMACLO FISCHER (Presidente da Associação Catarinense de Medicina) - Boa tarde, senhor Deputado Volnei Morastoni, demais Deputados Estaduais e Federais, Secretário Carlos Dornelles Schoeller, Senador Vilson Kleinübing, Senador Casildo Maldaner, senhoras e senhores.

Mais uma vez estamos aqui discutindo questões da saúde. Cento e dez milhões de brasileiros dependem exclusivamente do SUS e é a eles que interessa, prezados Senhores, diminuir e reduzir o orçamento de um sistema que atende a nossa população.

Quem pode explicar isso num País que tem cento e dez milhões, eu repito, de pessoas que dependem exclusivamente dele?

Será que se pretende encaminhar esses cento e dez milhões para atendimento privado? E nós perguntamos: como?

Existe alguma intenção de sabotar talvez um dos melhores sistemas que nós temos, que é o Sistema Único de Saúde?

Nós tivemos em 97, como já foi falado, eu não quero me estender em números, uma nova redução do Orçamento da Saúde em nosso País.

O tão falado CPMF foi mais um engano à população brasileira. E nós não podemos mais conviver com este tipo de situação.

De maneira que eu acho que uma das principais questões hoje a ser deliberada aqui é que aproveitemos este grande momento para não só conseguirmos os recursos hoje que estão faltando para a complementação do Orçamento de 98, como também conseguirmos com os diferentes Deputados, Senadores aqui presentes todo um bloco que garanta a aprovação dessa emenda, que garanta que o Brasil tenha uma saúde pública, para que não precisemos mendigar pela vida.

Que a gente não tenha, como está acontecendo agora em Roraima, depois de queimado quase 20% do Estado, que correr atrás do prejuízo; que daqui a pouco comece uma epidemia de dengue aqui no Estado; que a tuberculose continue crescendo, que mais mortes aconteçam.

Eu acho que é papel do político, do movimento popular e sindical adiantar-se para que sejam aplicados recursos dignos na saúde do povo brasileiro.

Os recursos existem, trata-se sim de bem aplicá-los; se não existissem não teríamos vinte milhões de dólares para socorrer bancos, como já foi feito no ano passado. Então, mais uma vez, conclamo a todos aqui presentes para que nós possamos criar esse bloco suprapartidário e garantir recursos fixos para a área da Saúde, não dependendo de migalhas e de recursos temporâneos ou impostos que ainda penalizam cada vez mais.

Lembramos que o SUS não é só importante para a população carente, para a população que hoje não pode pagar um plano. O SUS, hoje, é base, dá suporte inclusive ao setor privado, através das UTIs, dos serviços de alta complexidade, que muitos dos Secretários de Saúde dos Municípios hoje assumem. Inclusive a população que tem o seu plano de saúde, tem esse plano subsidiado pelo poder público, através do desconto do imposto de renda ou de subsídios diretos por parte do Governo Federal.

É bom lembrarmos que hoje recurso público trata de investir no público, fazendo de maneira correta, e vamos a Brasília lutar pelos nossos direitos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado ao Dr. Júlio, do Fórum Popular de Saúde. Enquanto passamos a palavra ao Dr. Canésio, da Associação Catarinense de Hospitais, eu quero registrar a presença do Senador Esperidião Amin, convidando também para participar da Mesa, e registrar também a presença dos Deputados Estaduais João Henrique Blasi, Gilmar Knaesel e também do Prefeito de Palmitos, senhor Elmo Fiegenbaum.

Antes de passarmos a palavra ao Fórum Parlamentar Catarinense e aos Deputados Federais e Estaduais, quero dizer aos senhores Prefeitos Municipais presentes que se desejarem usar da palavra podem se dirigir à assessoria da Mesa que estará à sua disposição, para que também possamos ouvi-los.

Registramos também aqui a presença de diversos Secretários Municipais de Saúde de nosso Estado, representantes de Secretarias Municipais e de outras entidades da área da Saúde, que é muito importante para a realização desse evento.

Com a palavra o Dr. Canésio, da Associação dos Hospitais de Santa Catarina.

O DR. CANÉSIO ISIDORO WINKELMANN - Deputado Volnei Morastoni, ao cumprimentá-lo, queremos cumprimentar também os demais Deputados, Senadores, senhoras e senhores.

Então hoje, através da explanação que o Secretário da Saúde nos colocou, temos uma prova concreta de que o chavão saúde não tem preço, ele caiu por terra. Saúde tem preço, sim, tanto é que para viabilizá-la nós necessitamos de um orçamento digno que hoje nós, hospitais, prestadores de serviço, não estamos recebendo. Sendo assim, não temos mais condições dignas, necessárias para receber o doente dentro das nossas instituições.

É muito difícil a gente se apresentar hoje na condição de um diretor de uma casa, de uma instituição de saúde. Deputados, é muito difícil essa nossa missão!

Aliado a isto nós temos algumas experiências boas, outras realmente drásticas. Nós chamamos a atenção para a municipalização, porque na maioria das vezes hospitais e Secretários, Prefeitos não se entendem. Não existe a mínima possibilidade de entendimento para que haja uma parceria.

Lembramos aqui que os hospitais mantêm suas portas abertas vinte e quatro horas durante o dia. A municipalidade normalmente das 8h às 18h.

Então, dentro disto aí, recai sobre nós instituições, de termos serviços dignos a um preço médio real de R\$4,50 (não vamos entrar no mérito da sua defasagem), onde nós, prestadores de serviços, já fizemos também a nossa cota de contribuição dentro

de um sistema maior ao buscarmos recursos em outras áreas, em outros meios pagantes, que sejam outros convênios, a própria situação dos particulares, onde nós, instituições, financiamos o sistema SUS para quem não tem condições.

Dentro da gravidade de como se apresenta todo esse quadro, nós vamos lembrar que estamos na iminência de pararmos o atendimento via usuários do Ipsc.

Então, dentro da massa mais quinhentos mil usuários deverão, a partir do mês de abril, se juntar aos recursos, aos sistemas oferecidos pelo SUS. Dentro dos mesmos recursos, faltarão hoje na ordem de doze milhões por ano, mais ou menos.

Então, o Ipsc hoje está pagando em torno de cinquenta e cinco a sessenta milhões, está injetando esse dinheiro dentro do sistema, dentro da prestação de saúde, e se não houver um entendimento maior esses serviços fatalmente, a partir do dia 17 de abril, deverão ser interrompidos por falta de pagamento.

Então, para não nos alongarmos pedimos aos senhores Deputados e aos senhores Senadores presentes que nos ajudem. Nós estamos pedindo socorro! Do jeito que está e na iminência de um agravamento da situação atual, não é possível sobrevivermos. Os hospitais vão entrar numa quebradeira geral. Temos aqui vários diretores de hospitais presentes que poderão confirmar.

É difícil as reuniões que fazemos pelo interior do Estado, onde os dados e os números são colocados na mesa; não precisa ser especialista do setor para dizer que com R\$4,50 não se tem condições de dar assistência integral a um paciente internado durante vinte e quatro horas.

Então, a nossa missão é difícil e necessitamos de socorro! Não só da questão do SUS, mas também um pedido de interferência desta Casa para encaminharmos a situação do Ipsc aos usuários do Ipsc. Lembramos que são mil e quinhentos usuários dentro do Estado.

Neste sentido, agradecemos a oportunidade da nossa participação e nosso sincero pedido de socorro encaminhado através da Mesa Diretora.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Passo a palavra ao Prefeito de Arroio Trinta, senhor Ivo Paganini, e em seguida nós vamos passar a palavra ao Fórum Parlamentar de Santa Catarina, na pessoa do Deputado Valdir Colatto, que é o Presidente, Deputado Serafin Venzon, que é da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, e demais Deputados e Senadores presentes.

Com a palavra o senhor Ivo Paganini.

O SR. IVO PAGANINI - Quero cumprimentar os senhores Senadores presentes, os senhores Deputados Federais, o nosso Secretário da Saúde e, por extensão, todas as autoridades ligadas à Saúde, Secretários Municipais, senhores, senhoras e colegas Prefeitos.

Já foi dito aqui que os hospitais estão em estado de falência e estão pedindo socorro!

Eu vim aqui para dizer que também em função da falta de recursos para a saúde os pequenos Municípios, principalmente, também estão pedindo socorro.

Apelamos aos Deputados Federais, Estaduais, aos Senadores, aos Prefeitos para que façamos um esforço suprapartidário no sentido de que no mínimo seja triplicado o valor do retorno do SUS aos Municípios.

Não é mais possível o Município continuar com essa carga também na área da Saúde, porque agora vem o problema da Educação e da Saúde, todos precisam, e a assistência aos hospitais do interior e aos pequenos Municípios evita um grande número de deslocamento de pessoas para os centros maiores, melhorando assim a assistência ao nosso colono, ao homem pobre lá do interior.

É neste sentido que faço este depoimento e espero das autoridades federais e estaduais, da Secretaria da Saúde e do Governo do Estado um apoio maior, principalmente aos pobres e esquecidos hospitais e pequenos Municípios do interior.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos, então, o senhor Ivo Paganini, Prefeito Municipal de Arroio Trinta. Registramos também a presença dos Deputados Estaduais Ivo Konell, Ciro Roza e Manoel Mota.

Com a palavra o Deputado Federal Valdir Colatto, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VALDIR COLATTO - Desejo, em nome do Fórum Parlamentar Catarinense, cumprimentar o Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente deste Poder; o Deputado Sergio Silva; os Secretários Municipais de Saúde; o Secretário da Saúde e os Deputados Estaduais.

Gostaria de dizer que o Fórum Parlamentar Catarinense está aqui representado por quase 50% da sua Bancada, pelos três Senadores, pelos Deputados Federais Décio Knop, Serafin Venzon, Hugo Biehl e Paulo Bauer.

Desejamos cumprimentar os Prefeitos aqui presentes e dizer que este é um Fórum suprapartidário. A troca de sobrenome não altera o produto.

Este Fórum já tomou algumas providências dias atrás convidando o Secretário de Estado da Saúde para fazer uma exposição junto ao Fórum, colocando as dificuldades da Secretaria da Saúde de Santa Catarina, a falta de recursos em torno de doze milhões de reais, e solicitou ao Fórum para que tomasse algumas providências.

O Fórum já se manifestou à área competente do Ministério da Saúde e hoje, ouvindo todas as manifestações aqui feitas, certamente envidará todos os esforços para ajudar nessa difícil questão da Saúde, não só catarinense como brasileira.

Quero dizer também que certamente o Fórum Parlamentar assumirá a posição de todos aqueles que se manifestaram e certamente daqui sairá um documento para que possamos atuar fortemente junto ao Governo Federal e tentar buscar uma diminuição das dificuldades que estão acontecendo nesta área da Saúde.

O Secretário colocou-nos que para ficar mais ou menos equilibradas as contas da Saúde nós teríamos que ter no Orçamento de 1997 um aumento de 25%, mais os recursos do PAB. Entendíamos que seriam recursos novos do PAB, quando na verdade isso não está acontecendo.

Então, nós, do Fórum Parlamentar Catarinense, adotaremos a posição que for tirada dessa reunião importante. Isto é uma unanimidade. Nós ouvimos todas as manifestações aqui e tenho certeza de que nenhum Deputado ou Senador se furará a fazer o esforço necessário para podermos trabalhar em direção à solução das dificuldades da área da Saúde.

Mas eu queria dar oportunidade ao Deputado Serafin Venzon, que é médico e faz parte da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, para que ele colocasse mais profundamente o trabalho que está se fazendo a nível federal e também dentro da Câmara dos Deputados, certamente no Legislativo, para que todos tenham o entendimento e o conhecimento das atividades em Brasília.

Eu gostaria que o Deputado Serafin Venzon, como homem da área e representante na Comissão da Saúde na Câmara dos Deputados, fizesse uso da palavra para completar as nossas posições e mais uma vez ratificar que o Fórum Parlamentar Catarinense estará envidando todos os esforços para ajudar nesta difícil tarefa de trazer mais recursos para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao Deputado Valdir Colatto, Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, e passamos a palavra ao Deputado Federal Serafin Venzon.

O SR. DEPUTADO FEDERAL SERAFIN VENZON - Senhor Presidente, senhores Senadores, senhores Deputados Federais e Estaduais, Membros das Comissões de Saúde dos Municípios, levar esta reivindicação que os senhores estão fazendo é evidentemente o mínimo que podemos fazer.

Como colocou bem já o Deputado Valdir Colatto, o Fórum até já se adiantou, aproveitando a visita do Secretário Estadual em Brasília para fazer uma exposição das razões. O Fórum está justamente se mobilizando para, juntamente ao Ministério da Saúde, buscar este Orçamento que foi retirado, mas ainda não fomos porque coincidiu esse corte exatamente com o corte do Ministro. Então, assim que estiver restabelecido o Ministério, com o novo Ministro, seguramente serão tomadas as providências.

Eu acredito que a Saúde não vai mal por causa de Ministro e também não é por falta de gerenciamento, parece-me que quanto a tudo isto já foi feito o que deu, evidentemente que devem existir fraudes na Saúde, como existe em outras áreas, mas seguramente a Saúde é a área em que existe menos justamente pelo controle que tem. De forma que a Saúde não vai melhor ou pior, de acordo com o Ministro. Nem a Saúde no Estado, nem a Saúde nos Municípios melhora ou piora com o Secretário, pode até mudar um pouco, mas não é o que falta. É evidente que temos que

ter um bom Secretário. O que falta é termos um maior Orçamento na Saúde.

Parece-me que o Serra até por conhecer melhor o caminho por onde anda o irmão talvez possa melhorar a questão da Saúde. Eu já disse ao ex-Ministro Adib Jatene, quando era Ministro ainda, que na Comissão de Saúde não adianta chamar Secretário Municipal, Estadual ou Ministro da Saúde, é necessário chamar quem tem o dinheiro. Bom, talvez o Serra possa nos ajudar nisto.

Além de levar esta reivindicação, o Fórum vai maciçamente, Senadores e Deputados, falar com o novo Ministro para buscar esse dinheiro. Não me levem a mal, mas estive no Ministério da Saúde para pegar alguns detalhes. Os senhores sabem que todo mundo observa que é no Município que o cidadão vai reclamar. Só que no Município não chega o dinheiro, só chega papel. Qualquer economia que o Secretário fizer, qualquer rendimento maior que o Secretário tiver no Município, não acontece nada para o Município, vai ganhar o Estado ou a União, mas não o Município, porque ele ganha por doença, quanto mais doentes tiver, melhor ele ganha. Talvez alguns ganhem bastante, até inventando algumas coisas a mais, que é uma das armas para salvar hospitais e que já foi usada.

Dos 293 Municípios, apenas 217 pediram o PAB, ou seja, os outros vão continuar recebendo papelzinho ou dinheiro; ao invés do dinheiro ir diretamente para a Secretaria Municipal, vão receber através do Governo do Estado, que agora está indo bem, mas poderá não ir.

Dos 293 Municípios, apenas 11, e me parece que tem mais alguns. Tem Município que já pediu e que até a semana passada não tinha chegado em Brasília a gestão plena da Saúde, ou seja, até hoje todos os hospitais, Secretários Municipais recebem a IH, papel que troca por dinheiro se tiver feito o atendimento.

Como será se ele municipalizar? Ele vai receber em dinheiro e vai, naturalmente, justificar onde gastou o dinheiro. Ora, eu pediria aos Secretários da Saúde para que estimulem os seus Prefeitos a municipalizar também a gestão hospitalar, a gestão plena.

Eu tenho certeza de que o dinheiro que vão receber para a gestão plena corresponde aproximadamente a dois reais por habitante/mês. O PAB é 0,86 reais por habitante/mês e as internações mais ou menos dois reais por habitante/mês.

Isso é seguramente insuficiente, só que o Secretário vai receber o dinheiro, o Secretário e o Prefeito poderão determinar algumas ações na Saúde. Até agora não se manda nada, porque quem manda é o dono do hospital que inventa mais ou menos a IH se ele tiver.

Então, eu pediria aos senhores que além desse nosso compromisso aqui no Fórum, eu gostaria de obter um compromisso dos senhores, justamente para municipalizarem a gestão plena e hospitalar também.

Existem 5.480 Municípios. Na semana passada estava lá só um Secretário da Saúde reclamando desses valores. Eu duvido que se fossem 5.480 Prefeitos, em vez de um só ou vinte, fossem 5.480 Prefeitos, o Presidente não tivesse dado um jeito de atender. Esse é o compromisso que eu gostaria de obter dos senhores!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado ao senhor Deputado Serafin Venzon que também falou em nome do Fórum e também como Membro da Comissão de Saúde.

Eu passo a palavra ao Deputado Sergio Silva, que é Vice-Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, e a seguir deixamos em aberto a palavra, embora o Fórum Parlamentar Catarinense, através do Deputado Valdir Colatto e do Deputado Serafin Venzon, já se manifestou, aos demais Deputados Federais e aos nossos Senadores para que se manifestem individualmente.

Com a palavra o senhor Deputado Sergio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente, demais Parlamentares, Secretário Estadual da Saúde, Senhores Secretários, cidadãos catarinenses, amigos da imprensa, também por deferência do Companheiro João Henrique Blasi, nosso Líder de Bancada, falo, além de Vice-Presidente da Comissão de Saúde, como representante da Bancada do PMDB.

Eu quero dizer primeiro que o que nós estamos vendo aqui hoje, nesta sessão, é uma inconseqüência do Governo Federal para

com o Estado de Santa Catarina. Eu quero saber neste ano quem vai assumir os óbitos que irão acontecer se esses recursos não vierem para o nosso Estado, recursos que nos pertencem, não é favor nenhum.

O Governo Federal investiu 0.5 do seu Orçamento em saneamento básico. Isso não é saúde, isso é pregar o fracasso, isso não é prioridade; 0.5 de orçamento federal para saneamento é um deboche.

É o que nós temos hoje no Brasil. Só que nós não podemos fazer com que este deboche alcance Santa Catarina, senhores Deputados Federais, senhores Senadores e senhores Parlamentares do nosso Estado.

Vamos a alguns números, eu os trouxe aqui de forma muito resumida, e me corrijam, principalmente o senhor Secretário da Saúde, se eu estiver equivocado. Duzentos e setenta milhões é o dinheiro que o Governo Federal nos sinaliza. O mínimo necessário são duzentos e noventa milhões, e o ideal através do pacto intermunicipal é trezentos e vinte.

São cinquenta milhões que faltam nesta conta, Senhor Presidente da Comissão, Deputado Volnei Morastoni! Ouvi pessoas aqui afirmando que deveríamos pedir doze, treze, quatorze. Eu discordo, acho que nós temos que pedir o necessário, o indispensável para Santa Catarina com argumento irrefutável. O nosso Estado arrecadou e deverá arrecadar neste ano de CPMF cento e setenta milhões, aproximadamente, que é o famoso imposto criado a maior para melhorar a Saúde. Mas, meus Deus, se é um imposto criado a maior, significa que aquilo que nós já tínhamos não pode ser diminuído!

Então, se é o básico, são os duzentos e trinta e três milhões, aproximadamente, vamos buscar pelo menos o valor do CPMF arrecadado em Santa Catarina para os catarinenses, não o contrário! Vamos arrecadar em Santa Catarina para enviar a outros Estados brasileiros! Se o imposto está dirigido para a Saúde, especificamente, e não for dado aos seus irmãos catarinenses, meus amigos e minhas amigas, nós estaremos prestando um desserviço a este Estado.

Faço aqui um apelo pela responsabilidade de todos os Parlamentares que forem perante o público dizer que um dos seus compromissos era a Saúde de Santa Catarina. Está na hora de nós cumprirmos com este compromisso, todos nós.

Eu tenho certeza de que todos os Parlamentares com assento nesta Casa, Deputados Federais, Senadores, independente de sigla partidária, disseram que um dos seus compromissos era a saúde pública de Santa Catarina. Está na hora de nós provarmos isto. E não vamos poder deixar para as próximas eleições, para 4 de outubro. Nós temos mandato, temos responsabilidades, e o ano é 98, não é 99. O ano é agora, é já, é neste instante!

Eu ouvi aqui Secretários Municipais desesperados dizendo que não têm como suportar o Orçamento até o final do ano; eu ouvi aqui Presidente de associações de hospitais dizendo que não têm como manter os hospitais abertos até o final do ano. O que nós vamos fazer? Vamos brigar, pressionar, mostrar os números, dizer que cinquenta milhões, uma parte vem do CPMF, a outra deve vir do Orçamento da República, ou nós estamos excluídos?

Para complementar, o Secretário Carlos Schoeller mostrou uma transparência, que mostra bem, irrevogavelmente, o que é o Governo Federal, não sei se para o resto do Brasil, mas para Santa Catarina, na área da Saúde, quando mostra dezesseis bilhões, cai para oito bilhões a participação do Orçamento para Santa Catarina.

Então, meus amigos, eu gostaria de pedir para que aquele último quadro fosse colocado, mais uma vez, para nós verificarmos a desatenção para com o nosso Estado, como se aqui não tivéssemos mais doentes, como se aqui não tivéssemos mais tuberculose! O que é isto?

Então, senhor Presidente, para encerrar a minha participação como Vice-Presidente da Comissão, eu entendo que estamos cumprindo com a primeira fase, que é primeiro tomarmos consciência do coletivo, dos graves problemas, mas nós não podemos abrir mão de tentarmos reverter aquele quadro que ali está colocado, em que as barras verdes diminuem, mas mais importante é que aquelas barras verdes sejam barras criadas para identificar a saúde dos catarinenses, que, conseqüentemente, estariam também de igual forma declinando, tanto a nível de saneamento como a nível de saúde pública.

Muito obrigado!

(Palmas nas galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado ao Deputado Sergio Silva.

Eu quero fazer uma consulta rapidamente em função do nosso horário (já estamos passando das 16h, há necessidade de reabrir a sessão ordinária): se dos Deputados Federais, dos nossos

Senadores há quem pretenda usar da palavra? Quais dos Deputados Estaduais que desejam usar da palavra também?

Usará da palavra o Deputado Wilson Wan-Dall. Há mais algum Deputado que quer usar da palavra?

Então, nós poderemos já dar um encaminhamento até para finalizar, digamos, a reunião e depois poderemos transferir ao Presidente da Casa a reabertura dos trabalhos da sessão ordinária.

Com a palavra o Deputado Wilson Wan-Dall. Se algum outro Deputado quiser usar da palavra, rapidamente, por três minutos, poderá fazê-lo. Os Deputados Federais, os nossos Senadores, embora o Fórum Parlamentar já se manifestou, se também desejarem usar da palavra, ainda temos alguns minutos. E em seguida poderemos dar os encaminhamentos finais aqui em relação a esta reunião.

Não podemos ficar apenas na reunião, nos discursos importantes que são o diagnóstico desta situação. Mas precisamos efetivamente tirar encaminhamentos práticos para que possamos restabelecer a normalidade e atingir os nossos objetivos em relação ao que Santa Catarina tem direito no que diz respeito aos recursos federais para o nosso Estado.

Com a palavra o Deputado Wilson Wan-Dall, por três minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente da Comissão, Deputado Volnei Morastoni, senhor Presidente da Assembléia, senhores Deputados Federais, Estaduais, senhores Senadores, Secretários Municipais, representantes da área da Saúde, nós, sentados no Plenário, sentimos que todos os depoimentos aqui de todas as pessoas foram pronunciamentos de revolta. Por quê? Porque realmente o descaso com a Saúde em Santa Catarina é cada vez pior.

Se todas as regiões estão reclamando, eu também quero reclamar da minha região do Vale do Itajaí.

Quase todas as regiões têm hospital regional: São José, Rio do Sul, Chapecó, Joinville, Criciúma. Florianópolis, parece-me que tem seis hospitais mantidos pelo Governo. E lá na nossa região há uma promessa do hospital regional, e até hoje nada foi feito graças à nossa universidade de Blumenau, que abraçou a causa numa idéia de formar uma comissão, e a própria universidade teve que fazer a compra do terreno. Agora, estamos lutando para ver se conseguimos construir esse hospital regional e universitário.

Se a Saúde no Brasil e no Estado está difícil, quero dizer que no Vale do Itajaí está mais quebrada do que arroio de terceira.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel (Intervindo) - Deputado Wilson Wan-Dall, só para corrigi-lo, quero dizer que o Hospital Regional de Rio do Sul é particular, é da comunidade de lá.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Mas foi feito com dinheiro do Governo Federal e do Estado.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Uma parte só, 1/3, quinze milhões.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Mas não sou contra. Não é isso que eu quero aqui dizer. Eu acho que deveriam ter dois hospitais regionais em cada região. Eu só estou falando da discriminação do Vale do Itajaí.

Realmente devo me manifestar, porque tenho um escritório de atendimento, só para terem conhecimento, há onze anos em Blumenau. Fora de política, ele continua atendendo lá a comunidade. E cada vez mais, dia-a-dia, dezenas e dezenas de pessoas vêm pedindo ajuda. Não conseguem nem mais um remédio. Quem não tem um plano de saúde, praticamente não consegue mais um atendimento.

O Hospital Santa Catarina em Blumenau é totalmente particular. O Hospital Santa Isabel atende parte pelo SUS, mas muitos exames e cirurgias não tem conseguido fazer.

O Hospital Santo Antônio, que é o único hospital ainda que atende o nosso operário, a nossa dona de casa, é mantido pelo Poder Público Municipal e pela comunidade.

Por isso que nós queremos uma atenção especial também. E aqui vale a pena fazer esse encontro, Deputado Volnei Morastoni. Nós sentimos que é preciso a união dos Deputados Federais e Estaduais, dos Senadores, dos Secretários e dos Prefeitos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni)(Faz soar a campainha) - Concedemos mais um minuto a V.Exa. para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Temos que abraçar

essa causa, porque não podemos permitir que o Governo discrimine Santa Catarina, tirando recursos depois de criar o CPMF para ajudar a Saúde. E até agora não veio nada, que eu ao menos saiba, para Santa Catarina.

Nem o Instituto Médico Legal em Blumenau está pronto. Três Governos passaram e ainda não está pronto. E agora, há poucos dias, fomos discriminados com um cheque sem fundos para o Hospital Santo Antônio.

Com essa atitude bonita de hoje que estamos fazendo aqui, abraçando, dando as mãos para que possamos resolver o problema da Saúde em Santa Catarina, eu gostaria de deixar uma pergunta no ar: eu pediria que alguém pudesse, do Fórum Catarinense, porque ele está trabalhando, realmente esquecendo siglas partidárias (eu quero deixar registrado que o nosso Fórum Parlamentar Catarinense está trabalhando e muito bem representando Santa Catarina), responder o quanto Santa Catarina arrecadou de CPMF e quanto retornou para ajudar a Saúde em nosso Estado. Essa é a pergunta que gostaria de fazer.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Como já dissemos da importância desta reunião, porque não é fácil reunirmos todas essas lideranças a nível estadual e os Parlamentares para debatermos um tema da maior importância, que é a Saúde, e como temos vários senhores Deputados inscritos e consideramos de fundamental importância que possam se manifestar, eu transfiro a palavra, agora, ao Presidente desta Casa, Deputado Neodi Saretta, que vai reabrir a sessão ordinária, dar os encaminhamentos devidos e, possivelmente, imediatamente a seguir, já retomaremos esta sessão para ouvir os Deputados que estão inscritos e as demais manifestações, finalizando, assim, com os encaminhamentos necessários para objetivarmos uma reunião como esta.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Agradecemos à Presidência desta Casa e aos senhores Líderes Partidários de todas as Bancadas pela compreensão em poderemos transferir os trabalhos da sessão ordinária da Ordem do Dia para a sessão de amanhã e assim poderemos ainda contar com o tempo necessário aqui, prosseguindo a reunião da Comissão de Saúde desta Casa, então, para as inscrições que já estão feitas pelos senhores Deputados e também para os encaminhamentos finais.

Então inscritos os senhores Deputados Pedro Uczai, Eni Voltolini, Francisco Küster, Afonso Spaniol e Idelvino Furlanetto.

Com a palavra o senhor Deputado Pedro Uczai, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Secretários da Saúde, estes três minutos são decisivos para tirarmos alguns encaminhamentos aqui.

O primeiro ponto é uma decisão política do Governo Federal diminuir recursos para a Saúde, como também é decisão política do Governo Federal aumentar recursos para investimentos em outros setores da sociedade e da economia.

Temos que deixar claro aqui que foram as forças políticas que dão sustentação ao Governo Federal que decidiram diminuir recursos para a Saúde e aumentar recursos para outros setores. E quando um novo Ministro assume - sendo ele da área da economia - questiona-se: a Saúde vai ser custo ou vai haver investimento fundamental na área da Saúde deste País para melhorar as condições de atendimento da população?

Assim, temos que tirar daqui três decisões, porque o resto é discurso, o resto é demagogia. A primeira decisão é a ampliação dos recursos orçamentários do ponto de vista nacional e estadual, ainda para o exercício de 1998. Essa é a primeira decisão.

A segunda decisão seria tirar daqui um documento por escrito, assinado pelos Secretários da Saúde, pelos Deputados Estaduais e Federais, Senadores e pelo Fórum Parlamentar, para que seja tramitado, em regime de urgência, no Congresso Nacional, a PEC 169.

É preciso decisão política, e não apenas fazer discurso, mas decisão política. Ai é avanço, é pensar efetivamente na solução para os problemas da Saúde e do SUS.

Em terceiro lugar, a partir desta audiência pública, muito

importante nesta tarde, precisamos construir um movimento estadual e nacional em defesa do SUS, porque há 10 anos da sua criação ele ainda deve ser uma conquista, ele ainda deve ser uma luta para se consolidar neste País.

Assim, são três decisões politicamente estratégicas e fundamentais que devemos tomar, enquanto Parlamentares e enquanto Lideranças nesta Casa. Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, são esses os encaminhamentos que transmitimos à Mesa e à Coordenação desta audiência, porque sem essas três decisões não é possível pensar em qualidade da Saúde no Estado e no País, que é fortalecer o SUS, votar urgentemente o PEC e ampliar, ainda neste ano, os recursos orçamentários. Se preciso for, tira-se do Proer, e se preciso, tira-se de outros setores e aplica-se no que é vital, e aí, sim, as forças políticas que dão sustentação ao Governo darão uma demonstração de que têm vontade política para resolver o problema da Saúde neste País.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Antes de passar a palavra ao Deputado Eni Voltolini, que é o próximo Deputado Estadual inscrito, eu passo ao Senador Casildo Maldaner, que solicitou a palavra.

Gostaria também de registrar a presença dos Deputados Jorginho Mello e Jaime Mantelli, bem como do Prefeito de Itapoá, Ademar Ribas do Valle.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Eu gostaria de trazer aqui um testemunho, senhor Presidente.

Deste encontro da saúde não só os Deputados Estaduais, como também os Secretários Municipais da Saúde e autoridades municipais da Saúde do Estado inteiro estão participando, assim como o nosso Secretário Estadual de Saúde, Dr. Carlos Dornelles Schoeller, que aqui está, enfim, os nossos Deputados Federais e também ex-Senadores.

Já disse à Mesa e gostaria de publicamente renovar a todos que comungam e participam dessa questão relacionada à Saúde no Brasil que o corte que houve em relação ao orçamento da Saúde para com Santa Catarina é uma questão que precisamos reverter. E como se faz? Eu acho que é dessa forma: de uma reunião como esta tirarmos um documento, uma posição - pelo que vejo - unânime e, através do Deputado Valdir Colatto, que é o Coordenador do Fórum Catarinense em Brasília, levamos essa decisão das bases da Saúde de Santa Catarina à nossa Bancada Federal, exigindo que a questão do orçamento da Saúde seja revertida.

Deixo aqui esse depoimento e coloco-me à disposição para a empreitada que deveremos desencadear em Brasília, nos próximos dias.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Temos mais três Deputados inscritos para falar por três minutos e em seguida daremos os encaminhamentos.

Com a palavra o senhor Deputado Eni Voltolini, por três minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente da Comissão, senhores representantes do Poder Legislativo, seja na instância federal, estadual ou municipal, senhores representantes do Poder Executivo, Secretários e Prefeitos, quero ser bastante breve para dizer aquilo que eu entendo que seja o resumo de tudo isso.

Nós tivemos a oportunidade, várias vezes, nesta Casa e até neste ambiente, aqui, de tratar de coisas muito parecidas, Deputado Valdir Colatto, V.Exa. que é atualmente o condutor do Fórum Parlamentar, e em todos os momentos infelizmente os discursos, as manifestações ou as preocupações têm caminhado quase numa mesma direção: à falta do financiamento de recursos públicos para investimento na prestação dos serviços públicos ou à discussão de quem é a culpa do processo.

Ainda há pouco alguém me perguntou se nós hoje iríamos verificar e resolver de quem era a culpa desse problema, e eu dizia que não. Não nos interessa mais perder tempo só com de quem é a culpa, nós temos também que avançar para a solução do problema. É bom resgatarmos a culpabilidade, mas é melhor

buscarmos as soluções também.

Eu diria que nós, nesse caminho, estamos aqui juntos, todos os quarenta Deputados Estaduais. Se nós queremos fazer discurso suprapartidário, temos que fazer exercício suprapartidário também. O Fórum Parlamentar é um exemplo disso, a Assembléia é outro exemplo disso também.

Parece-me que o alerta trazido pelo Deputado Serafim Venzon é muito oportuno. Há uma lição de casa a ser feita pelos próprios Municípios na direção da gestão plena. E é uma lição de casa a ser feita pelos próprios Secretários Municipais de Saúde, para ver se em cada Município os ditos 10% estão sendo aplicados também, para que possamos fazer a mesma coisa no Orçamento Estadual e buscar também a participação no Orçamento Federal.

Parece-me que estamos buscando isso, todos, juntos.

Precisamos, por último, dizer apenas que é prudente e necessário, senhora Secretária, que representa os Conselhos de todos os Municípios na área da Saúde, que estejamos presentes também na Comissão de Saúde, porque, às vezes, falta-nos informações e embasamento pleno para poder, em conjunto, de forma unificada, fazer não o discurso, ao qual se referia o Secretário Municipal de Blumenau, mas o encaminhamento, a proposta, falando todos uma mesma linguagem. E se precisarmos gastar alguns minutos a mais para unificar a linguagem, tenho certeza que será extremamente positivo para que possamos caminhar e, aí, sim, ter força política para construir uma proposta melhor para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado, nobre Deputado!

O Sr. Braz Vieira - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Braz Vieira, da Federação dos Hospitais.

O SR. BRAZ VIEIRA - Senhor Presidente, gostaria de contestar uma declaração do Deputado Serafim Venzon de que os hospitais são fabricantes de AIHs. Isto é uma inverdade. E não queremos ser encarados como adversários, queremos, sim, ser parceiros deste projeto na busca de soluções para a Saúde dos hospitais.

Eu desafio o Deputado Serafim Venzon a denunciar o hospital que utiliza esse procedimento.

Temos no Estado de Santa Catarina milhares de pacientes atendidos sem que com isso tenha tido AIH correspondente. O Secretário Schoeller é testemunha de que os hospitais atendem o paciente independentemente da AIH, depois ficam mendigando para que essa AIH seja colocada à disposição dele.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente, senhores Deputados Federais e Estaduais, senhores Senadores, Secretários Municipais da Saúde, senhoras e senhores, a nossa presença na tribuna é para declarar publicamente que estamos nos somando ao rito, à reação da gente catarinense. E não poderia ser diferente, diante da situação que está posta em relação aos recursos para a saúde pública no nosso Estado.

Eu vi com alguma dificuldade, até porque não tenho mais aquela visão de outrora, estava sem óculos, os gráficos que foram apresentados aqui pela Secretaria da Saúde com relação à nossa situação ante os Estados vizinhos do Rio Grande do Sul e do Paraná, no que se refere ao aporte de recursos para a saúde pública do Estado.

Faço algumas indagações até porque ultimamente tenho me envolvido muito em questões outras, mas agora, e principalmente agora, Secretário Schoeller, em que o nosso Estado dá início de ser acometido de mais um problema que imaginávamos não mais assolar os habitantes do nosso Estado na virada do milênio, que é o surgimento de alguns focos de Dengue, imaginávamos que neste momento Santa Catarina, que é um Estado que apareceu sempre bem perante o cenário nacional em vários setores da atividade pública, principalmente no que se refere à saúde pública, gostaria de saber qual valor que foi orçado para Santa Catarina, para a saúde pública, neste ano, qual o valor do ano passado e o efetivamente necessário para dar um bom andamento nas questões ligadas à saúde pública aqui no Estado.

Causa-me às vezes situação até de indignação quando

alguém se insurge contra o SUS. Acho que todos deveríamos defender, fortalecer o SUS. Está aí uma situação complicada, de poucos recursos, mas isso não é motivo para sepultar o SUS, que é uma coisa boa. Eu sou um defensor do SUS.

Para encerrar, eu gostaria de ouvir do senhor Secretário, se possível, não querendo desviar do principal, que é tirar daqui o encaminhamento para as tratativas em Brasília, que providências estão sendo tomadas para combater um eventual surto de Dengue no Estado. Isto é uma coisa que nos preocupa muito. Temos que aliar isto ao universo das nossas preocupações neste momento. De resto, todos pela causa do aporte de mais recursos para a saúde pública do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecendo ao Deputado Francisco Küster, passo a palavra ao senhor Deputado Afonso Spaniol e, por último, ao senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOLE - Senhor Presidente, nobre Secretário da Saúde, autoridades, Deputados, Secretários Municipais, Prefeitos e Lideranças.

Existe um fato interessante, aqui, senhores Deputados, Líderes, há consenso, há unanimidade de que os nossos hospitais, de que a nossa saúde pública está entrando para a UTI, está semifalida, assim como os nossos hospitais regionais, de Chapecó, Joinville, Rio do Sul, enfim, a maioria deles.

Ora, se todos os Deputados que aqui se encontram, as Lideranças, os Secretários, os Deputados Federais, os Senadores, têm esse entendimento e ninguém concorda com esse corte de recursos que aconteceu no Orçamento da União para Santa Catarina, cortando 12.5 milhões de reais para este ano, e se há unanimidade, se há consenso em revertermos esse quadro, e nós, novamente, dotarmos o Sistema Único de Saúde desses valores ou até mais, por que não poderemos fazê-lo? Acho que é bem possível!

Então, esse debate é interessantíssimo, mas que ele não fique só numa carta de intenções, na retórica. Que esse debate surta, realmente, efeitos.

Tendo presente o Líder do Fórum Catarinense, Deputado Valdir Colatto, os Senadores, enfim, o Secretário da Saúde, então, que possamos reverter imediatamente esse quadro aqui, em Santa Catarina.

Nós que convivemos mais de perto, diariamente estamos sendo solicitados em nossos gabinetes pelos Secretários, pelas Prefeituras dos pequenos Municípios do nosso Oeste e do nosso Extremo Oeste catarinense. Então, temos que reverter essa situação, temos que equipar, efetivamente, o Hospital Regional de Chapecó, darmos mais dotações a essas entidades.

Mais um exemplo para finalizar: o pequeno Município de Iporã do Oeste, que tem cinco mil e poucos eleitores, fez um levantamento nos últimos seis meses e arrecadou, de CPMF, cento e quatro mil reais, quase uma receita daquele Município.

Então, se pegarmos esse exemplo e colocarmos isso no Estado, são milhões e milhões que se arrecadam de CPMF, e quem dos senhores sabe o destino, a destinação, a aplicação desses recursos?

Isso precisa ser clareado, isso precisa de mais transparência, pois isso significa mais recurso para a Saúde do nosso Estado e do nosso povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente da Comissão de Saúde, cumprimentamos também o Fórum Catarinense, os senhores Senadores, os senhores Deputados Estaduais, Federais, Secretários Municipais de Saúde, os Prefeitos Municipais.

Eu estava refletindo sobre o encaminhamento feito pelo nosso Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, na sua exposição, para que possamos ampliar e lembrar. Nesta sessão especial para tratar exclusivamente da questão da Saúde, devemos fazer uma reflexão maior do comportamento político do Presidente da República, do Ministro da Agricultura, devido a tanto descaso que está aí.

Está aí se entra o Ministro ou se não entra. E é um risco que corremos, pois se de repente entrar este Ministro, ele poderá aumentar até os juros, vai ter juros, porque ele é muito especialista para tocar os juros, porque estamos vendo os juros agrícolas, os juros que estão na educação, portanto, podemos observar o descaso da política da Saúde.

Eu queria ampliar até isso, pois quando não se investe na agricultura, não se tem alimento de qualidade. Quando que há política agrícola para vender pacote tecnológico? Se vendemos agrotóxicos,

estamos fazendo uma fábrica de doentes, depois, teremos que correr atrás de dinheiro, porque falta dinheiro para a Saúde.

Por outro lado, não se investe na prevenção, não se investe nos setores prioritários, porque para o cidadão ter saúde, ele precisa em primeiro lugar ter comida de qualidade. E para ter comida de qualidade, precisa o agricultor ter vontade de ficar na agricultura. Está aí o êxodo rural generalizado, vindo para os grandes centros, gerando e ampliando ainda mais os problemas que os grandes centros já têm.

Quanto à luta pelo Sistema Único de Saúde, alguns Deputados que me antecederam colocaram uma posição, mas outros não colocaram uma posição clara, ou seja, qual a sua posição política em defesa do Sistema Único de Saúde - continuam ficando em cima do muro. Não estamos aqui para achar culpados, mas na sua exposição podemos muito bem identificar. Continuam ficando em cima do muro! E em relação ao projeto de emenda constitucional, não vai ser diferente. Continuarão a ficar em cima do muro.

Nessa questão da saúde, deve vir dinheiro para darmos sustentação política aos Municípios, caso contrário, senhores Prefeitos, podem se preparar. Nós precisamos fazer uma ação política, acima dos Partidos Políticos, na hora de votar precisamos ter decisão político-partidária, sim! Não adianta querer enfeitar, precisamos de decisão política. E a decisão política do nosso Partido, que é favorável, está muito clara.

Outro dia chegaram aqui, em Florianópolis, mulheres agricultoras para tratar da questão da saúde da mulher, então, lembrei-me do descaso que está havendo com o Hospital Regional de Chapecó. Solicitaram uma audiência para reequipar o Hospital Regional de Chapecó, garantindo assim um melhor atendimento ao Oeste e ao Extremo Oeste.

Numa das viagens que fiz a São Miguel d'Oeste, apenas num dia, encontrei quatorze ambulâncias. E para onde elas se dirigiam? Para a nossa Capital, para Florianópolis! Por quê? Aonde está o atendimento dos Hospitais Regionais? E isso acontece nas pequenas e microrregiões, porque há o descaso, não tem atendimento e não tem orçamento.

Então, essa é a nossa luta. Todos os Partidos têm o compromisso de votar o projeto de emenda constitucional. Esta situação pode ser superada, mas é necessário que haja vontade política para que seja garantida a votação do projeto.

Eu quero reforçar dizendo que sem agricultura não há saúde. E a agricultura precisa que lutemos por ela. Por isso, espero que nos próximos dias nós nos engajemos nessa luta dos Prefeitos e Secretários Municipais, dos Deputados e dos Senadores em defesa de uma proposta para a agricultura familiar, combatendo assim o êxodo rural.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos as palavras do Deputado Idelvino Furlanetto.

Terminadas as exposições, daremos os encaminhamentos finais a respeito desta reunião que, sem dúvida nenhuma, reputamos da maior importância, com todas as manifestações e presenças que aqui se fizeram, porque este tema diz respeito a uma das questões fundamentais do cotidiano da vida das pessoas, dos cidadãos, do povo do nosso Estado e do nosso Brasil.

Nós precisamos realmente dar consequência a uma reunião como esta. Todas as manifestações foram importantes, todo o extravasar da angústia, de toda a ansiedade, de todo o estresse, de toda a situação, porque muitas vezes os Secretários Municipais, principalmente, estão lá no pára-choque do atendimento à população, como também nós, Parlamentares, que diariamente cruzamos com as pessoas que nos procuram, e nos procuram cada vez mais pelas inúmeras necessidades que têm na área da Saúde.

Então todos nós estamos no mesmo barco, desde a Secretaria Estadual da Saúde, a Assembleia Legislativa, os Deputados Estaduais, Federais, os Secretários Municipais, assim como as entidades todas que aqui se manifestaram.

Diversas propostas foram apresentadas. E eu entendo que todas são da maior importância como a que foi dita da necessidade de se criar um movimento estadual e nacional em defesa do SUS. Sem dúvida nenhuma, nós precisamos fortalecer o movimento estadual e nacional em defesa do SUS. A imensa maioria da nossa população depende do Sistema Único de Saúde, que deve ser um sistema público gratuito, de boa qualidade.

Mesmo com toda a situação de problemas - e devemos aqui fazer um destaque - apesar de todas as dificuldades, de todo o caos, o SUS já mostrou que é o grande caminho. Quantas experiências importantes que têm dado certo, onde há vontade política, lógico; quantos Municípios que na linha de choque têm implantado essa trajetória do SUS; e quantas experiências bem sucedidas!

É necessário que possamos conjugar a vontade política,

em todos os níveis, em nível nacional, estadual e dos municípios. E a bem da verdade, cada vez mais os Municípios estão a receber encargos, mas não recebem a contrapartida de recursos.

Precisamos que os Estados, e também o nosso Estado, seguramente, mais e mais possam também receber recursos, chegando aos 10% que defendemos, e assim também esperamos os recursos federais.

Até fazendo um comentário mais jocoso, se até agora temos tido um serrote sobre as nossas cabeças na área da Saúde, preocupamos, agora, termos uma serra. Oxalá, também até porque muitas vezes quanto aos economistas, quanto à forma como eles tratam a questão, estamos acostumados a ver como os economistas de um modo geral tratam as questões sociais com uma certa frieza dos números, sem a sensibilidade social necessária.

Por isso, preocupamos em parte até a indicação de um economista para o Ministério. Mas de qualquer forma precisamos juntar esforços em todos os níveis dos Municípios do Estado, para em nível nacional criar um grande movimento que possa dar visibilidade a essas exigências de direito, porque mesmo os planos de saúde estando aí em aberto - quem pode, compra, e menos de 20% da população pode comprá-los -, a imensa maioria depende do SUS.

Então, o SUS é um caminho irreversível, e agora com a implantação inclusive de novos programas que vão caminhando também no sentido de se proceder a uma reformulação de um modelo assistencial que nós temos no nosso País. E não há dinheiro sempre que chegue, se ficarmos no modelo centrado na doença. Nós precisamos, ao invés da indústria da doença, de uma indústria da saúde, nós precisamos é da saúde.

Nesse sentido, realmente precisamos juntar esforços aqui, desde a Secretaria de Estado, desde o Conselho Estadual de Saúde, desde o COSEMS, o Conselho de Secretários Municipais de Saúde, desde a Comissão de Saúde da Assembléia, desde todas as entidades do Movimento Popular Sindical, para que possamos criar efetivamente um movimento que dê visibilidade a essas angustiantes reclamações da nossa população sobre a Saúde.

A questão da PEC 169, se nós estamos aqui a tratar da questão do financiamento da Saúde, cada vez mais é imperioso que possamos fazer chegar ao Congresso Nacional o apelo dos Municípios, dos Estados, o apelo deste País, em relação à proposta da Emenda Constitucional 169, para que possamos ter recursos estáveis e fixos, e mais recursos para a Saúde, a partir do que essa emenda constitucional propõe.

Então, no conteúdo das reformas que esse Governo Federal encaminha no Congresso Nacional, uma emenda como essa da PEC 169 tem que ter prioridade absoluta, pois é de extrema importância para que possamos caminhar no sentido da definição dos recursos - em nível federal, dos Estados e dos Municípios - que precisamos alocar para a Saúde.

Em relação basicamente àquilo que foi a razão principal desta nossa reunião, de todas as manifestações e da vinda de toda esta representatividade importante das lideranças ligadas à Saúde aqui, eu entendo que precisamos dar um encaminhamento bastante claro para que possamos ter os resultados que desejamos.

Se assim pude entender e sintetizar esta proposta mais imediata no sentido de que temos que elaborar um documento a partir desta reunião, com todas as manifestações que houve aqui, eu entendo que seria necessário que tirássemos (até foi uma proposta que o Deputado Eni Voltolini informalmente me apresentou) uma comissão de trabalho ampliada onde, através da Comissão de Saúde desta Casa, pudéssemos reunir essas diferentes partes dessa comissão.

Então, propomos para que, na quarta-feira, das 9h às 12h (no horário de reunião ordinária da Comissão de Saúde desta Casa), com a representação do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, dos Prefeitos Municipais, a Fecam, com a Secretaria Estadual de Saúde, com as entidades populares que aqui se manifestaram, pudéssemos analisar (e através do serviço de taquigrafia teremos a reprodução do documento e a gravação base desta reunião) e elaborar um documento, mas não só elaborar um documento como, e também, ouvirmos o que aqui foi dito, foi proposto.

Podemos até ter um debate complementar com os contraditórios, para que esse documento sirva de base para tantos encaminhamentos que vamos ter na Saúde, nesse trabalho em conjunto, onde a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa se propõe a ser um espaço de interlocução.

Eu entendo que este é o papel da Assembléia Legislativa e das Comissões Técnicas desta Casa, no caso, a Comissão de Saúde. É a Comissão que pode convidar o Fórum Parlamentar Catarinense, convidar os nossos Deputados Federais e Senadores,

convidar a Secretaria Municipal de Saúde, convidar os Secretários Municipais, as entidades médicas, todas as entidades da área da Saúde e ter aqui este espaço de interlocução, para encaminharmos esta e tantas outras questões na área da Saúde, para tratarmos destas questões suprapartidariamente no interesse do bem comum da sociedade catarinense.

Elaboraríamos esse documento a partir de quarta-feira, com a representação dessa comissão, e desde já fazemos um apelo ao Fórum Parlamentar Catarinense, através do Deputado Valdir Colatto, para agendar em Brasília uma audiência para Santa Catarina, onde poderia estar representado o Fórum Parlamentar Catarinense, que muito bem tem representado o nosso Estado.

Poderíamos ampliar essa comitiva com a presença da Assembléia Legislativa, através da Comissão de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, dos Secretários Municipais de Saúde e de outras entidades que também poderiam compor essa comitiva a Brasília para uma audiência com o senhor Ministro da Saúde, onde colocaríamos essas questões aqui debatidas, principalmente essa questão do teto financeiro da União, do teto financeiro dos recursos federais para o nosso Estado.

Em nenhuma hipótese podemos admitir essa diminuição de recursos para os Municípios, por tudo o que nós ouvimos aqui hoje e por tudo o que eu pude ouvir em nome da Comissão de Saúde, nas reuniões que participei, junto ao Conselho de Secretários Municipais e na Comissão Intergestores Bipartite, pois os Municípios estão no seu limite com mais encargos e menos recursos.

Não há como diminuir recursos para os Municípios, inclusive, se esta questão dos recursos federais ficar efetivamente comprovada de que não há como, após todas as gestões, discutir a questão de como fica em nível dos recursos do Estado para a Saúde em relação aos tetos municipais, partindo do princípio que os Municípios estão no seu limite máximo de elasticidade do que podem assumir na área da Saúde.

Portanto, resumindo, a proposta fundamental seria constituir uma comissão com a representação das partes que aqui estiveram, já convidadas para uma reunião, quarta-feira, às 9h, na Comissão de Saúde desta Casa, quando teremos o documento desta reunião, que será transcrito como base para a elaboração desse documento, enquanto aguardamos que o Fórum Parlamentar Catarinense agende essa audiência em Brasília. Não sei se o Deputado Valdir Colatto tem informações de qual seria o tempo necessário, pois estamos numa fase de interinidade, não sei se já existe data marcada para a posse do novo Ministro.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VALDIR COLATTO - Quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Então, que possamos o mais rápido possível, porque na verdade estamos caminhando contra o relógio. Poderia ser na próxima semana ou imediatamente após a Páscoa, já que temos a próxima semana comprometida - é a Semana Santa -, e praticamente os dias úteis são segunda, terça e quarta-feira. Então, que no máximo após a Páscoa pudéssemos ter essa audiência em Brasília. E essa comissão ampliada terá à frente desse processo o nosso Fórum Parlamentar Catarinense.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VALDIR COLATTO - Creio que o Deputado Volnei Morastoni está com a razão.

O que queremos colocar aqui é que o Fórum Parlamentar Catarinense amanhã oficializará a solicitação de audiência com o Ministro José Serra. Na verdade, temos que nos readaptarmos mais à agenda do Ministro do que à nossa própria.

Solicitamos que esse documento tenha a maior celeridade possível para que possamos, na primeira oportunidade, fazer essa audiência. Tenho certeza de que o Fórum dará todo o seu empenho para que isso aconteça o mais rápido possível.

Acho que o encaminhamento é este mesmo e aguardamos o documento para que possamos analisar aqui no Fórum e o mais breve possível termos essa audiência solicitada ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - O Deputado Valdir Colatto, Presidente do Fórum, se dispõe a fazer esse encaminhamento a partir de amanhã com a solicitação de audiência ao Ministro da Saúde.

Nesse ínterim, a partir de quarta-feira, estaremos elaborando esse documento-base para a audiência com o Ministro, no sentido de que não fiquemos apenas nesse documento e nessa audiência com o Ministro. Tantas e tão importantes questões aqui foram colocadas que precisamos, dentro dessa comissão, refletir sobre isso e tirar outros encaminhamentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente, é evidente que as conclusões que temos que ter é por um documento que finalize o que aqui foi exposto de forma condensada, retirando as posições equivocadas, inflamadas, daquelas que realmente têm essência na matéria.

Notamos nitidamente que algumas pessoas já não estão presentes. Inclusive muitos Prefeitos, por outros compromissos, agora, não acompanham esta parte final.

Solicito, então, que a assessoria da Comissão de Saúde formalize de forma urgente esse encaminhamento para que na quarta-feira tenhamos a representação de hoje recolocada na reunião.

Vamos imaginar: a ótica do Prefeito é uma, a ótica dos hospitais é complementar, e cada um tem a sua ótica que deverá ser analisada e acrescentada. Então, solicitamos que seja feita urgentemente uma comunicação a todos os envolvidos na reunião de hoje, mais uma vez, dizendo que quarta-feira é a última oportunidade para as pessoas manifestarem-se oficialmente e, se possível, que já tragam por escrito a sua posição, até para nos facilitar a elaboração do documento, porque podemos dessa forma ter alguns números, acrescentar algumas tabelas e gráficos de acordo com o material que nos for enviado.

Era este o meu encaminhamento de ordem prática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Pois não, Deputado Sergio Silva. Dando encaminhamento à sua proposição, já deixo aqui um apelo ao Secretário Estadual da Saúde, para que possa estar representado nessa reunião de quarta-feira, e também à Adeliana, que é Presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, porque é muito importante a presença de representantes desse Conselho que dominem toda essa questão, pois cada vez mais os gestores que estão no trato do dia-a-dia é que têm o domínio de todas essas informações, juntamente com a Secretaria Estadual da Saúde.

Da mesma forma, convido as demais entidades, como a Associação Catarinense de Medicina, o Fórum Popular de Saúde, o Sindicato dos Servidores, a Associação e a Federação Catarinense dos Hospitais e também os Prefeitos aqui presentes.

Nós vamos agilizar através da secretaria da Comissão de Saúde imediatamente, a partir de hoje e durante todo o dia de amanhã, os contatos necessários, reafirmando essa reunião de quarta-feira, às 9h, possivelmente no plenarinho desta Casa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com o discurso inflamado ou não, nesta tarde, eu gostaria, em nome da Bancada, de encaminhar que todas as proposições feitas aqui nesta tarde fossem levadas em consideração na composição do documento, inclusive as proposições da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque, senão, levar em consideração algumas questões centrais que foram levantadas aqui, nesta tarde, com relação a recursos, à PEC, ao SUS, vai ser mais um documento que não vai ser viabilizado.

Independentemente da inflamação ou não, são questões essenciais e estratégicas para encaminhar a solução da Saúde no Estado e neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Deputado, o objetivo desta Comissão e da elaboração desse documento a partir desta reunião é exatamente para que possamos contemplar todos os pontos de vista aqui e possamos realmente levar em consideração o que aqui foi dito por todas as partes que participaram dessa reunião.

No final, então, resta-nos agradecer sobremaneira pela participação de todos, muito especialmente do Secretário Estadual da Saúde, senhor Carlos Schoeller, e de sua equipe de técnicos da Secretaria Estadual da Saúde, do Dr. Valdir Colatto, que preside o Fórum Parlamentar Catarinense, também de todos os demais Deputados Federais, dos três Senadores que aqui se fizeram presentes, no sentido de que realmente pudessem ouvir os clamores dos nossos Municípios, dos nossos Secretários Municipais, das nossas entidades vinculadas à Saúde, eis que são os principais interlocutores a nível do Governo Federal que deverão estar constantemente em contato para essas e outras reivindicações.

Quero também agradecer à Adeliana, Presidente do Conselho de Secretários Municipais da Saúde, aos Prefeitos Municipais presentes, aos representantes das entidades da área sindical, popular, da Saúde, aos representantes dos hospitais e também à imprensa, que deu a cobertura necessária para que a população possa tomar conhecimento desse movimento, dessas

reivindicações.

Gostaria de colocar mais uma vez a Comissão de Saúde à disposição de todas as partes representadas nesse papel de interlocução com a nossa sociedade entre os Municípios, os Secretários Municipais e o nosso Fórum Parlamentar Catarinense.

Este é o papel que a nossa Comissão se propõe a desenvolver nesta representação.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que no dia 7 de abril, terça-feira da próxima semana, às 9h, no plenarinho desta Casa, com a presença do Secretário Estadual da Saúde, Carlos Schoeller, a Comissão de Saúde estará ouvindo o Secretário e os servidores da Saúde sobre o PCCS, Plano de Cargos, Carreiras e Salários, pois que ao final daquela greve, de aproximadamente 80 dias, houve um encaminhamento sobre o PCCS.

Houve uma comissão mista de trabalho que elaborou um plano, e esse plano, então, precisa ser retomado. E o senhor Secretário agendou para o dia 7 de abril.

Então, todos estão convidados para esse debate que é muito importante sobre o PCCS dos servidores da Saúde.

Outra informação, também, que eu gostaria de deixar aqui é que em função das questões do Ipsc - o Ipsc tem um indicativo de greve para o dia 17 de abril - precisamos, sob todos os aspectos, fazer qualquer esforço para impedir que não aconteça essa greve, porque necessariamente ela vai acarretar uma sobrecarga ainda maior para o SUS, que já está com dificuldades.

Então, a Comissão de Saúde também está à disposição nessa interlocução com a Presidência do Ipsc, com o Governo do Estado, com as entidades prestadoras de serviço, com as entidades médicas, com os servidores da Saúde, nas gestões necessárias para que possamos encontrar um encaminhamento para evitar, inclusive, essa greve do Ipsc, para que possamos resolver os problemas financeiros do Ipsc e também constituirmos uma comissão mista de Deputados e entidades, para elaborarmos um projeto futuro para o Ipsc.

Assim sendo, também da parte da Comissão, aproveito para informar que na próxima sexta-feira, às 9h, estaremos, os Deputados da Comissão de Saúde, com a Comissão Suprapartidária Norte/Nordeste, em Blumenau, para tratar do problema do aterro industrial de Blumenau, com os Municípios de Blumenau, Massaranduba e Guaramirim, já que há, digamos, certas questões conflitantes no encaminhamento desse processo do aterro industrial de Blumenau.

Assim sendo, então, agradecemos pela presença de todos e estaremos em breve dando continuidade aos trabalhos desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente sessão especial convocamos outra, solene, para hoje, às 19h, para uma homenagem ao ex-Governador Ivo Silveira.

(Palmas nas galerias)

Muito Obrigado!

Está encerrada a sessão.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1998.

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente

Deputado SÉRGIO SILVA - Vice-Presidente

Deputado GILMAR KNAESEL - Membro

Deputado IVO KONELL - Membro

Deputado LICIO MAURO DA SILVEIRA - Membro

Deputado UDO WAGNER - Membro

Deputado WILSON WAN-DALL - Membro

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE RESULTADO Nº 005/98

A Comissão Permanente de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que no CONVITE Nº 06/98, contratação de seguro (casco, colisão, incêndio e furto/roubo - RCFV e APP) para 01 (um) veículo novo e a renovação de 09 (nove) seguros de veículos em uso, conforme especificações do Anexo Único do edital, resultou vencedora a empresa:

AGF BRASIL SEGUROS S/A., ao preço global de R\$ 5.196,25 (cinco mil, cento e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).

Florianópolis, 24 de abril de 1998

JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PRESIDENTE**

Ofício Nº 206/98-GP

Florianópolis 17 de abril de 1998

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **Neodi Saretta**

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de, no uso da competência privativa inserida no art. 83, IV, d, da Constituição do Estado, submeter à Augusta Assembleia Legislativa do Estado, a inclusa emenda ao projeto de lei complementar que "**Dispõe sobre a criação de comarcas e varas e dá outras providências**", acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, cujo texto foi aprovado pelo Egrégio Órgão Especial desta Casa, em sessão ordinária realizada em 15 de abril do corrente.

Outrossim, comunico ainda a Vossa Excelência que o referido projeto de lei complementar, acrescido da emenda que ora encaminhando e daquela que acrescenta o inciso XXIII, ao artigo 2º do Projeto de Lei Complementar suso mencionado, apresentada a essa Casa em 1º de abril de 1998, através do ofício nº 142/98-GP, consolida de forma definitiva os interesses e anseios da comunidade Barriga Verde e deste Poder, não podendo, por isso, atender qualquer pedido posterior de alteração do Projeto de Lei Complementar.

Assim, qualquer postulação, indicativos ou proposições no sentido de criação de novas Varas e Comarcas deverão ser encaminhadas a este Tribunal para estudos futuros como de costume, com a remessa de novo Projeto de Lei Complementar, devidamente aprovado pelo Egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

Desembargador João Martins

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/98

EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE CRIAÇÃO DE**COMARCAS E VARAS**

(Emenda ao PC 002/98)

Acrescenta o inciso XVII, ao artigo 1º, e o parágrafo 3º ao artigo 2º do Projeto de Lei de criação de Comarcas e Varas, criando a Segunda Vara da comarca de Gaspar e transferindo o Município de Luís Alves daquela comarca para a de Navegantes.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte emenda ao Projeto de Lei de criação de Comarcas e Varas:

Art. 1º. O artigo 1º, do Projeto de Lei de criação de Comarcas e Varas passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º - Ficam criados:

"(...)

XVII - Na Comarca de Gaspar:

a) a Segunda Vara, com competência privativa para a Presidência do Tribunal do Júri e para processar e julgar os Executivos Fiscais. A atual Vara Única passa a denominar-se 1ª Vara, com competência privativa para processar e julgar os feitos referentes à Infância e Juventude e Acidentes do Trabalho. Os demais feitos serão processados e julgados cumulativamente.

Art. 2º. O artigo 2º do Projeto de Lei de criação de Comarcas e Varas passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Ficam criadas as Comarcas de:

"(...)

Par. 3º. O Município de Luís Alves passa a integrar a Comarca de Navegantes.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 17 de abril de 1998.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente:

A presente emenda ao Projeto de Criação de Comarcas vem a lume em virtude de pleito formulado pelas comunidades de Gaspar e de Luís Alves, no intuito de aproximar a Justiça de Primeiro Grau de seu destinatário maior, a população, efetivando-se aquela como instrumento eficaz na solução dos litígios postos para sua análise.

Com relação à comarca de Gaspar, a medida também se justifica em virtude do elevado número de processos em tramitação, correlacionado com a existência de apenas uma Vara, situação que se demonstra deficitária diante da complexa evolução das relações sociais.

Neste mister, analisando o relatório do andamento dos trabalhos na Comarca, verifica-se que encontram-se tramitando, conforme dados atualizados até março do corrente, 5.994 (cinco mil novecentos e noventa e quatro) processos, considerados os feitos Cíveis, Fazendários, Criminais e Execuções Penais, revelando um apreciável contingente de processos.

Ressalte-se, em complemento à justificativa, a considerável arrecadação financeira do Município, sendo a previsão orçamentária do corrente ano correspondente à R\$ 25.375.000,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais), sem mencionar o fato de que a arrecadação de ICMS do Município equivale a 13,9% da arrecadação do Médio Vale, e mais ou menos 1,5% de todo o Estado.

Quanto ao número de eleitores da Comarca de Gaspar, a mesma possui, segundo dados da Justiça Eleitoral, 37.525 (trinta e sete mil quinhentos e vinte e cinco) eleitores assim distribuídos: no Município de Gaspar 25.153 (vinte e cinco mil cento e cinquenta e três) eleitores, no Município de Ilhota 7.270 (sete mil duzentos e setenta), e no Município de Luís Alves 5.102 (cinco mil cento e dois) eleitores.

Destaque-se que o Município de Luís Alves passaria a fazer parte de Navegantes, fato que não importaria numa considerável redução do número de eleitores de Gaspar, visto que o eleitorado remanescente ainda se afigura elevado.

Finalmente, quanto à transferência do Município de Luís Alves da comarca de Gaspar para a de Navegantes, a mesma foi pleiteada tendo em vista questões de ordem prática, já que a distância a ser coberta até Navegantes é menor do que a relativa a Gaspar, estando o Município postulante mais ligado àquela do que a esta. Nem se mencione o fato que tal providência importará em uma aproximação maior da Comunidade de Luís Alves do Fórum da nova Comarca, circunstância esta que concretiza o almejado acesso à justiça como forma de pacificação social.

Estas as razões que levaram à confecção da presente emenda, tendo sempre em vista o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, e sua consequente aproximação com a Comunidade em que se insere, interagindo e aprimorando tal relacionamento, na busca incessante da pacificação social.

Florianópolis, 17 de abril de 1998.

Desembargador WILSON GUARANY VIEIRA

VICE-PRESIDENTE DO TJ/SC

*** X X X ***

PARECER**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/97**

Dispõe sobre a alteração do art. 107 e respectivo parágrafo do regimento interno da Assembleia Legislativa, que trata do arquivamento e desarquivamento de matérias, findas as legislaturas.

Procedência: Deputado Jaime Mantelli e outros

Relator: Deputado Adelor Vieira (Art. 12, III do Regimento Interno)

De iniciativa dos Srs. Deputados Jaime Mantelli, Pedro Uczai, Hans Fritsche, Lício Mauro da Silveira, Norberto Stroish, Paulo Vidal e Reno Caramori, o Projeto de Resolução supra referenciado visa inserir nova determinação no tocante ao arquivamento e desarquivamento das proposições em tramitação nesta Casa.

Pela proposta apresentada, ao final de cada legislatura se arquivarão todas as matérias pendentes de deliberação, independentemente da sua origem, permanecendo *ipsis verbis* o texto já consagrado pelo estatuto regimental. De outro modo, no que tange ao desarquivamento, o Projeto sugere as seguintes condições:

a) as de iniciativa parlamentar, mediante requerimento do autor, ou da Bancada a que pertence;

b) as de origem extra-parlamentar, a "ex officio", por ação do Departamento Parlamentar deste poder, sempre em consonância com relatório circunstanciado elaborado pela Secretaria de cada Comissão Técnica por ocasião do encerramento da Legislatura.

Neste aspecto, esta relatoria entende que o desarquivamento das proposições originárias dos demais Poderes, bem como as de iniciativa popular, por simples ato emanado daquele órgão auxiliar da

atividade parlamentar, descaracteriza seus arquivamentos, tornando-os absolutamente impertinentes e desnecessários.

O Regimento Interno da Câmara Federal, nesta particularidade é, de certa forma, mais coerente e consentâneo com a realidade, na medida que exclui do rol das matérias sujeitas ao arquivamento por conclusão de legislação, aquelas com pareceres favoráveis de todas as Comissões; as já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno; as que tenham tramitado pelo Senado ou dele originárias; as de iniciativa popular e as de iniciativa de outro Poder ou do Procurador Geral da República.

Quanto ao desarquivamento aquele diploma estabelece a possibilidade de fazê-lo mediante requerimento do autor ou autores, nos 06 (seis) primeiros meses da primeira sessão legislativa ordinária da legislação subsequente.

A única ressalva que esta relatoria faz no tocante a estas prescrições diz respeito a omissão quanto a forma de desarquivamento de proposição oriunda de parlamentar não reeleito, previsão também não contemplada em nosso regimento.

Diante disso e por considerar que o Projeto ora analisado não satisfaz integralmente as alterações que se pretende alojar naquela disposição regimental, para bem e objetivamente definir as formas de arquivamento e desarquivamento das proposições, respectivamente em final e princípio de legislação, submetemos nosso voto favorável à iniciativa, porém, com as modificações que entendemos indispensáveis à sua perfeição, conforme emenda substitutiva global em anexo.

É o parecer.

Palácio Barriga Verde, em 08/04/98.

Deputado Adelor Vieira

4º Secretário

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 064/98

"Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual da Juventude e dá outras providências".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Estadual da Juventude - CEJ, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, tendo por fim a elaboração e orientação de políticas públicas para a juventude.

Art. 2º. O Conselho Estadual da Juventude é composto por 18 (dezoito) membros efetivos, representantes paritários dos órgãos governamentais e entidades não governamentais.

§ 1º - Cada membro efetivo terá um suplente, indicado simultaneamente.

§ 2º - Os representantes no Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, facultada a recondução ou recondução uma só vez.

Art. 3º. São os seguintes os órgãos governamentais com assento no Conselho:

I - Secretaria de Estado da Casa Civil;

II - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura;

III - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família;

IV - Secretaria de Estado da Educação e do Desporto;

V - Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI - Secretaria de Estado da Cultura e da Comunicação Social;

VII - Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania;

VIII - Assembléia Legislativa;

IX - Poder Judiciário.

Parágrafo único - Os conselheiros das entidades governamentais podem ser substituídos a qualquer tempo, *ad nutum*, mediante nova indicação do respectivo representante, que completará o mandato de anterior.

Art. 4º. Os membros do Conselho serão designados e empossados pelo Governador do Estado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da indicação dos representantes das entidades não governamentais, reunindo-se imediatamente com a finalidade de eleger sua Diretoria.

Art. 5º. São não governamentais as entidades representativas das sociedade civil que prestam atendimento,

defesa, pesquisas e organizam a juventude de Santa Catarina, e que participam do Fórum Permanente da Juventude.

Parágrafo único - Os 09 (nove) membros efetivos, com seus respectivos suplentes, representantes das entidades não governamentais, são eleitos no Fórum Catarinense da Juventude.

Art. 6º. Perderá o mandato o conselheiro que, no exercício das suas funções, faltar a 03 (três reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas, salvo justificação, escrita e aprovada pelo plenário do Conselho.

§ 1º - Em caso de vacância da representação, assumirá como conselheiro titular, o seu suplente, que complementará o mandato.

§ 2º Na perda do mandato de seu representante e substituição da respectiva entidade não governamental, deve-se observar a ordem numérica de suplência eleitoral do Fórum Permanente das Organizações da Juventude.

Art. 7º. Compete ao CEJ:

I - Eleger sua diretoria;

II - Elaborar um regimento de funcionamento e um cronograma de reuniões do conselho;

III - Fiscalizar e supervisionar as atividades de atendimento à juventude;

IV - Discutir, criar e aprovar políticas públicas para a juventude.

Art. 8º. O Conselho Estadual da Juventude deve reunir-se trimestralmente, e, de forma ordinária, no mês de março, para eleger dentre seus membros, sua diretoria, assim constituída:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Primeiro Secretário;

IV - Segundo Secretário.

§ 1º - Qualquer conselheiro poderá ser eleito presidente do CEJ.

Art. 9º. O CEJ deve aprovar seu quadro de pessoal auxiliar, apresentando à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, mediante exposição de motivos, a requisição de servidores.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Florianópolis, abril de 1998.

DEPUTADO CARLITO MERSS

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/98

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/98

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mensagem nº 001/PGJ

Florianópolis, 13 de abril de 1998.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Encaminho à deliberação de Vossa Excelência e dos demais Deputados que compõem essa Augusta Casa Legislativa, com fundamento no art. 98, da Constituição Estadual, combinado com o art. 9º, inciso XXII, da Lei Complementar Estadual nº 17, de 05 de julho de 1982, e com os arts. 3º, inciso V, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o anexo Projeto de Lei Complementar que "reclassifica e cria cargos na carreira do Ministério Público Estadual e dá outras providências", acompanhado da respectiva exposição de motivos, contendo as justificativas pertinentes.

Respeitosamente,

MOACYR DE MORAES LIMA FILHO

Procurador-Geral de Justiça

Lido no Expediente

sessão de 23/04/98

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/98

Reclassifica e cria cargos na carreira do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os cargos de Promotor de Justiça, obedecida à classificação das comarcas estabelecida na Lei Complementar nº 160, de 19 de dezembro de 1997, passam a se classificar, respectivamente, em entrância inicial, intermediária, final e especial.

Art. 2º Os atuais Promotores de Justiça de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª entrâncias ficam classificados, automática e respectivamente, nas

entrâncias inicial, intermediária, final e especial, mantidas transitória-mente as correspondentes lotações.

Art. 3º Para efeito de promoção e remoção, os atuais Promotores de Justiça de 2ª, 3ª e 4ª entrâncias passam a compor, quanto à antiguidade, as listas nominativas das entrâncias intermediária, final e especial, respectivamente.

§ 1º É ressalvado o direito à remoção:

I - aos atuais Promotores de Justiça de 2ª entrância, ora lotados em comarcas de entrância inicial, para comarcas das entrâncias inicial e intermediária;

II - aos atuais Promotores de Justiça de 3ª entrância, para comarcas das entrâncias intermediária e final;

III - aos atuais Promotores de Justiça de 4ª entrância, para comarcas das entrâncias final e especial.

§ 2º a promoção e remoção dos membros do Ministério Público que, na data desta Lei, exercem cargos de Promotor de Justiça Substituto e de Promotor de Justiça de 1ª entrância, será feita observada a nova classificação das entrâncias.

Art. 4º É assegurado o direito à promoção ao cargo de Procurador de Justiça, respeitada, para fins da primeira quinta parte, a respectiva lista de antiguidade, aos atuais Promotores de Justiça de 4ª entrância, classificados na entrância especial, nos termos do art. 2º desta Lei.

Art. 5º Para remoção ou promoção, o Promotor de Justiça conservará a mesma ordem de colocação constante da lista nominativa de antiguidade, na entrância que integre à data de vigência desta lei, sendo-lhe assegurados todos os direitos já consolidados, inclusive o de promoção à segunda instância.

Parágrafo único. Para os mesmos fins, o Promotor de Justiça de entrância inferior que passe a compor as entrâncias inicial e intermediária, somente terá deferida sua inscrição se não houver candidato inscrito de entrância superior.

Art. 6º Para fim de remuneração, fica mantida a proporcionalidade estabelecida no art. 2º, da Lei nº 6.741, de 18 de dezembro de 1985, resguardadas as situações pessoais.

Art. 7º Os arts. 150, e seus parágrafos 4º e 5º, e 192 da Lei Complementar nº 17, de 5 julho de 1982, passam a ter nova redação, acrescendo-se parágrafo único ao art. 191, da mesma Lei:

“Art. 150 No concurso de remoção, o Conselho Superior do Ministério Público somente poderá indicar candidatos que tenham completado 2 (dois) anos de exercício na respectiva Comarca.

§ 4º Para inscrever-se em novo concurso de remoção, o Promotor de Justiça deverá Ter completado 2 (dois) anos de exercício na Comarca para a qual foi removido.

§ 5º A movimentação posterior, decorrente de promoção, não gera direito à percepção de ajuda de custo ou trânsito regulamentar, salvo se decorrido mais de 2 (dois) anos da data da remoção.

Art. 191.....

Parágrafo único. A promoção ou remoção antes de decorrido o prazo de 2 (dois) anos na Comarca não confere direito à percepção de ajuda de custo.

Art. 192 A permuta não gera direito a ajuda de custo nem a período de trânsito”.

Parágrafo único. Para efeito de remoção, fica ressalvado, quanto ao prazo, o direito do Promotor de Justiça que, nesta data, já tenha iniciado a contagem do interstício previsto na legislação anterior.

Art. 8º O parágrafo 1º, do art. 2º, da Lei Complementar nº 142, de 28 de setembro de 1995, passa a ter nova redação, suprimindo-se o parágrafo 3º:

“Art. 2º.....

§ 1º A opção de que trata este artigo deverá ser formalizada nas 48 (quarenta e oito) horas úteis seguintes à vacância e será apreciada pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, observados os requisitos do processo de remoção por merecimento.”

Art. 9º Ficam criadas 22 (vinte e duas) novas Promotorias de Justiça e os correspondentes cargos de Promotor de Justiça, observada a seguinte classificação e lotação:

I - Entrância especial:

a) Na Comarca da Capital: a 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª, 30ª e 31ª Promotorias de Justiça;

II - Entrância final:

a) Na Comarca de Blumenau: a 10ª e 11ª Promotorias de Justiça;

b) Na Comarca de Joinville: a 11ª e 12ª Promotorias de Justiça;

c) Na Comarca de Chapecó: 8ª Promotoria de Justiça;

d) Na Comarca de Tubarão: a 8ª Promotoria de Justiça;

e) Na Comarca de Brusque: a 3ª Promotoria de Justiça;

f) Na Comarca de Concórdia: 3ª Promotoria de Justiça;

g) Na Comarca de Curitiba: a 3ª Promotoria de Justiça;

III - Entrância Intermediária:

a) Na Comarca de São José: a 7ª Promotoria de Justiça;

b) Na Comarca de Balneário Camboriú: a 7ª Promotoria de Justiça.

IV - Entrância inicial:

a) Na Comarca de Gaspar: a 2ª Promotoria de Justiça.

Parágrafo único. Os 27º, 28º, 29º, 30º e 31º Promotores de Justiça da Comarca da Capital terão a atribuição de substituir Procurador de Justiça, ficando lotados na Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 10 Ficam criados 23 (vinte e três) cargos de Promotor de Justiça Substituto, com lotação nos Núcleos de Substituição, conforme a distribuição prevista no artigo seguinte.

Art. 11 São criados 10 (dez) Núcleos de Substituição, onde serão lotados os Promotores de Justiça Substitutos, ficando assim constituídos:

I - Núcleo de Substituição da Região Metropolitana de Florianópolis, compreendendo as Comarcas da Capital, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz, com 7 (sete) cargos de Promotor de Justiça Substituto, remanejados do Núcleo Especial da Procuradoria-Geral de Justiça;

II - Núcleo de Substituição da Região Sul, compreendendo as Comarcas de Criciúma, Tubarão, Laguna, Araranguá, Braço do Norte, Içara, Imbituba, Imaruí, Jaguaruna, Lauro Müller, Orleans, Sombrio, Turvo e Urussanga, com 6 (seis) cargos de Promotor de Justiça Substituto, sendo (três) criados por esta Lei e os demais provenientes do remanejamento de 2 (dois) cargos da 11ª e 1 (um) da 12ª Circunscrição do Ministério Público;

III - Núcleo de Substituição da Região Norte, compreendendo as Comarcas de Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Guarimirim e Barra Velha, com 5 (cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto, sendo 1 (um) criado por esta Lei e os demais decorrentes do remanejamento de 1 (um) cargo da 3ª Circunscrição do Ministério Público e 3 (três) do Núcleo Especial da Procuradoria de Justiça.

IV - Núcleo de Substituição da Região Litorânea de Itajaí, compreendendo as Comarcas de Itajaí, Balneário Camboriú, Tijucas, Piçarras e São João Batista, com 5 (cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto, sendo 4 (quatro) criados por esta Lei e 1 (um) remanejado da 1ª Circunscrição do Ministério Público;

V - Núcleo de Substituição da Região do Vale do Itajaí, compreendendo as Comarcas de Blumenau, Brusque, Indaial, Timbó, Gaspar, Pomerode, Rio do Sul, Ibirama, Ituporanga, Taió e Trombudo Central, com 6 (seis) cargos de promotor de Justiça Substituto, sendo 3 (três) criados por esta Lei e os demais provenientes do remanejamento de 1 (um) cargo da 2ª e 2 (dois) da 4ª Circunscrição do Ministério Público;

VI - Núcleo de substituição da Região do Planalto Norte, compreendendo as Comarcas de Mafra, Canoinhas, São Bento do Sul, Porto União, Itaiópolis, Papanduva e Rio Negrinho, com 4 (quatro) cargos de Promotor de Justiça Substituto, sendo 2 (dois) criados por esta Lei e os demais provenientes do remanejamento de 1 (um) cargo da 5ª e 1 (um) da 6ª Circunscrição do Ministério Público;

VII - Núcleo de Substituição da Região do Planalto Serrano, compreendendo as Comarcas de Lages, Curitiba, São Joaquim, Santa Cecília, Anita Garibaldi, Bom Retiro, Correia Pinto, Otacílio Costa e Urubici, com 5 (cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto, sendo 3 (três) criados por esta

Lei e os demais provenientes do remanejamento de 1 (um) cargo da 8ª e 1 (um) da 10ª Circunscrição do Ministério Público;

VIII - Núcleo de Substituição da Região do Meio-Oeste, compreendendo as Comarcas de Joaçaba, Concórdia, Caçador, Campos Novos, Videira, Capinzal, Fraiburgo, Lebon Régis, Ponte Serrada e Tangará, com 5 (cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto, sendo 2 (dois) criados por esta Lei e os demais decorrentes do remanejamento de 1 (um) cargo da 7ª, 1 (um) da 9ª e 1 (um) da 17ª Circunscrição do Ministério Público;

IX - Núcleo de Substituição da Região Oeste, compreendendo as Comarcas de Chapecó, Xanxerê, São Lourenço do Oeste, Xaxim, Abelardo Luz, Coronel Freitas, Quilombo, São Carlos, São Domingos e Seara, com 5 (cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto, sendo 3 (três) criados por esta Lei e os demais decorrentes do remanejamento de 1 (um) cargo da 13ª e 1 (um) da 15ª Circunscrição do Ministério Público.;

X - Núcleo de Substituição da Região do Extremo-Oeste, compreendendo as Comarcas de São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, Maravilha, Mondai, Palmito, Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso Itapiranga, Pinhalzinho e São José do Cedro, com 5 (cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto, sendo 2 (dois) criados por esta Lei e os demais provenientes do remanejamento de 1 (um) cargo de 14ª e 2 (dois) da 16ª Circunscrição do Ministério Público.

Parágrafo único. Por ato do Procurador-Geral de Justiça, novas Comarcas poderão ser incluídas nos Núcleos de Substituição, ou alterada a sua atual composição, observado sempre o interesse do serviço e ouvido o Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 12 Os cargos criados por esta Lei, antes do provimento inicial, serão preenchidos obrigatoriamente por concurso de remoção.

Art. 13 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

MOACYR DE MORAES LIMA FILHO

Procurador-Geral de Justiça

Florianópolis, 13 de abril de 1998.

Exposição de Motivos nº 001/PGJ

Excelentíssimos Senhores Deputados,

O encaminhamento do presente Projeto de Lei Complementar, reclassificando e criando cargos na carreira do Ministério Público Estadual, além de outras providências, tem o objetivo de ajustar a atuação da instituição em vista das necessidades decorrentes do aumento processual na área da Justiça e da aprovação da Lei Complementar nº 160, de 19 de dezembro de 1997.

A sociedade catarinense tem procurado, de forma mais intensa e crescentemente, os órgãos de Justiça do Estado, exigindo, de um lado, uma maior participação e efetividade das instituições públicas e de seus agentes e, por outro, um melhor e mais amplo atendimento de suas necessidades.

Para que isto seja alcançado, no que diz respeito ao Ministério Público, é necessário que a instituição esteja permanentemente aperfeiçoando a sua organização e os seus recursos humanos, com qualidade e quantidade.

A par dos programas de melhoria de sua eficiência, que se renovam a cada ano, já expostos no Relatório Anual de Atividades, e mediante a evidência da dinâmica da atuação ministerial, das inovações e dos ajustamentos daí decorrentes, as proposições do projeto visam aumentar a abrangência dessa atuação e dar agilidade aos procedimentos.

A Lei Complementar nº 160/97, de iniciativa do Poder Judiciário e aprovada por Vossas Excelências, alterou a classificação das comarcas e compactou e reclassificou as entrâncias, promovendo modificações que acabaram por repercutir também na classificação dos cargos de carreira do

Ministério Público Estadual.

Sobejamente já justificadas as alterações aprovadas na referida Lei, resta ao Ministério Público ajustar-se ao novo cenário, com base nos mesmos motivos, razão pela qual vem apresentar a presente proposta.

Destaque-se que a compactação das entrâncias, principalmente na classe inicial, traz como resultado imediato uma maior fixação do Juiz e do Promotor de Justiça na Comarca, reduzindo a grande rotatividade até agora existente.

Ao submeter o uso do instituto da opção aos requisitos da remoção por merecimento, o projeto visa compatibilizar a pretensão do Promotor com suas afinidades funcionais e desempenho na carreira, fixando-o por um maior período em determinada Promotoria, o que vem ao encontro do núcleo da proposta originariamente apresentada pelo Judiciário: manter o magistrado, no caso do Ministério Público, o Promotor de Justiça, na Comarca em que atua.

Por outro lado, em vista da volumosa quantidade de trabalho em algumas Comarcas, há a premente necessidade da atuação de mais profissionais, especialmente de Juizes e Promotores de Justiça, concomitantemente ou não com a criação ou desdobramento de Varas, estando este último tema mais afeto à avaliação e encaminhamento do Poder Judiciário, assunto esse, frise-se, que se já encontra sob análise de Vossas Excelências.

A criação de Núcleos de Substituição por região, com a redistribuição dos cargos existentes e a criação de outros 23 (vinte e três), tem a finalidade de recuperar o motivo básico da existência do Promotor de Justiça Substituto, que é a de substituir o Titular, quando ausente, bem como atuar nas situações de acúmulo de serviço ou vacância de cargo.

Atuando numa região, e não apenas numa Comarca, esta providência permitirá ao Promotor de Justiça Substituto, iniciante na carreira, familiarizar-se com a realidade regional, com a diferente divisão dos serviços das Promotorias e com as atividades de diversas Comarcas, de todos os níveis hierárquicos, o que servirá também de estímulo à progressão na carreira, evitando sua fixação e acomodação numa determinada Comarca ou cidade.

Com relação à atuação do Ministério Público e aos benefícios sociais, haverá uma maior agilidade na prestação dos serviços, pois as substituições através da designação de Promotor Titular somente deverão ocorrer em circunstâncias excepcionais, mantendo-se sempre um Promotor de Justiça na Comarca, ou alguém para auxiliá-lo.

Além de dar uma maior racionalidade à função do Promotor de Justiça Substituto e à atuação do Ministério Público, a medida redundará em diminuição das despesas da instituição com substituições.

A criação de 5 (cinco) cargos de Promotor de Justiça de Entrância Especial, com a atribuição de substituição no 2º Grau, seguindo o exemplo de longa data do Poder Judiciário, quanto ao Juiz de Direito Substituto de 2º Grau, tem a finalidade de suprir as necessidades com substituição de Procurador de Justiça em casos de faltas, impedimentos, afastamentos, licenças, férias e vacância do cargo, a par do exercício de outras funções que forem delegadas aos seus respectivos Titulares.

A medida evitará a convocação de Promotores para tal finalidade, acumulando funções e trabalho, tendo como consequência a lentidão dos serviços e a demora da Justiça, além dos gastos decorrentes da substituição.

Por último, cabe destacar que o assunto, submetido à análise do Colégio de Procuradores de Justiça, recebeu a integral aprovação de seus membros.

Isto posto, renovo o pedido de consideração e aprovação, por parte de Vossas Excelências, do presente Projeto de Lei Complementar.

Respeitosamente,

MOACYR DE MORAES LIMA FILHO

Procurador-Geral de Justiça

*** X X X ***